

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO (JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES)

RELATÓRIO APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS
DO BRASIL PELO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANO DE 1956

INTRODUÇÃO, EXPOSIÇÃO E DIVERSOS.

PROC. DO ORIGINAL: BN(SPR)

INTRODUÇÃO: PÁG. 01-24

EXPOSIÇÃO: PÁG. 25-254

DIVERSOS: PÁG. 255-288

ANO DE 1957

INTRODUÇÃO E EXPOSIÇÃO

PROC. DO ORIGINAL: BN(SPR)

INTRODUÇÃO: PÁG. 01-18

EXPOSIÇÃO: PÁG. 19-339

ANO: 1956

RELATÓRIO
DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
1956

APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PELO MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ÍNDICE

	Págs.
I — INTRODUÇÃO	1
II — EXPOSIÇÃO	25
ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS	27
XI SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	29
UNESCO	33
Organização Internacional do Trabalho	34
Organização dos Estados Americanos	35
Reunião dos Chefes de Estado Americanos no Pa- namá	37
Conferência do Atlântico Sul	38
Visita do Presidente eleito da Bolívia ao Brasil ..	39
Estrada de Ferro Brasil-Bolívia	40
Execução do Tratado de 1938 sobre Saída e Apro- veitamento do Petróleo Boliviano	41
Encontro dos Presidentes do Brasil e do Paraguai	42
Visitas do Ministro das Relações Exteriores a As- sunção	43
Aproveitamento da Energia Hidrelétrica dos Rios Acarai e Mondaí	44
Concessão de Portos Francos em Paranaguá e Con- cepción	45
Rodovia Coronel Oviedo-Porto Presidente Franco ..	46
Ponte sobre o Rio Paraná	47
Rodovia Concepción-Ponta Porã	48
Asilo Diplomático e Territorial em Benefício de Argentinos e Bolivianos	49
Reconhecimento do Novo Governo em Honduras	50

	Págs.
<i>Reconhecimento da Independência do Marrocos e da Tunísia</i>	51
<i>Reconhecimento da Independência do Sudão</i>	52
<i>Elevação à Categoria de Embaixada da Missão Diplomática do Brasil na Suécia</i>	53
<i>Adesão do Brasil ao Tratado que Restabelece a Independência da Áustria</i>	54
<i>Proteção dos Interesses Portugueses na União Indiana</i>	55
<i>Tratado de Amizade e Consulta com Portugal</i>	57
<i>Liberação de Bens de Súditos Alemães Residentes no Exterior</i>	53
<i>Ratificação do Acôrdo entre o Brasil e a República Federal da Alemanha Assinado no Rio de Janeiro a 4 de Setembro de 1953, sobre a Restituição de Patentes de Invenção e Marcas Industriais</i>	59
<i>Indenizações de Guerra a Brasileiros Residentes na Itália</i>	60
<i>Prisioneiros de Guerra Coreanos</i>	61
<i>A Questão de Sucz</i>	62
<i>Levante Anticomunista na Hungria</i>	65
<i>Visita do Ministro das Relações Exteriores ao Uruguai</i>	67
AÇÃO CULTURAL	68
<i>UNESCO</i>	69
<i>Estudantes</i>	70
<i>Cátedras, Cursos e Institutos de Assuntos Brasileiros no Exterior</i>	72
<i>Acordos Culturais</i>	74
<i>Prêmio «Robert Southey»</i>	76
<i>Festivais e Exposições Artísticas</i>	77
<i>Visitas de Personalidades Estrangeiras</i>	78
<i>Subvenções Diversas</i>	79

CERIMONIAL	Págs. 80
<i>Posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República</i>	80
<i>Visitantes Ilustres</i>	96
<i>Homenagens no Itamaraty</i>	99
<i>Encontro dos Presidentes do Brasil e do Paraguai em Foz do Iguaçu</i>	101
<i>Credenciais e Revocatórias</i>	103
<i>Cartas de Chancelaria e de Gabinete</i>	109
<i>Plenos Poderes</i>	124
<i>Alterações nas Chefias das Missões Diplomáticas acreditadas no Rio de Janeiro</i>	131
<i>Apresentação de Credenciais</i>	133
<i>Personalidades Agraciadas com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul</i>	136
ATOS, CONGRESSOS E CONFERENCIAS INTERNACIONAIS	158
<i>Congressos Internacionais com a participação do Brasil</i>	158
<i>Atos Internacionais assinados pelo Brasil</i>	161
<i>Atos Internacionais promulgados pelo Brasil</i>	168
<i>Decretos Executivos sobre Atos Internacionais</i> ..	169
<i>Decretos Legislativos relativos a Atos Internacionais</i>	172
<i>Exposições de Motivos sobre Atos Internacionais</i>	174
FRONTEIRAS	177
<i>Fronteira com a Venezuela</i>	177
<i>Fronteira com a Guiana Francesa</i>	178
<i>Fronteira Brasil-Paraguai</i>	179
<i>Fronteira Brasil-Bolívia</i>	181
ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS	183
RELAÇÕES ECONÔMICAS	185
<i>Produtos de Base</i>	186
<i>Comitê Consultivo Internacional do Algodão</i> ...	190

	Págs.
<i>Acôrdo Internacional do Trigo</i>	190
<i>I Reunião Latino-Americana de Técnicos em Olca- ginosos</i>	191
<i>Energia Atômica para Fins Pacíficos no Campo Multilateral</i>	191
1. <i>Agência Internacional de Energia Atômica</i>	192
2. <i>Comissão Preparatória da Agência Inter- nacional de Energia Atômica</i>	194
2. <i>Comissão Científica sobre os Efeitos da Radiação Atômica</i>	194
4. <i>Comissão Consultiva sobre os Usos Pa- cíficos da Energia Atômica</i>	195
<i>Conselho Econômico e Social das Nações Unidas</i>	195
<i>Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)</i>	196
<i>Conferência Regional do GATT</i>	197
<i>Organização das Nações Unidas para a Alimenta- ção e a Agricultura (FAO)</i>	197
<i>I Período de Sessões do Comitê de Comércio da CEPAL</i>	198
<i>Comitê Interamericano de Representantes Presi- denciais (CIRP)</i>	199
<i>Aviação Civil</i>	199
<i>Transportes Marítimos</i>	200
RELAÇÕES COMERCIAIS	201
<i>Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais. Ampliação do Sistema</i>	201
<i>Reunião no Rio de Janeiro dos Representantes dos países participantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais</i>	202
<i>Acordos bilaterais de comércio e pagamentos</i> ...	203
ASSUNTOS CONSULARES E DE PASSAPORTES	211
SERVIÇOS CONSULARES	213
<i>Consulados Brasileiros</i>	213
<i>Renda Consular</i>	215
<i>Consulados Estrangeiros</i>	215

	Págs.
<i>Serviço Militar</i>	216
<i>Importações</i>	216
<i>Assuntos Gerais</i>	218
PASSAPORTES	219
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	223
PESSOAL	225
MATERIAL	230
COMUNICAÇÕES	233
ORÇAMENTO	236
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO	239
<i>Biblioteca</i>	239
<i>Mapoteca</i>	244
<i>Arquivo Histórico</i>	246
<i>Publicações</i>	247
<i>Depósito de Impressos</i>	249
<i>Gabinete Fotográfico e Fotostático</i>	251
ARQUIVO	252
MECANOGRAFIA	253
DIVERSOS	255
O LIVRO «BRASIL»	257
INSTITUTO RIO BRANCO	258
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES	269
MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO	271
CONSULTORIA JURÍDICA	274
COMISSÃO DE ESTUDO DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL	280
INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	282
COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	285
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO	287
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO	288

INTRODUÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de, em cumprimento do exposto no artigo 91, III da Constituição, apresentar a Vossa Excelência o Relatório dos mais importantes fatos da política externa do país e das principais ocorrências que dizem respeito a serviços, cuja supervisão incumbe a esta Secretaria de Estado.

Reitero os protestos do meu agradecimento pela distinção com que Vossa Excelência me honrou, convidando-me a continuar a gerir esta pasta que vinha ocupando desde o início do governo do eminente Senhor Dr. Nereu Ramos. Cumpro por igual o dever de assegurar-lhe que não tenho poupado esforços para corresponder a essa confiança e, sob a sua esclarecida orientação, dirigir o Itamaraty e assim auxiliar Vossa Excelência no notabilíssimo escopo, que seu patriotismo, energia e constância hão-de atingir, de engrandecer cada vez mais o Brasil e ampliar o seu prestígio internacional.

O ano, que hoje finda, numa atmosfera internacional bastante conturbada, foi agitado por grandes crises, das quais tivemos ensejo de participar, com o propósito de trabalhar por soluções pacíficas e dar a nossa inalterável e fiel colaboração às Nações Unidas, no sentido de diminuir estados de tensão e encontrar meios de afastar as ameaças sinistras de guerra, oriundas do conflito entre Israel e o

Egito e da ocupação anglo-francesa das cidades egípcias de Pôrto Said e Pôrto Fuad e de uma parte das margens do Canal de Suez.

Reunida extraordinariamente a Assembléia Geral das Nações Unidas, em sessão especial de emergência, foi decidido, com o voto do Brasil, a cessação das hostilidades na zona conflagrada, o que foi logo acatado, e a constituição de uma Fôrça de Emergência da ONU destinada a operar naquela região e impedir o reinício da luta. Aprovado o plano, foi deliberado ainda constituir uma Comissão de sete países para assessorar o Secretariado Geral nas questões relativas àquela Fôrça, Comissão essa para a qual foi o Brasil escolhido.

Dirigiu-nos a ONU um apêlo para que contribuíssemos com um contingente para a formação da Fôrça de Emergência, conforme tive a honra de expor a Vossa Excelência a 8 de novembro último. E, tendo dado seu assentimento à solicitação, naquela data foi o assunto levado ao alto conhecimento do Congresso Nacional que, por Decreto Legislativo de 22 do mesmo mês, autorizou o Poder Executivo a atender o apêlo da ONU, já tendo o Ministério da Guerra providenciado o preparo do nosso contingente, que se acha à disposição das Nações Unidas e aguarda ordem de embarque. Permita-me Vossa Excelência que ressalte o alto conceito de que o Brasil goza nas Nações Unidas, pois, longe de tais acontecimentos e sem interesses diretos nos mesmos, tivemos papel de relêvo nas medidas adotadas e vimos escolhido um oficial brasileiro para integrar o grupo dos três assessôres militares do Secretário Geral.

Não ficamos indiferentes ao sacrifício da Hungria, vítima de uma intervenção armada. Interpretando os sentimentos do povo brasileiro, apoiamos na ONU as resoluções: que condenam a ação militar soviética no território magiar; que exigem a retirada dos exércitos russos desse país; que reclamam realização de eleições livres na Hungria, e solicitam o auxílio dos Estados membros para a população daquele país e ajuda direta a seus refugiados.

No cumprimento das últimas deliberações várias providências foram determinadas por Vossa Excelência, para cuja execução o Itamaraty tem contado com o auxílio dos demais órgãos interessados no assunto.

Depois da reunião de emergência da ONU, acima referida, instalou-se a Assembléia Geral, que ora se realiza e cujos trabalhos se prolongarão até 15 de fevereiro do ano entrante. Dos problemas que estão sendo debatidos, e da nossa participação nêles, pormenorizadamente expostos neste Relatório, pode-se concluir o empenho com que procuramos atender os interesses nacionais, nas questões de Assistência Técnica, utilização de energia nuclear e desenvolvimento econômico; colaborar nas medidas que possam fomentar o bem-estar geral, como no caso dos refugiados de guerra; e contribuir para o estudo dos problemas de ordem geral, como o Direito do Mar. Foi o Embaixador Gilberto Amado reeleito, por 61 votos, membro da Comissão de Direito Internacional, da qual participa desde sua criação.

Aos órgãos técnicos da ONU continuamos a prestar nossa colaboração. Assim, comparecemos à reunião de Nova Delhi, onde várias propostas brasileiras, como a criação de um Centro Regional de Pesquisas Sociais para a América

Latina e de fundo internacional para educação, ciência e cultura, foram aprovadas com vantagens para o Brasil e o hemisfério.

A nossa presença se fez sentir na Organização dos Estados Americanos, para a presidência de cujo Conselho foi eleito o delegado brasileiro Embaixador Fernando Lôbo. O Brasil participou de nove das quinze Comissões do Conselho e teve ocasião de manifestar-se a favor da reunião do Tratado Americano de Soluções Pacíficas e da elaboração de novo instrumento sobre a matéria.

Não necessito realçar a magnitude da reunião do Panamá, de quase todos os Chefes de Estado americanos, comemorando o 130.º aniversário do Congresso do Panamá, porque Vossa Excelência participou dessa solene reafirmação dos princípios de solidariedade continental não só na defesa dos interesses continentais, mas também na das liberdades do Homem e da independência das Nações.

Ao convite que a República Argentina nos endereçou para a reunião preparatória de países americanos interessados na defesa do Atlântico Sul, determinou Vossa Excelência, ouvidos os órgãos militares, que o Brasil o aceitasse em princípio.

As nossas relações com os países do Continente continuam num alto plano de entendimento e compreensão e desenvolvem-se de modo a que possamos atender os interesses respectivos e os problemas de complementação econômica e intensificação de suas relações. Prosseguimos nos trabalhos da Ferrovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, em fase de conclusão; estudamos com o governo de La Paz o estreitamento de relações políticas e econômicas. Nesse

sentido, em breve serão assentadas medidas definitivas de aproveitamento pelo Brasil do petróleo boliviano, na forma do Tratado de 25 de fevereiro de 1938. Para o êxito dessa política, de muito valeu a visita que nos fez em julho deste ano, às vésperas de assumir o supremo mandato da nação boliviana, o Presidente Hernan Silos Zuazo.

Assumiu transcendental importância o encontro de Vossa Excelência, em outubro deste ano, com o Presidente Alfredo Stroessner, do Paraguai, em Foz do Iguaçu, pelas decisões tomadas em favor de nossas relações econômicas e culturais, dentre as quais sobreleva assinalar a utilização dos entrepostos dos depósitos francos em Paranaguá e Concepción e a construção da ponte internacional sobre o Rio Paraná, cujo início foi ensejo feliz para o encontro presidencial. Coube-me a mim visitar em seguida Assunção e, com o Chanceler paraguaio, estudar a execução das medidas que Vossa Excelência e o Presidente Stroessner haviam acertado. Posteriormente, em outubro, voltei à capital paraguaia, para firmar o Tratado Geral de Comércio e Investimentos, o Convênio de Comércio Fronteiriço e o Protocolo adicional sobre Limites de Importação, instrumentos que deverão ter o maior alcance no desenvolvimento do intercâmbio mercantil entre ambos os países.

Mas, antes desses Tratados, assinara o Brasil, a 20 de janeiro, convênios com o Paraguai para aproveitamento de energia hidrelétrica dos rios Acaraí e Mondaí, e concessão respectiva de entrepostos de depósito franco de mercadorias por eles importadas ou exportadas, em Paranaguá e Concepción, o que será de maior valor econômico, quando se concluir a rodovia ligando Oviedo a Porto Presidente

Franco, que permitirá, através da ponte em construção sobre o rio Paraná, a ligação direta de Conceição a Paranaguá. Também a construção dessa ponte determinou acôrdo posterior por troca de Notas, celebrado a 29 de maio último. As providências iniciais para a realização de todos os empreendimentos acima mencionados já foram dadas, encontrando-se alguns dêles em plena execução.

O Brasil reconheceu a independência do Marrocos, da Tunísia e do Sudão. Concordou com a Suécia na elevação à categoria de Embaixada das suas Missões diplomáticas em Estocolmo e no Rio de Janeiro. Aderiu ao Tratado que estabelece a independência da Áustria, além de vários outros atos da vida corrente internacional. Quero salientar o empenho com que nos temos esforçado para proteger os interesses de Portugal na União Indiana, procurando, por outro lado, ajudar cidadãos indianos que têm interesse no Estado português da Índia, fiel sempre à neutralidade que nos obriga o mandato recebido do Governo português, esperando que a divergência entre Portugal e a União Indiana venha a ser resolvida de maneira pacífica.

A viagem que por determinação de Vossa Excelência acabo de realizar a Montevideu representou não somente um gesto de cordialidade e aprêço para com o Uruguai, mas significou também a inauguração de novo capítulo na obra da aproximação brasileiro-uruguaia. Entre os dias 26 e 30 de dezembro, assinei naquela capital dois acordos internacionais, um sobre intercâmbio cultural e outro sobre transportes aéreos, e quatro declarações conjuntas sobre comércio de fronteira e repressão ao tráfico ilícito e ratificação do Tratado de Comércio e Navegação de 1949.

Com o meu Colega uruguaio resolvemos então convocar as Comissões brasileira e uruguaia, encarregadas da elaboração dos projetos referentes à construção da Ponte Internacional Quaraí-Artigas, para uma reunião destinada à escolha do projeto definitivo de uma obra que constitui antiga aspiração dos habitantes da extensa região fronteiriça.

Nessa oportunidade fiz ao Governo uruguaio a entrega do documento original, de redação do próprio punho de Lavalleja, onde figuram os nomes dos famosos Trinta e Três orientais que iniciaram a campanha de libertação do Uruguai, ato que teve a mais dilatada repercussão em todo o país.

Dedicou o Itamaraty o maior desvêlo ao desenvolvimento de sua política cultural, não só côm-scio do seu alto significado na compreensão entre os povos, mas também convencido das vantagens das trocas espirituais para o acréscimo do patrimônio humano do saber e da arte.

Já focalizei a nossa colaboração com a UNESCO, prestada pelo Governo e pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, ramo brasileiro daquele organismo internacional em funcionamento no Itamaraty, em caráter íntimo com seus serviços culturais. Este ano, promoveu o IBECC o I Seminário Latino-Americano de Ensino Universitário das Ciências Sociais e se fez representar na reunião de Havana para o estudo da permuta de publicações.

A Divisão Cultural está empenhada na realização de trabalhos de intercâmbio cultural, com organização de bibliotecas de livros brasileiros em nossas Missões diplomáticas, suscetíveis de servirem os centros culturais estrangeiros; na maior e melhor divulgação de fotografias brasileiras, que

revelem o progresso do país, e suas manifestações artísticas: na organização de uma boa filmoteca brasileira e uma coleção de discos L.P. com programas de nossa música, de orquestra e de câmara, especialmente gravados para êsse fim, e de outra de discos adquiridos no comércio com música erudita e popular.

Tem o Itamaraty considerado a situação de brasileiros que, contemplados com bôlsas de governos estrangeiros, necessitam ainda de nosso auxílio. Para o caso de brasileiros que solicitam bôlsas no estrangeiro, o Ministério em colaboração com a CAPES estuda a organização de uma comissão que os selecione, de acôrdo com os interêsses nacionais.

Atualmente, concedemos 43 bôlsas a estrangeiros, na maioria, latino-americanos, que realizam ou aperfeiçoam seus estudos no Brasil, número assaz reduzido e que, em virtude de convênios culturais e de reciprocidade, deve ser grandemente aumentado.

Mantemos missões culturais, compostas de professores, no Uruguai, no Paraguai e na Argentina, e se estuda atualmente o envio de outras que deverão incentivar o conhecimento da língua e da cultura brasileiras nos países amigos, sobretudo dêste hemisfério. E continuamos a apoiar as atividades de centros como o Instituto de Estudos Luso-Brasileiros, na Sorbonne, o Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires, o Instituto de Cultura Argentino-Brasileiro de Rosário.

Prosseguem, em Assunção, as obras do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, que é a obra de maior vulto, no exterior, já empreendida pelo Govêrno brasileiro. Para celebrar sua conclusão foi solicitado um crédito oficial de vinte milhões de cruzeiros ao Congresso Nacional.

Na minha recente viagem ao Uruguai tive ocasião de firmar o novo Convênio cultural, que consolidou os três acordos ora vigentes e introduziu, nas relações entre os dois países, novas e eficientes modalidades desse intercâmbio.

Vários projetos de convênios dessa natureza estão em exame e negociações para desenvolvimento da nossa cooperação intelectual com os países amigos.

Não permitiu o programa de compressão de despesas que atendessem ao Brasil todos os convites para Exposições e Festivais Internacionais, mas, apesar disso, comparecemos às reuniões que maior interesse ofereciam ao Brasil. Obtivemos outrossim a participação estrangeira em certames nacionais e prestigiamos a apresentação de artistas brasileiros nas principais cidades do mundo.

O Itamaraty entregou, pela Embaixada do Brasil em Londres, o "Prêmio Robert Southey" ao Sr. Charles R. Boxer, no valor de £ 350,00, pelo seu livro "Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola", em conformidade com o Acôrdo Cultural com a Grã-Bretanha. Concedeu esse país o «Prêmio Rui Barbosa» ao Senhor Gustavo de Sá Lessa, que o destinou ao Fundo Nacional da Criança, a fim de custear um curso por professor britânico conhecido no campo de educação de crianças atrasadas.

Foi a posse de Vossa Excelência na Presidência da República ensejo de altas demonstrações de apreço e simpatia pelo Brasil, demonstrando com eloquência o prestígio internacional do nosso país, que a viagem de Vossa Excelência ao exterior, às vésperas daquela investidura, deveria alargar de modo considerável.

Coube ao Itamaraty delinear o plano de atos solenes que marcaram esse importante evento, para que se compôs

uma Comissão, com representantes de diversos órgãos da administração pública.

Sessenta e um Governos estrangeiros se fizeram representar por Missões Especiais, que assistiram a tôdas as solenidades e ofereceram a Vossa Excelência e à Senhora Sarah Kubitschek um jantar, em retribuição às atenções com que foram acolhidas em nosso país.

O Itamaraty organizou ainda o encontro entre Vossa Excelência e o Presidente da República do Paraguai, General Alfredo Stroessner, na Foz do Iguaçu, em outubro findo, para a cerimônia do lançamento dos marcos iniciais da ponte sobre o rio Paraná, encontro que culminou em expressiva manifestação da amizade entre o Brasil e o Paraguai.

Acolhemos ainda as honrosas visitas do Presidente Hernan Siles Zuazo, às vésperas de sua posse na suprema magistratura da Bolívia, e do Presidente Provisório da Nação Argentina, General Pedro Eugênio Aramburu, aos quais Vossa Excelência, seu Governo e o povo do Brasil renderam as homenagens que bem traduzem nossa afeição pelos dois países amigos.

Visitaram igualmente o Brasil, no curso dêste ano, os Senhores: Maurice Faure, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da França; Dietrich Wilhelm Von Menges, Presidente da Ferrostaahl; Lord Davidson; o Embaixador Harold H. Tittman, Diretor do Comité Intergovernamental para as Migrações Européias; Doutor J. Van Heuven Goedhard, Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados; José Paz Estensoro, Presidente dos "Yacimientos Petrolíferos de Bolívia"; o Ministro da Viação da Re-

pública Federal de Alemanha; Cesar Tulio Delgado, Presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos; o General Maxwell Taylor, Chefe do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos; Ricardo Quiñones Lemos, Ministro das Relações Exteriores da Guatemala; os Membros da Junta Interamericana de Defesa; o Deputado Emmanuel Celler, Presidente da Comissão de Justiça da Câmara de Representantes dos Estados Unidos; a Missão Turca de Boa Vontade; Nader Kuzbari, Embaixador em Missão Especial da Síria; a Delegação da França às comemorações do Ano de Santos Dumont, chefiada pelo Senhor Jean Risterucci, Chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica da França; o Marquês Alessandro Pallavicino, Chefe do Departamento de Relações Exteriores da Ordem Soberana e Militar de Malta; o General Juan Francisco Oliva, Ministro da Defesa de Guatemala; o Almirante Emilio Barrón, Ministro da Marinha do Peru; Sir Arthur Evans, Presidente da Sociedade Anglo-Brasileira, de Londres; e C. Mennen Williams, Governador do Estado de Michigan.

Participou o Brasil ativamente de reuniões internacionais relacionadas com o emprêgo da energia atômica, como a Conferência Mundial sobre o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, em Nova York, com a presença de 82 países, o maior conclave já realizado pela ONU, e cuja presidência coube ao delegado brasileiro Embaixador João Carlos Muniz; da Comissão Científica sobre os Efeitos da Radiação Atômica, também presidida pelo delegado brasileiro, Prof. Carlos Chagas Filho; e da Comissão Consultiva sobre Uso Pacífico da Energia Atômica. Nas primeiras dessas reuniões, foi firmado o estatuto para a Agência In-

ternacional de Energia Atômica, através do qual o Brasil poderá obter assistência técnica, serviços, suprimento de materiais e equipamento. Por um Estatuto ficou criada uma Comissão Preparatória, cuja presidência coube ao representante do Brasil, Ministro Carlos Alfredo Bernardes.

Comparceu o Brasil às sessões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, retornando ao seu antigo lugar no Conselho; na ocasião, reafirmamos a linha de conduta brasileira nos organismos internacionais, na forma já expressa e consignada pormenorizadamente neste Relatório.

Na reunião do GATT o Governo brasileiro solicitou, das Partes Contratantes do Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio, a derrogação geral de suas obrigações, em virtude da reforma da Tarifa das Alfândegas, o que foi unânime-mente atendido, depois de ponderadas as procedentes razões da nossa solicitação e das eventuais conseqüências da aplicação daquela reforma sobre o nível e custo das importações. Na instalação em Santiago do Chile do Comité do Comércio da Comissão Econômica para a América Latina, a Secretaria do GATT convocou uma reunião regional, a que comparecemos, e onde se examinou o estado do mercado comum europeu.

O Brasil teve participação destacada nas atividades da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (F.A.O.) e fêz-se representar na Conferência Especial em Roma, e na IV Conferência Regional para a América Latina, em Santiago do Chile, por uma delegação chefiada pelo meu Colega da pasta da Agricultura, tendo-se ali traçado linhas para nortear a ação conjunta da FAO em nosso continente.

No encontro dos presidentes americanos, no Panamá, foi sugerida pelo Presidente Eisenhower, e aceita unânime-

mente, a criação de um Conselho de Representantes presidenciais, com o objetivo de estudar os meios de fortalecer a ação da O.E.A. e debater os problemas fundamentais da cooperação regional. A sua primeira reunião se efetuou em Washington, em setembro, e nela o Comité tomou conhecimento das propostas apresentadas, inclusive três do Brasil, definindo metas e prioridades da cooperação internacional, aperfeiçoando o programa de ajuda técnica da O.E.A. e dando organização ao Conselho Interamericano Econômico e Social.

Sobre problemas de navegação aérea, foram assinados vários acordos e outros estão em negociações. O Brasil participou da I Assembléia Geral da Organização Civil Internacional (OACI), radicada em Caracas.

Os trabalhos de demarcação de nossas fronteiras prosseguiram, desincumbindo-se as Comissões eficientemente de suas tarefas: concentraram-se as atividades da 1.^a Divisão em particular nas fronteiras com a Venezuela e a Guiana Francesa e as da 2.^a Divisão nas com o Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia.

O desenvolvimento econômico do país tem sido a consequência de nosso esforço nos setores do Itamaraty, aos quais cabe enfocar e resolver os problemas de tal natureza. Desde logo, foi necessário estruturar melhor os serviços encarregados de tais assuntos, ficando a Divisão Econômica com a competência de formular e orientar a política econômica do Brasil nos organismos internacionais, e a Comercial, com o objetivo de atender os problemas pertinentes ao intercâmbio internacional do Brasil.

Coube à Divisão Econômica estudar e acompanhar o desenvolvimento dos problemas discutidos naqueles organis-

mos, de sorte a objetivar, sob perspectiva global, a consecução de condições que assegurem e facilitem a continuidade do processo de fortalecimento estrutural do país. Entre tais problemas, citam-se: instabilidade dos mercados de produtos de base; industrialização dos países subdesenvolvidos; criação da Agência Internacional de Energia Atômica e da Comissão Científica sobre Efeitos de Radiação Atômica; e negociações para a derrogação das obrigações do Brasil no GATT, a fim de permitir a aplicação de nova tarifa alfandegária brasileira.

Na parte expositiva deste Relatório encontrará Vossa Excelência a minuciosa explanação de como tais assuntos foram conduzidos e da posição que o Brasil assumiu em face dos problemas deles suscitados. Desejo, contudo, assinalar aqui que, no tocante aos mercados dos produtos primários, defendeu o Brasil o princípio de que uma solução ampla só seria alcançada através do fortalecimento das estruturas econômicas dos países produtores subdesenvolvidos, e não por ação direta, tornando-se necessário subordinar os problemas específicos tratados por cada país a uma solução de cúpula, centralizada no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, política então adotada e cujos resultados já se fazem sentir favoravelmente. A criação da Comissão Consultiva Permanente para o Comércio Internacional dos Produtos de Base, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, concretizou a idéia adotada pelo Brasil, que apresentou nesse órgão o programa de suas atribuições e levou o Conselho Econômico e Social a unânime aprovação.

As condições sempre variáveis do comércio internacional exigem do Itamaraty vigilância constante que permita atender convenientemente as necessidades do país, na conformidade das mutações que se processam.

O Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais ampliou-se no ano que finda, com a adesão de três novos países, Itália, Áustria e França, e negociações estão entabuladas com os países escandinavos no mesmo sentido. Em outubro, efetuou-se nesta capital uma reunião de todos os participantes desse Sistema, cuja Declaração Final reafirma a sua eficiência, exprime a intenção de alargar a área de conversibilidade limitada pela inclusão de outros países, e a esperança de que no futuro próximo ocorrerá uma liberação ainda mais ampla do comércio internacional.

Fôram assinados ajustes bilaterais de comércio com o Estado de Israel e a Islândia; denunciados os acordos de pagamentos com a Polônia e os de Comércio com a Tcheco-Eslováquia e a Iugoslávia, por não satisfazerem mais as condições presentes do intercâmbio; os de comércio e de pagamentos com a Finlândia, com cujo Governo estamos negociando novos ajustes; e os de comércio e pagamentos com o Japão, já expirados e cuja última prorrogação se vencerá a 31 do mês entrante. Foram prorrogados os acordos com a Espanha e Portugal, enquanto se aguarda a negociação de novos instrumentos.

A fim de estudar com a Argentina os problemas de nosso intercâmbio comercial, reuniu-se em Buenos Aires, em setembro findo, a Comissão Mista Brasil-Argentina, que firmou vários instrumentos provisórios, devendo reunir-se novamente no mês entrante para elaborar os definitivos.

Com representantes uruguaiois iniciamos conversações não apenas sobre o fornecimento de trigo desse país, mas também para examinar problemas gerais de nosso intercâmbio. Na minha recente viagem a Montevideu, tive ocasião, como expressei acima, de firmar com o meu Colega uruguaio,

declarações sobre relações comerciais e pagamentos, comércio de fronteira e repressão ao tráfico ilegal, além de proceder à troca de ratificações do Tratado de Comércio e Navegação de 1949 e de assinar Acôrdo sobre transportes aéreos.

As nossas relações com a Bolívia, no plano mercantil, desenrolam-se favoravelmente e o acréscimo de poder de compra por parte da Bolívia, pelas importações brasileiras, tende a favorecer o aumento contínuo e equilibrado de nosso intercâmbio.

Com os demais países do continente continuamos melhorando nossas relações comerciais e estudando a elaboração ou o aperfeiçoamento de acordos e ajustes que complementem os nossos interesses e correspondam às necessidades nacionais.

O serviço consular desenvolveu-se muito, depois que lhe foi atribuída a apreciação sobre o benefício da isenção da licença prévia de importação, tendo subido a mais de mil as informações sobre requerimentos que lhe são dirigidos, relativos à autorização para as autoridades consulares legalizarem documentos de embarques de automóveis, bem como número equivalente de informações prestadas ao Tribunal Federal de Recursos sobre importação de bens. Por igual, cresceu muito a atividade de nossas Repartições consulares, principalmente as localizadas nos Estados Unidos da América e em certos países europeus, na obtenção de informações precisas sobre pessoas que desejavam embarcar bens móveis para o Brasil, notadamente automóveis. Nesse sentido, é lícito salientar o zelo com que se houveram no combate às importações irregulares.

A renda consular, nos dez primeiros meses do ano, atingiu a importância de Cr\$ 5.827.746,00 ouro.

Firmamos, em 1956, acôrdo com o Govêrno dos Países Baixos, por troca de Notas, abolindo os vistos nos passaportes de brasileiros que viajarem para aquêlê país e nêlê tiverem permanência máxima de três meses, concedendo o Govêrno brasileiro gratuidade de visto aos passaportes de holandeses não imigrantes, cuja permanência não ultrapasse aquêlê prazo; com o Govêrno da Finlândia e da Suécia, dispensando emolumentos consulares nos passaportes respectivos, de cidadãos cuja estada no outro país não exceda de três meses. O serviço de passaportes cresceu notâvêlmente no ano findo, tendo merecido particular atenção a concessão de vistos permanentes, de sorte a evitar a entrada de elementos indesejáveis, através de rigoroso exame dos antecedentes penais e político-sociais, bem como das condições financeiras dos interessados.

Os serviços administrativos aumentam de volume e complexidade, e não é demais, uma vez ainda, realçar a deficiência do pessoal para fazer face à novâ situação, pois o Ministério dispõe de 1.323 serventuários, dos quais 423 constituem a carreira de Diplomata. Nenhum setor da Secretaria de Estado tem número suficiente de funcionários diplomáticos, e a lotação de várias de nossas repartições no estrangeiro está demasiadamente exígua. Da mesma forma, as secções técnicas contam reduzido número de funcionários especializados, para acudir os reclamos da administração da Casa. E, pôr fim, a falta de pessoal de Portaria sobrecarrega muito o serviço e lhe diminui o rendimento. Felizmente, a dedicação e o empenho de todos minoram os

efeitos dessas dificuldades, mas, se as mesmas não forem removidas, os serviços em crescente desenvolvimento acabarão por serem seriamente prejudicados.

Para se sentir com clareza o aumento das atividades do Itamaraty, mencionarei o movimento da Divisão de Comunicações, por onde se escoam ou transita o grosso de seu expediente, citando apenas, comparativamente ao ano anterior, os algarismos referentes a telegramas, ou seja, parte de caráter urgente. Assim, este ano, expedimos 7.581 e recebemos 8.510 telegramas, contra 5.989 e 6.225. Procurei melhorar o nosso sistema de comunicações, iniciando ligação direta com a Missão do Brasil junto às Nações Unidas, e estão em estudos melhorias substanciais ao serviço de criptografia, bem como a possibilidade da instalação na sala de teletipo de uma agência internacional, de sorte que o Itamaraty possa receber em primeira mão notícias que deva conhecer sem demora.

Obedecendo rigorosamente às determinações de Vossa Excelência, no tocante à compressão de despesas, procurou o Itamaraty, sem que sofressem suas atividades, reduzir ao imprescindível seus gastos, embora dispondo de verbas sempre escassas. O aumento verificado na dotação orçamentária visa principalmente a atender a despesas decorrentes dos novos padrões de vencimentos e salários.

O Arquivo Histórico mantém seus serviços com regularidade e acolhe numerosos consulentes que nêle pesquisam ativamente. Tomou parte na Exposição realizada na Biblioteca Nacional, comemorativa do centenário de Araújo Porto-Alegre. A instalação futura da microfilmagem não só resguardará seus preciosos papéis, mas ainda lhe permitirá confortável expansão do acervo.

A Seção de Publicações do Serviço de Documentação prossegue na publicação de trabalhos de rotina, entre os quais é de salientar o breve lançamento da edição atualizada do "Manual de Serviço". Além dos trabalhos de natureza administrativa, empenha-se também na publicação de obras de interesse mais amplo, de história, direito internacional e literatura, algumas em língua estrangeira, como contribuição à tarefa de divulgação das coisas brasileiras no exterior.

Pôde Vossa Excelência, na visita que fez ao Itamaraty, verificar as instalações da nossa Biblioteca, a qual continua a funcionar com eficiência, atendendo a um número avultado de consulentes: funcionários, alunos do Instituto Rio-Branco e estudiosos que a procuram comumente. Incorporou ao seu patrimônio no ano em curso 1.279 volumes de várias especialidades, entre adquiridos e doados. Mantém rigorosamente em dia seus serviços de catalogação e bibliografia e procura aperfeiçoar a conservação e restauração do seu acervo, evitando os estragos devidos à ação do tempo e ao constante manuseio.

A Biblioteca tomou parte na "Reunião Preparatória do Seminário sobre Permuta Nacional e Internacional de Publicações", efetuada em São Paulo, em julho, e na II Reunião da Comissão Nacional do Catálogo Coletivo, nesta capital, em novembro último.

Entre as atividades de caráter cultural empreendidas pela Mapoteca, em 1956, destaca-se a publicação da monografia intitulada: "As peças raras da Mapoteca", incluída na série do Museu Histórico e Diplomático e na qual são descritos 40 mapas de grande valor pela sua raridade, aspecto artístico ou decorativo ou pela importância que alguns tiveram como instrumentos de prova nas alegações do Brasil em várias questões de limites com países vizinhos.

Também teve a Mapoteca ação destacada no XVIII Congresso Internacional de Geografia, reunido no Rio de Janeiro em agosto último, ao participar da organização, montagem e elaboração do catálogo da Exposição Internacional de Geografia e Cartografia. Inúmeros países, entre os quais Suíça, Itália, Portugal, Alemanha, Noruega, Bélgica e Japão, legaram oficialmente suas coleções cartográficas à Mapoteca, após o término da Exposição.

Criado o Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, pelo Decreto n.º 38.312, de 15 de dezembro do ano passado, foi o mesmo regulamentado pelo Decreto n.º 38.893, de 14 de março findo. Cuidei desde logo de providenciar a sua instalação, localizando-o na ala esquerda da parte térrea do Palácio Itamaraty, e, concluída a mesma, solicitei a Vossa Excelência que o inaugurasse no dia 28 do mês entrante.

Nêle estarão à mostra objetos, alfaías, móveis e documentos de importância histórica e valor artístico, ligados à vida diplomática do Itamaraty.

Os mostruários, confeccionados artisticamente pela firma Natali & Irmãos, de São Paulo, obedecem a rigoroso critério funcional, de sorte a permitir a exposição do material da melhor forma e com as necessárias garantias de segurança.

Quero, por fim, assinalar as várias e valiosas doações feitas ao novo Museu, que refletem a acolhida com que a opinião pública recebeu a iniciativa e seus propósitos, de documentar e exaltar a ação dos brasileiros ilustres que têm servido ao Brasil na sua diplomacia.

Restabelecendo uma velha tradição vinda do Império, quando D. Pedro II se ocupava com tanto carinho das atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, por

sua influência, o Ministério dos Negócios Estrangeiros comissionava vários de seus funcionários para empreenderem cópias de manuscritos relacionados com a História do Brasil, como fez com Adolpho Varnhagen, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, que estudaram nos arquivos lusitanos, e Joaquim Caetano da Silva, que colheu documentos na Holanda, baixei Portaria determinando que fossem designados dois funcionários das Embaixadas em Lisboa e Madrid incumbidos de fazer, respectivamente, nos arquivos históricos de Portugal e da Espanha um índice geral da documentação referente ao Brasil, que nêles se encontrar, o qual será enviado à Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil, criada neste Ministério pela Portaria de 13 de abril de 1943, reorganizada pela Portaria, de 28 de maio de 1956, a fim de melhor entrosá-la nos serviços do Itamaraty. Incumbi-a de elaborar os "Anais do Itamaraty", cuja publicação fôra suspensa e será retomada no ano próximo.

O Instituto Rio-Branco, escola de preparação e aperfeiçoamento de diplomatas, continua a realizar suas funções da melhor forma. Foram-lhe introduzidas algumas alterações no seu novo Regulamento, que permitem maior eficiência aos cursos e facilidades aos alunos. No Curso de Preparação formaram-se 16 alunos, aos quais Vossa Excelência fez a entrega solene dos diplomas e que serão breve nomeados Cônsules de 3.^a Classe. Completaram o Curso de Aperfeiçoamento 16 diplomatas.

Tem ainda o Instituto realizado pesquisas históricas e, no ano em curso, publicou o tomo II da 1.^a Parte da obra "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid", estando outros livros em impressão.

Funcionou normalmente o Serviço de Informações do Itamaraty. Considerando a necessidade de que seja a opinião pública perfeitamente esclarecida sobre a política do Brasil, determinei fôsse criada, no Ministério das Relações Exteriores, uma sala de Imprensa, batizada com o nome de Hippolyto José da Costa, onde pudessem os jornalistas colher as informações de que necessitassem. Continuou o Serviço de Informações na sua tarefa de informar nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares sobre a vida nacional, através de um boletim diário radiotelegráfico e da publicação mensal do periódico Itamaraty.

Foram estas, Senhor Presidente, em linhas gerais, as diretivas da política exterior do Brasil que tive de cumprir, seguindo a orientação que Vossa Excelência traçou, e o resumo dos trabalhos realizados pelo Ministério das Relações Exteriores. Nesse esforço pus o meu maior empenho a fim de merecer a sua honrosa confiança e colaborar com o seu Governo no nobre propósito de engrandecer o país, dilatar o seu prestígio e assegurar maior eficiência à sua ação diplomática, quer na defesa dos interesses nacionais, quer na contribuição que nos cabe dar à causa da segurança e da paz entre as nações.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1956.

José Carlos de Macedo Soares

EXPOSIÇÃO

ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS

XI SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Adiada por proposta de vários países, a fim de evitar a coincidência de datas entre as eleições presidenciais norte-americanas e a reunião ordinária da Assembléia das Nações Unidas, inaugurou-se finalmente no dia 12 de novembro de 1956, em Nova York, a XI Assembléia Geral da ONU. A Delegação do Brasil a essa reunião foi assim constituída: Chefe, Embaixador Cyro de Freitas Valle; Delegados: Senador Benedito Valladares, Senador Georgino Avelino, Embaixador Gilberto Amado, Deputado Aloysio de Castro; Delegados Suplentes: Joaquim Mendes de Souza, Deputado Luthero Vargas, Deputado Rubem Bernardo, Joaquim Canuto Mendes de Almeida, Murillo Marroquim; Assessôres Especiais: Ministro Jayme de Barros Gomes, Ministro Eurico Penteado, Ministro Carlos Alfredo Bernardes; Secretário Geral da Delegação: Secretário Donatello Grieco; Assessôres: Secretário Miguel Álvaro Ozório de Almeida, João Frank da Costa, Fernando Abbott Galvão, Geraldo de Carvalho Silos, Ayrton Gonzalez Gil Dieguez, Pedro Emilio Penner da Cunha, e Senhores Humberto Bastos, Hoche Ponte, Marcelo Pimentel, Paulo Athayde, Vitor Silva; Assessor Militar, General-de-Brigada Emilio Maurell Filho; Assessor Militar Adjunto, Major Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior.

A Assembléia Geral ainda se acha reunida no momento em que é feito o presente relatório, estando previsto para

o dia 15 de fevereiro o término de seus trabalhos. Iniciada já sob o impacto dos acontecimentos de Suez e da Hungria, com as questões da Argélia e de Chipre a figurar na Agenda provisória, logo se previu que a presente sessão fugiria à tentativa de solucionar tão grande número de questões passíveis de originar uma guerra de grandes proporções, limitando-se a debates que aclarassem os pontos de vista das partes em conflito. O ambiente não tem impedido, contudo, que se acertem algumas medidas de caráter econômico e jurídico, nas diversas Comissões e no Plenário.

Assistência Técnica — Constitui a Assistência Técnica um dos setores em que, com maior eficiência, se pode obter a cooperação internacional, sem caráter paternalista, capaz de atender aos interesses de todos os países. O representante do Brasil, Senador Benedito Valladares, vem dando ênfase especial à necessidade de descentralização do programa de Assistência Técnica das Nações Unidas, de modo que seja utilizada em maior escala a experiência das comissões regionais. Tem evidenciado, ainda, ser necessário estreita colaboração entre as atividades da Assistência Técnica e as da nova Agência internacional para utilização da energia nuclear.

Desenvolvimento econômico — O problema dos países subdesenvolvidos tem sido analisado, nas Nações Unidas, não só em seus aspectos originariamente econômicos como também nas suas conseqüências de caráter político e social, de modo a avaliar-se a medida em que sua solução contribuiria para a paz e a estabilidade do mundo. Durante a discussão do Relatório do Conselho Econômico e Social, do qual o Brasil faz parte, o representante do nosso país na III Comissão, Deputado Luthero Vargas, acentuou a necessidade de maior cooperação entre o Fundo Internacional de Socorro à Infância e os órgãos de atividades ligadas ao

desenvolvimento econômico, argumentando que é o subdesenvolvimento econômico a causa principal da situação de pobreza, da falta de alimentação e da disseminação de doenças existentes em mais de três quartas partes do mundo.

Refugiados — O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados apresentou veemente apêlo, dirigido em particular aos países da América Latina, para que coooperem em maior escala com o programa da UNREF, recentemente agravado com o afluxo de 150.000 refugiados húngaros para a Áustria e de mais 9.140 em outros países. Foi com esse espírito humanitário que o Brasil se ofereceu para receber grande número de refugiados húngaros. (O problema da Hungria é tratado em item separado, neste Relatório).

Direito do Mar — Na oportunidade em que se analisou o relatório final da Comissão de Direito Internacional, da qual é membro, o Embaixador Gilberto Amado proferiu importante discurso em que examinou diversos aspectos do Direito do Mar. O Brasil co-autorou um projeto de resolução pelo qual a Assembléia Geral decide convocar uma Conferência Internacional de Plenipotenciários com o objetivo de estudar o Direito do Mar e elaborar uma ou mais convenções sobre o assunto, levando em consideração não só o aspecto jurídico mas os aspectos técnico, biológico, econômico e político dos problemas a ele relativos. Os trabalhos dessa Conferência Internacional se baseiam no projeto de Convenção elaborado pela Comissão de Direito Internacional.

Aumento do número de membros em órgão das Nações Unidas — Considerando que a admissão de novos membros impunha uma revisão da atual representação em diversos órgãos das Nações Unidas, o Brasil co-patrocinou propostas de aumento de número dos membros não perma-

nentes do Conselho de Segurança, de membros do Conselho Econômico e Social, e da Comissão de Direito Internacional, dentro da iniciativa que, nesse sentido, tomaram os países latino-americanos.

Comissão de Direito Internacional — O Embaixador Gilberto Amado foi reeleito, por 61 votos, membro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, da qual participa desde que este órgão foi criado, tendo sido um dos autores dos seus Estatutos.

UNESCO

A IX Conferência Geral da UNESCO reuniu-se em Nova Delhi, de 5 de novembro a 5 de dezembro de 1956. A Delegação do Brasil a essa Conferência foi assim constituída: Chefe da Delegação: Deputado Gustavo Capanema; Delegados: Paulo Berredo Carneiro, Francisco Luiz de Almeida Salles, Maria Martins e Padre Pedro Vidigal; Delegados Suplentes: Nelson Moura Brasil do Amaral, José Simeão Leal, Vera Regina do Amaral Sauer, Antônio Medeiros Lima e Moacyr Andrade; Secretário Geral: Roberto Luiz Assumpção de Araújo; Assessor: Gilberto Chateaubriand Bandeira de Mello.

A fim de atender a diversos novos projetos de interesse para a América Latina, a Delegação brasileira promoveu, em moção conjunta com a Espanha, a França e a Índia, o acréscimo de um milhão de dólares à proposta de orçamento apresentada pelo Diretor-Geral da UNESCO. O reajustamento orçamentário beneficiará todos os países subdesenvolvidos em geral, e permitirá financiar a criação de um Centro Regional de Pesquisas Sociais para a América Latina, proposta pelo Brasil, bem como programas de pesquisas em terras áridas e de ensino primário. Ainda por proposta brasileira, foi criado um fundo internacional para a educação, ciência e cultura, pelo qual se vinha batendo o Professor Paulo Carneiro desde 1954, como Delegado do nosso país. No encerramento da Conferência, o Professor Paulo Carneiro foi escolhido unanimemente para pronunciar o discurso oficial em homenagem à obra do Mahatma Gandhi.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O Brasil se candidatou a um dos postos eletivos do Conselho Administrativo da Organização Internacional do Trabalho, nas eleições que serão realizadas em junho de 1957, durante a próxima Conferência Internacional do Trabalho. É oportuno lembrar que o Brasil já foi membro do referido Conselho, no setor permanente, cargo que perdeu, em 1954, em virtude da admissão da União Soviética, visto a Constituição da O.I.T. dispor que os postos permanentes do referido Conselho são ocupados pelos países de maior importância industrial, critério esse que desfavoreceu nosso país.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Também na Organização dos Estados Americanos se fêz sentir a presença do Brasil, seja no Conselho e respectivas Comissões, na União Pan-Americana, seja nos diversos Organismos Especializados.

Em 1.º de maio, realizou o Conselho da Organização sessão protocolar em homenagem ao Senhor Vice-Presidente do Brasil, Dr. João Belchior Marques Goulart, que foi na ocasião saudado pelo Embaixador César Tulio Delgado, então Presidente do Conselho da OEA.

O Brasil participou, no decorrer do ano, de nove das quinze Comissões do Conselho:

Comissão de Conferências Interamericanas;

Comissão de Publicações e Informação Pública;

Comissão de Finanças;

Comissão de Regulamento do Conselho e da U.P.A.;

Comissão dos Órgãos do Conselho;

Comissão de Assuntos Jurídico-Políticos;

Comissão Preparatória da XI Conferência Interamericana;

Comissão Geral;

Comissão de Homenagem à Memória de Cordell Hull.

O Delegado do Brasil, Embaixador Fernando Lôbo, foi eleito, por unanimidade, Presidente do Conselho da Or-

ganização dos Estados Americanos e reeleito Presidente da Comissão de Conferências Interamericanas.

Realizou-se, na cidade do México, de 17 de janeiro a 4 de fevereiro, a III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos. Foi, então, aprovada uma proposta, de autoria da delegação brasileira, relativa à apresentação de reservas em tratados multilaterais.

O Governo brasileiro não se opôs à idéia da criação de uma Côrte Interamericana de Justiça, mas seu assentimento definitivo foi condicionado à forma de que venha a Côrte a se revestir e à sua relação com o sistema pan-americano de soluções pacíficas.

Reuniu-se, de 15 a 28 de março, em Ciudad Trujillo, a Conferência Especializada sobre Mar Territorial e Plataforma Submarina. O Brasil esteve representado por uma Delegação chefiada pelo Embaixador Fernando Lôbo.

Mostrou-se o Brasil favorável a uma revisão do Tratado Americano de Soluções Pacíficas, ou à elaboração de novo Tratado sobre a matéria, segundo os termos do artigo 23 da Carta da Organização dos Estados Americanos.

REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO AMERICANOS NO PANAMÁ

Em comemoração ao 130.º aniversário do Congresso do Panamá — a primeira das conferências de nações americanas — realizou-se, nos dias 21 e 22 de julho, na capital da República do Panamá e a convite do Presidente daquele país, uma reunião a que compareceram quase todos os Chefes de Estado americanos.

A reunião constituiu um inigualável êxito como reafirmação dos princípios do pan-americanismo e atingiu plenamente seu objetivo de estreitar ainda mais os vínculos que ligam essas nações, mostrando ainda ao mundo um Continente unido e coeso na defesa de seus interesses comuns e sua tradicional solidariedade. Na declaração oficial então subscrita, os Chefes de Estado reafirmaram sua confiança naqueles princípios, no êxito da Organização dos Estados Americanos e no papel da América como baluarte das liberdades do Homem e da independência das Nações.

O Senhor Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, fêz-se acompanhar em sua viagem ao Panamá pelo Secretário Geral, interino, do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Henrique de Souza Gomes.

CONFERÊNCIA DO ATLÂNTICO SUL

Em agosto de 1956, o Governo da República Argentina tomou a iniciativa de propor a realização, em Buenos Aires, de uma reunião preparatória de representantes dos países americanos diretamente interessados na defesa do Atlântico Sul, com o fim de iniciar o estudo conjunto dos problemas relativos à defesa desse setor da área do Continente. Ao fazer tal proposta, o Governo argentino declarou que levava especialmente em conta as razões que inspiraram a celebração do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro, as recomendações da Junta Interamericana de Defesa e ainda os propósitos de solidariedade continental proclamados na recente Conferência dos Chefes de Estado americanos, realizada no Panamá.

O Itamaraty e os órgãos militares do Governo submeteram o assunto a um exaustivo exame, em consequência do qual ficou assentado que o Brasil aceitaria, em princípio, o convite para a reunião. Os países interessados prosseguem em negociações para a organização da agenda e fixação de data da projetada conferência, a que já se vem dando o nome de Conferência do Atlântico Sul.

VISITA DO PRESIDENTE ELEITO DA BOLÍVIA AO BRASIL

De 26 a 30 de julho de 1956, esteve no Brasil, em visita oficial, como Presidente eleito da Bolívia, o Senhor Hernan Siles Zuazo.

Durante sua visita ao Rio de Janeiro, recebeu o Presidente Hernan Siles calorosas manifestações de simpatia do Governo e do povo do Brasil, tendo sido condecorado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Aproveitando a estada do Presidente da Bolívia no Brasil, foram estudadas medidas destinadas a solucionar os problemas referentes à complementação econômica e intensificação das relações entre os dois países.

ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLÍVIA

A única obra de vulto a ser ainda realizada na ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra é a ponte sobre o rio Grande, que deverá ter 1,4 km de extensão. Tanto os trabalhos de concretagem, feitos no local onde será erguida a ponte, quanto a construção da estrutura metálica, realizada em Antuérpia, na Bélgica, encontram-se bastante adiantados. Para a edificação da ponte em aprêço foi aberto à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana um crédito de Cr\$ 90.000.000,00.

A fim de habilitar a Comissão Mista Ferroviária a aumentar sua capacidade de transporte de combustíveis, foi-lhe concedido, no decorrer do ano de 1956, crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, destinado à compra de 12 vagões-tanques, ao pagamento de 12 vagões-tanques, anteriormente adquiridos, e às despesas complementares indispensáveis.

EXECUÇÃO DO TRATADO DE 1938 SOBRE SAÍDA E APROVEITAMENTO DO PETRÓLEO BOLIVIANO

No decorrer do ano de 1956, foram grandemente intensificadas as negociações destinadas a estreitar as relações políticas e econômicas entre o Brasil e a Bolívia.

Esses contatos, realizados no Rio de Janeiro e em La Paz, evidenciaram uma vez mais o desejo dos Governos brasileiro e boliviano de solucionar, de comum acôrdo, os problemas de interêsse para ambos os países.

As negociações referentes à exploração de petróleo na área delimitada nas Notas Reversais de 17 de janeiro de 1952 estão sendo favoravelmente encaminhadas pelos Governos do Brasil e da Bolívia, esperando-se em breve sejam assentadas as medidas definitivas para a execução do Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, de 25 de fevereiro de 1938.

ENCONTRO DOS PRESIDENTES DO BRASIL E DO PARAGUAI

Em 6 de outubro de 1956, realizou-se em Foz do Iguaçu o encontro dos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Brasil e do Paraguai, para assistirem à cerimônia que marcou o início dos trabalhos de construção da ponte internacional sôbre o rio Paraná.

Nessa ocasião, foi emitido um comunicado conjunto, pelo qual os dois Presidentes expressaram sua profunda satisfação pelas negociações relativas ao intercâmbio comercial brasileiro-paraguaio e concordaram ser do maior interesse para ambos os países regulamentar, sem demora, a utilização dos entrepostos de depósitos francos em Paranaguá e Concepción, e concluir, no mais curto prazo possível, a construção daquela ponte internacional.

Os Senhores Presidentes Juscelino Kubitschek de Oliveira e Alfredo Stroessner anuíram, igualmente, ser necessário ativar o intercâmbio cultural entre o Brasil e o Paraguai, complementando dessa forma os trabalhos dos Institutos de cultura mantidos no Rio de Janeiro e em Assunção.

Finalmente, os Presidentes do Brasil e do Paraguai, traduzindo as aspirações mais legítimas das duas nações e os interesses das populações fronteiriças, resolveram constituir uma Comissão Mista, destinada a estudar os meios mais indicados para intensificar os trabalhos da rodovia Concepción-Ponta Porã.

VISITAS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A ASSUNÇÃO

Em 6 de outubro de 1956, após as cerimônias havidas por ocasião do encontro, em Foz do Iguaçu, dos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Brasil e do Paraguai, o Ministro das Relações Exteriores, prosseguiu viagem até Assunção, onde permaneceu durante dois dias, atendendo a convite do Chanceler do Paraguai. Acompanharam-no os Secretários José Augusto de Macedo Soares e Lucillo Haddock Lôbo, Chefe e Subchefe de seu Gabinete, e Mário Calábria, Subchefe da Divisão Política. Aproveitou o ensejo de sua visita para condecorar o Chanceler Sapena Pastor com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

De 26 a 28 de outubro de 1956, o Ministro das Relações Exteriores visitou novamente Assunção, a fim de assinar o Tratado Geral de Comércio e Investimentos e o Convênio de Comércio Fronteiriço, que haviam sido negociados naquela Capital por uma Missão Comercial brasileira. Aproveitando a ocasião, fez entrega ao Presidente Alfredo Stroessner, em cerimônia especial realizada no Palácio do Governo do Paraguai, do original da "Ata de Reconhecimento da Independência do Paraguai", assinada por Pimenta Bueno e pelo Presidente Antônio Carlos Lopez.

Essas duas visitas do Ministro das Relações Exteriores a Assunção muito contribuíram para estreitar ainda mais a amizade entre o Brasil e o Paraguai e intensificar as relações entre os dois países.

APROVEITAMENTO DA ENERGIA HIDRELÉTRICA DOS RIOS ACARAÍ E MONDAÍ

Em 20 de janeiro de 1956, os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República do Paraguai celebraram um Convênio de Cooperação para o Estudo do Aproveitamento da Energia Hidrelétrica dos Rios Acaraí e Mondaí, que correm em território paraguaio e são afluentes do rio Paraná.

Pelo referido Convênio, o Governo brasileiro comprometeu-se a realizar, por intermédio do Departamento Nacional de Obras e Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, os estudos hidrológicos, topográficos, geológicos e os anteprojetos e especificações necessários ao aproveitamento hidrelétrico em aprêço.

A fim de dar início aos mencionados estudos, visitou o Paraguai, durante o mês de novembro último, uma Delegação técnica brasileira presidida pelo Engenheiro Camilo de Menezes, Diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

CONCESSÃO DE PORTOS FRANCOS EM PARANAGUÁ E CONCEPCIÓN

Em 20 de janeiro de 1956, foram assinados dois Convênios pelos quais o Brasil e o Paraguai concederam-se, reciprocamente, em Paranaguá e Concepción, entrepostos de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelos dois países.

Êsses Convênios derivaram de uma recomendação da Conferência Regional dos Países do Rio da Prata, realizada em fevereiro de 1941, e pela qual ficou resolvido o estabelecimento de zonas francas em seus portos fluviais ou marítimos, a fim de satisfazer o intercâmbio comercial dos países mediterrâneos.

Os portos francos de Paranaguá e Concepción adquirirão importância, em futuro próximo, quando estiverem concluídas as obras de construção das rodovias que ligarão Assunção a Paranaguá, e Concepción a Ponta Porã.

RODOVIA CORONEL OVIEDO-PÔRTO PRESIDENTE FRANCO

Em 20 de janeiro de 1956, os Governos do Brasil e do Paraguai celebraram um Acôrdo por troca de Notas relativo à construção, em território paraguaio, de uma rodovia ligando Coronel Oviedo a Pôrto Presidente Franco. Essa estrada permitirá, através da ponte sôbre o rio Paraná, ora em construção, a ligação rodoviária direta entre Assunção e Paranaguá.

Por êsse Acôrdo, os Governos brasileiro e paraguaio concordaram em aplicar na construção da referida rodovia a quantia de Cr\$ 112.254.777,00, que constituiu um empréstimo do Brasil ao Paraguai, e decidiram encarregar da construção da estrada uma Comissão Mista brasileiro-paraguaia especialmente constituída para tal fim, e na qual é representante brasileiro o Coronel de Engenharia Olympio de Sá Tavares.

Depois de executados os necessários estudos aerofotogramétricos, foram iniciados, simultâneamente em vários pontos da região entre Coronel Oviedo e Pôrto Presidente Franco, os trabalhos de construção da rodovia, que deverá ser inaugurada no primeiro semestre de 1957.

PONTE SÔBRE O RIO PARANÁ

Em 29 de maio de 1956 celebrou-se, no Palácio Itamaraty, o Acôrdo por troca de Notas relativo à construção de uma ponte sôbre o rio Paraná, que permitirá a ligação da rodovia Coronel Oviedo-Pôrto Presidente Franco, em território paraguaio, a Paranaguá-Foz do Iguaçu, em território brasileiro, e concretizará a união rodoviária entre os dois países.

Em 25 de setembro, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sancionou a lei que abria um crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para a construção da ponte em aprêço.

Em 6 de outubro, em Foz do Iguaçu, os Presidentes do Brasil e do Paraguai inauguraram solenemente os trabalhos preliminares em ambas as margens do rio Paraná, e, nessa ocasião, foi emitido um comunicado conjunto pelo qual era afirmado ser do maior interêsse para o Brasil e o Paraguai a construção, no mais curto prazo possível, da referida ponte internacional.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem está encarregado daquela construção e já deu início às obras, que se espera estejam concluídas dentro de curto prazo.

RODOVIA CONCEPCIÓN-PONTA PORÃ

Por ocasião do encontro em Foz do Iguaçu, em 6 de outubro de 1956, dos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Brasil e do Paraguai, foi emitido um comunicado conjunto pelo qual ficou resolvida a constituição, no prazo de trinta dias, de uma Comissão Mista brasileiro-paraguaia destinada a estudar os meios mais indicados para intensificar os trabalhos na rodovia Concepción-Ponta Porã, ora em construção.

Nesse sentido, o Govêrno paraguaio nomeou os Senhores Enrique Barrail, Ramon Velasquez e Wilfrido Alonso e o Govêrno brasileiro designou o Engenheiro Mauricio Martins da Rocha Nogueira, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para seus representantes na referida Comissão Mista.

O Engenheiro Rocha Nogueira viajou ao Paraguai, no decorrer do mês de dezembro, a fim de inteirar-se do andamento dos trabalhos da estrada e, de comum acôrdo com os representantes paraguaios, decidir das medidas destinadas a intensificar sua construção.

ASILO DIPLOMÁTICO E TERRITORIAL EM BENEFÍCIO DE ARGENTINOS E BOLIVIANOS

Durante o ano de 1956, as Embaixadas do Brasil em Buenos Aires e La Paz concederam asilo a algumas dezenas de cidadãos argentinos e bolivianos. Vários políticos argentinos conseguiram também transpor a linha de fronteira, colocando-se sob proteção das leis brasileiras.

Defensor do instituto do asilo e fiel aos compromissos internacionais sobre a concessão dessa medida humanitária, o Brasil já firmou elevado conceito perante as demais nações americanas pelo zelo e prudência com que suas Missões diplomáticas concedem aquela medida de exceção. Para não desmerecer as finalidades do instituto e mantê-lo nos seus justos termos, o Itamaraty expediu instruções precisas àquelas Embaixadas, visando a solução dos diferentes problemas relacionados com a concessão do asilo diplomático. Todos os casos tiveram solução satisfatória, para o que muito concorreu o espírito de cooperação encontrado de parte das autoridades argentinas e bolivianas.

Por outro lado, a Divisão Política encarregou-se de prestar assistência a todos os asilados políticos que desembarcaram nesta capital. Assim, providenciou seu transporte e alojamento, encaminhou-os, posteriormente, à Direção-Geral do Departamento do Interior e Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para a regularização de sua permanência no país.

RECONHECIMENTO DO NOVO GOVERNO DE HONDURAS

No dia 21 de outubro de 1956, o Senhor Júlio Lozano Díaz renunciou à Presidência da República de Honduras, em favor de uma Junta Militar, integrada pelos Senhores General Roque J. Rodriguez, Coronel Hector Carraccioli e Major-Engenheiro Roberto Gálvez Barnes.

O Governo brasileiro, ante o pedido de reconhecimento do novo Governo, que lhe foi feito pela Embaixada de Honduras no Rio de Janeiro, comunicou-lhe, por Nota datada de 31 de outubro, que continuará a manter com Honduras as suas tradicionais relações de amizade.

RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DO MARROCOS E DA TUNÍSIA

Em virtude da evolução a que atingiram o Marrocos e a Tunísia, e do crescente nacionalismo árabe, chegou a França à conclusão de que os tratados que regiam as relações franco-marroquinas e franco-tunisinas e pelos quais havia sido instituído o protetorado francês sobre aqueles países, não mais atendiam aos imperativos da vida moderna.

Como epílogo das conversações efetuadas entre representantes do Governo francês e do Sultão do Marrocos, e, posteriormente, entre representantes do Governo francês e do Beí da Tunísia, reconheceu a França a independência daqueles países árabes, respectivamente, em 2 e 20 de março de 1956.

Por Nota passada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade o Sultão do Marrocos pelo Cônsul do Brasil em Casablanca, em resposta à comunicação de que aquele país havia adquirido o estatuto de estado soberano, o Governo brasileiro reconheceu, em 11 de junho de 1956, a independência do Marrocos.

Por telegrama dirigido a Sua Excelência o Senhor Habib Bourguiba, Presidente do Conselho da Tunísia, em resposta à comunicação de que aquele país se havia tornado independente, o Governo brasileiro reconheceu, em 17 de julho de 1956, o novo Estado.

RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DO SUDÃO

Com o reconhecimento pelos países condôminos, Grã-Bretanha e Egito, de sua independência, foi o Sudão elevado à categoria de Estado independente em 1.º de janeiro de 1956.

O Governo brasileiro, por telegrama dirigido a Sua Excelência o Senhor Moubarak Zarroug, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, em resposta à comunicação daquele acontecimento, reconheceu o novo Estado, em 13 de janeiro de 1956.

ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE EMBAIXADA DA MISSÃO DIPLOMÁTICA DO BRASIL NA SUÉCIA

Em atenção aos tradicionais laços de amizade que unem o Brasil e a Suécia e no interesse das importantes relações econômicas existentes entre os dois países, concordou o Governo brasileiro com a iniciativa do Governo Real de elevar simultaneamente as respectivas Missões diplomáticas em Estocolmo e no Rio de Janeiro à categoria de Embaixadas.

A Legação do Brasil em Estocolmo foi elevada à categoria de Embaixada, por Decreto publicado no *Diário Oficial*, de 14 de abril.

ADESÃO DO BRASIL AO TRATADO QUE RESTABELECE A INDEPENDÊNCIA DA ÁUSTRIA

A 30 de junho foi enviada Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da República acompanhada da respectiva Mensagem, a fim de submeter à aprovação do Congresso Nacional a adesão do Brasil ao Tratado que restabelece a independência da Áustria, assinado na cidade de Viena, a 15 de maio de 1955, pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, França, Estados Unidos da América e União Soviética, de um lado, e pela Áustria, de outro.

O Brasil, que havia sido o patrocinador da justa causa austríaca na ONU, acolheu com grande satisfação o convite de adesão ao Tratado.

PROTEÇÃO DOS INTERESSES PORTUGUESES NA UNIÃO INDIANA

Durante todo o ano de 1956, continuou o Brasil a proteger os interesses de Portugal na União Indiana, por intermédio da Embaixada em Nova Delhi e do Consulado em Calcutá. A proteção da vasta colônia portuguesa domiciliada na União Indiana, estimada em 100 mil almas, determinou um considerável aumento no movimento de trabalho das duas repartições brasileiras, o que tornou aconselhável a criação de um Consulado de carreira em Bombaim, cidade onde residem quatro quintos daqueles portugueses. O Consulado em Bombaim foi instituído por Decreto do Executivo, e sua instalação depende apenas da necessária anuência do Governo da União Indiana. Em fevereiro e julho, autorizados pelo Governo da União, estiveram em Bombaim Secretários da Embaixada em Nova Delhi, em missão de proteção dos interesses portugueses.

Além do auxílio, que é de seu dever prestar aos cidadãos portugueses, procurou o Brasil, também, tôdas as vezes que lhe foi possível, ajudar os cidadãos indianos que têm interesses no Estado Português da Índia, ou que lá deixaram suas famílias, facilitando-lhes, entre outras coisas, os vistos de entrada em Gôa, Damão e Diu e Províncias portuguesas da África. Outrossim, atendo-se à linha humanitária que caracteriza sua posição, o Brasil, a pedido do

Govêrno da União Indiana, obteve do Govêrno português que fôsem atendidas certas pretensões de mulheres indianas, prisioneiras políticas em Gôa.

Embora conservando-se fiel à neutralidade a que o obriga o mandato recebido do Govêrno português, o Brasil sempre deixou patente seu desejo de ver a controvérsia entre Portugal e a União Indiana resolvida de maneira pacífica.

TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA COM PORTUGAL

Em colaboração direta com todos os outros Ministérios e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Itamaraty continuou o estudo das medidas que devem ser adotadas para a inteira aplicação do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, firmado no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1953, e promulgado pelo Decreto n.º 36.776, de 13 de janeiro de 1955.

Os resultados desse trabalho serão transmitidos à Comissão Nacional Brasileira, criada pelo Decreto n.º 37.374, de 23 de maio de 1955, à qual competirá propor as modificações que se tornarem necessárias nas Leis e Regulamentos vigentes.

Os estudos preliminares acham-se quase terminados e espera-se que a Comissão Nacional possa reunir-se no primeiro trimestre de 1957.

LIBERAÇÃO DE BENS DE SÚDITOS ALEMÃES RESIDENTES NO EXTERIOR

Ao Senhor Presidente da República enviou o Itamaraty Mensagem, acompanhada de projeto de Decreto, com a finalidade de pôr termo a um dos mais antigos problemas que agravavam as relações normais entre a República Federal da Alemanha e o Brasil, qual seja o da liberação dos bens de súditos alemães residentes no exterior e apreendidos por força da legislação de guerra. As firmas alemães beneficiárias da medida liberatória são as maiores e mais tradicionais que se estabeleceram no Brasil. Um consórcio privado alemão, representante dessas firmas, prontificou-se a concorrer com o pagamento do saldo das indenizações de guerra. Esse Consórcio depositou em tempo hábil no Banco do Brasil a soma exigida pela Comissão de Reparações de Guerra. O acôrdo beneficia sobremaneira o Comércio teuto-brasileiro. Com a assinatura do Decreto, que tomou o n.º 39.869, de 30-8-56, e liquidou o saldo das indenizações de guerra, normalizando a vida das mais conceituadas firmas alemãs estabelecidas no Brasil, encerra-se, com satisfação geral dos interesses brasileiros, um capítulo assaz difícil das relações do nosso país com a República Federal da Alemanha.

RATIFICAÇÃO DO ACÓRDO ENTRE O BRASIL E
A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA ASSI-
NADO NO RIO DE JANEIRO A 4 DE SETEMBRO
DE 1953, SÔBRE A RESTITUIÇÃO DE PATENTES
DE INVENÇÃO E MARCAS INDUSTRIAIS

Como consequência imediata da assinatura do Decreto n.º 39.869, que liberou os bens das pessoas físicas e jurídicas alemãs domiciliadas no exterior, foi enviada Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da República, a fim de submeter à apreciação do Congresso Nacional o Acôrdo entre a República Federal da Alemanha e o Brasil sôbre a restituição das marcas industriais e patentes de invenção de firmas alemãs, apreendidas pela legislação de guerra e incorporadas ao Patrimônio Nacional. As medidas preconizadas nesse acôrdo virão permitir que os antigos proprietários das marcas industriais e patentes de invenção possam explorá-las de novo e trazer ao comércio brasileiro muitos produtos por elas cobertos e que desapareceram do mercado.

INDENIZAÇÕES DE GUERRA A BRASILEIROS RESIDENTES NA ITÁLIA

Não tem sido descurado o problema do pagamento de indenizações a brasileiros residentes na Itália e que sofreram danos materiais durante a Segunda Guerra Mundial. As negociações com as autoridades italianas, a cargo da Embaixada do Brasil em Roma, encaminham-se a bom termo.

PRISIONEIRO DE GUERRA COREANOS

Procedentes de Nova Delhi, chegaram ao Rio de Janeiro, em fevereiro, 57 prisioneiros de guerra coreanos, que optaram por iniciar uma nova vida no Brasil. Desses, 51 são coreanos do sul, 5 chineses e 1 coreano do norte. O transporte processou-se por via aérea, sendo que as despesas foram cobertas, em partes iguais, pelas Nações Unidas e o Comando sino-norte-coreano.

Após a chegada ao Brasil, os ex-prisioneiros foram confiados ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que elaborou cuidadoso plano para sua readaptação e emprego na indústria e agricultura.

A QUESTÃO DE SUEZ

A situação internacional no Oriente Médio, que se vinha tornando muito tensa nos últimos tempos, agravou-se consideravelmente após a nacionalização do Canal de Suez pelo Egito. Tornou-se evidente que eram irreconciliáveis as posições em que se haviam colocado certos países daquela área e outras potências nela interessadas, e a possibilidade de um conflito armado pairou então sobre o Oriente Médio.

A 29 de outubro iniciaram-se as hostilidades entre Israel e o Egito, nelas se envolvendo logo após a Grã-Bretanha e a França. Em poucos dias, as forças israelenses ocuparam Gaza e a maior parte da região do Sinai, enquanto tropas anglo-francesas procediam ao bombardeio aéreo de certos objetivos no Egito e desembarcavam em Port Said e Port Fuad, ocupando essas duas cidades e as margens do Canal de Suez, em cerca de um terço de sua extensão.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, reunido desde 30 de outubro para tratar do conflito, viu-se impossibilitado de tomar qualquer decisão em virtude do uso do direito de veto por parte da Grã-Bretanha e da França. Em consequência, foi convocada uma Sessão Especial de Emergência da Assembléia Geral para ocupar-se da questão de Suez e que se manteve reunida até à abertura da XI Sessão da Assembléia Geral. Entre as decisões imediatamente adotadas pela Sessão Especial de Emergência da Assembléia Geral, com o voto favorável do Brasil, duas se destacam por sua excepcional importância. A pri-

meira, adotada a 2 de novembro, determinava a cessação imediata das hostilidades na zona conflagrada e, embora o desembarque anglo-francês se iniciasse após sua aprovação, veio a ser obedecida na noite de 7 para 8 de novembro, quando o fogo cessou em toda a frente.

Pela segunda dessas resoluções, a Sessão Especial de Emergência da Assembléia Geral determinou ao Secretário Geral da Organização que preparasse um plano para constituição de uma Fôrça de Emergência das Nações Unidas, destinada a operar na região conflagrada e impedir o reinício das hostilidades. O plano do Secretário Geral foi aprovado pouco após, decidindo ainda a Assembléia Geral a formação de uma Comissão Consultiva de sete países para assessorá-lo nas questões relativas à Fôrça de Emergência, Comissão essa para a qual foi escolhido o Brasil.

Diante do apêlo que lhe foi dirigido, como Estado membro das Nações Unidas, a fim de contribuir para a formação da Fôrça de Emergência, julgou o Governo brasileiro que não poderia fugir à responsabilidade que deriva de sua incontestável importância no cenário mundial. Assim, o Ministério das Relações Exteriores julgou dever propor ao Senhor Presidente da República — e o fez em Exposição de Motivos de 8 de novembro — que fôsse solicitada a devida anuência do Congresso Nacional. Sua Excelência, concordando com as razões expostas, dirigiu-se, em Mensagem de 8 de novembro, ao Congresso, o qual, por Decreto Legislativo do dia 22, autorizou o Poder Executivo a tomar as providências que se fizessem necessárias para que o Brasil contribuisse com um batalhão para a constituição da Fôrça de Emergência. O Ministério da Guerra tomou, no devido tempo, as medidas necessárias para a preparação de um contingente que em curto prazo se achava à disposição das Nações Unidas e aguardando ordem de embarque.

Cabe aqui salientar que nesta oportunidade ficou mais uma vez evidenciado o alto conceito de que o Brasil goza nas Nações Unidas, pois, embora tão distantes da região conflagrada e sem nela termos interesses diretos, tivemos função destacada na ação da ONU no caso de Suez. Como prova dêsse papel de relêvo podem-se mencionar a eleição do Brasil para a Comissão Consultiva referida acima, o apêlo especial feito pelo Secretário Geral a fim de que o Brasil participasse da Fôrça de Emergência e a escolha de um oficial brasileiro para integrar o grupo de três Assessores Militares do Secretário Geral.

LEVANTE ANTICOMUNISTA NA HUNGRIA

Desde o começo da insurreição dos húngaros contra a ocupação soviética, fez o Governo brasileiro sentir sua posição firme de repúdio contra a intervenção armada dos russos e mongóis na Hungria e bem interpretou os dolorosos sentimentos do povo brasileiro pelo massacre dos heróicos patriotas magiares. Essa preocupação e pesar do povo e do Governo brasileiros foram fielmente traduzidos pelo Itamaraty na Organização das Nações Unidas e na ajuda que prestou e continua a prestar aos refugiados húngaros.

Nas Nações Unidas, o Brasil apoiou diversas resoluções votadas pela Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral e pela XI Sessão da Assembleia Geral. Entre essas resoluções, destacam-se a que condena a ação militar da União Soviética na Hungria, e exigiu a retirada dos exércitos soviéticos do território magiar, bem como a que pediu a realização de eleições livres na Hungria, e solicitou o auxílio dos Estados membros para o fornecimento de víveres e mantimentos à população e ajuda direta aos refugiados húngaros.

O Governo brasileiro, por sugestão do Itamaraty, concedeu ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados um auxílio de trinta mil dólares (US\$ 30.000), a serem gastos em favor dos húngaros escapos e decidiu receber, como imigrantes, três mil (3.000) refugiados húngaros, aos quais serão concedidos, pelas autoridades brasi-

leiras, documentos especiais de viagem e vistos gratuitos. Para a consecução dessas providências, o Itamaraty vem contando com a colaboração do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, do Departamento do Interior e Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Departamento Federal de Segurança Pública, entidades anti-comunistas de assistência aos húngaros e outras entidades interessadas.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO URUGUAI

A viagem do Ministro das Relações Exteriores a Montevideu representou não somente um gesto de cordialidade e aprêço para com o Uruguai, mas significou também a inauguração de novo capítulo na obra de aproximação brasileiro-uruguaia. Entre os dias 26 e 30 de dezembro, o Ministro de Estado assinou em Montevideu dois acordos internacionais, um sobre intercâmbio cultural e outro sobre transportes aéreos, e quatro declarações conjuntas sobre comércio de fronteira e repressão ao tráfico ilícito e ratificação do Tratado de Comércio e Navegação de 1949.

O Chanceler brasileiro e seu Colega uruguaio resolveram também então convocar as Comissões brasileira e uruguaia, encarregadas da elaboração dos projetos referentes à construção da Ponte Internacional Quaraí-Artigas, para uma reunião da qual resultará a escolha do projeto definitivo que servirá de base à realização, em concreto armado, de uma obra que constitui antiga aspiração dos habitantes de extensa região fronteiriça.

A todos esses atos, o Ministro das Relações Exteriores juntou um outro, de caráter sentimental, que teve a mais ampla repercussão no país vizinho: a entrega do documento original, de redação do próprio punho de Lavalleja, onde figuram os nomes dos famosos Trinta e Três orientais que iniciaram a campanha de libertação daquele país.

AÇÃO CULTURAL

A Divisão Cultural empenhou-se nos seguintes trabalhos de propaganda e intercâmbio cultural:

a) *Livros* — Organização de uma biblioteca básica, uma *Brasiliana* de caráter científico, histórico ou de consulta, suscetível de servir às Missões diplomáticas e Consulados, e aos centros de estudo, clubes e associações interessados no Brasil, na organização de suas próprias coleções. Corrigindo o caráter demasiadamente literário e improvisado das atuais bibliotecas, a Divisão Cultural procura torná-la realmente representativa da literatura brasileira, sobretudo das letras, história, geografia, economia, cultura e legislação. Além disso, está coligindo dados bibliográficos a respeito do que, sobre o Brasil, existe em línguas estrangeiras e em edições não esgotadas, já tendo providenciado a aquisição de novas obras de autores brasileiros traduzidas para o alemão e o italiano. Finalmente, entrou em negociações com o Gabinete e o Serviço de Documentação do Ministério da Educação, bem como com o Instituto Nacional do Livro, para um trabalho de cooperação nesse terreno de fornecimento de livros ao estrangeiro e participação brasileira em festivais ou feiras do livro.

b) *Fotografias* — Atualização e ampliação de sua coleção de fotografias do Brasil. A atual coleção já é antiga e salienta a parte de arquitetura colonial. No sentido de desenvolver os setores de arquitetura moderna e industrial, a Divisão tem procurado adquirir novos negativos que a habilitem, inclusive, a contribuir para a organização de

exposições itinerantes de arquitetura. Ressente-se da falta de uma coleção de diapositivos (*slides*), em côr, falta essa que deverá ser oportunamente sanada.

c) *Filmes* — A Divisão Cultural possui alguns filmes cinematográficos antigos, em branco e preto, pouco representativos ou sem valor artístico. Entretanto, foi realizado, pelo Cônsul Raul de Smandek, em 1954, um ótimo filme colorido falado em inglês, francês e espanhol, que está sendo copiado em Los Angeles. Um segundo filme sobre o Brasil, em branco e preto, falado em alemão, foi comprado, o qual deverá ser também editado em italiano e japonês. Prosseguem as negociações com o Sr. Jean Manzon para a aquisição de alguns de seus documentários. A Divisão tenciona realizar, por sua conta, mais dois filmes, um sobre a história da arquitetura brasileira e o outro sobre "O Homem e o Meio", para fins de propaganda imigratória. A organização de uma boa filmoteca apresenta-se como uma necessidade para a satisfação da qual boa verba deverá ser destinada.

d) *Música* — Por conta da Divisão Cultural, a Rádio Ministério da Educação, em colaboração com a Sinter, está terminando a gravação, em discos LP de doze polegadas, de uma série de dez programas de música erudita brasileira, de câmara e sinfônica, de vários compositores modernos. Além disso, está sendo organizada uma discoteca LP, de discos fabricados no Brasil e no estrangeiro, tanto erudita quanto popular. No terreno da música, essas discotecas vêm preencher uma lacuna de que há muito se queixam as Missões diplomáticas.

U N E S C O

Por sua própria organização, o Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura e a Divisão Cultural deviam trabalhar harmoniosamente, no que diz respeito aos assun-

tos da UNESCO, além do fato de ser o chefe da DCI "ex-officio" Secretário Geral daquele Instituto. É do propósito da Divisão providenciar uma melhor distribuição e classificação dos assuntos da UNESCO, visando ao entrosamento perfeito dos assuntos culturais. Cogita-se da conveniência de uma centralização da correspondência recebida, determinando-se, dêsse modo, a competência e a atribuição de uma e outra entidade.

ESTUDANTES

A Divisão está tomando as seguintes providências:

a) *Concessão de passaporte especial a bolsistas brasileiros* — Iniciativa de restringir a concessão de passaportes especiais a bolsistas brasileiros. De acôrdo com o artigo 1.208 do «Manual de Serviço», só é concedido passaporte especial aos bolsistas que viajam para fins de utilidade pública, em missão de real conveniência para o Estado, o que deverá ser explicado e declarado pela autoridade brasileira que requerer o passaporte. Essa medida tem por objetivo valorizar o referido documento e permitir uma fiscalização dos estudantes que viajam para fins de real conveniência para o Estado.

b) *Comissão reguladora de toda espécie de assistência a bolsistas brasileiros* — A Divisão Cultural, em conexão com a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição especializada na concessão de bôlsas, estuda a formação de uma Comissão com a incumbência de examinar os pedidos de auxílio, à luz da experiência alcançada pelo Itamaraty e pela referida Campanha no trato dessas questões. A Comissão teria caráter experimental. Procurar-se-ia, com o tempo, fa-

zer com que se permitisse à entidade a ser criada uma participação na seleção de bolsistas, feita pelas Missões diplomáticas e instituições, a fim de atender ao interesse nacional.

c) *Auxílio de US\$ 50,00 a bolsistas brasileiros, no estrangeiro* — No corrente ano, houve cerca de 200 concessões de US\$ 50,00 por um período de seis meses. Representa um gasto de, aproximadamente, US\$ 60.000,00, que muito prejudica os demais compromissos da Divisão Cultural. Tenta-se atualmente restringir ao máximo esse subsídio prejudicial à verba em dólares da Divisão Cultural. De fato, por mais justo que seja o auxílio, não se explica esteja o Itamaraty financiando indiretamente a propaganda cultural de países estrangeiros. Além disso, esse subsídio não tem sido sempre dado na base do exame equitativo de mérito de cada caso, havendo a DCI solicitado às Embaixadas em Paris e em Madrid informações sobre a situação dos estudantes brasileiros naquelas capitais.

d) *Bolsas de estudo, no Brasil, a estrangeiros* — Concedeu a Divisão bolsas a estudantes procedentes da Alemanha, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suécia e Uruguai, no total de 43, sendo que a maioria latino-americanos. As matérias lecionadas a esses bolsistas foram entre outras, as seguintes: arquitetura, literatura, agronomia, medicina, odontologia, geografia, geologia, música, relações públicas, história, filosofia, pedagogia, psiquiatria e polícia. As bolsas comportaram uma mensalidade de cinco mil cruzeiros, perfazendo um total anual de mais de mil e duzentos contos, sendo, entretanto, aconselhável um aumento de quota de cinco para seis mil cruzeiros, a fim de atender ao aumento do custo de vida. A distribuição das bolsas para 1957 foi efetuada por uma banca, com a participação de um funcionário da Divisão

Política. Os compromissos contraídos pelo Brasil em virtude de convênios culturais e a necessidade de um tratamento de reciprocidade exigem, entretanto, seja grandemente incrementado o número de bolsas a estudantes estrangeiros.

CÁTEDRAS, CURSOS E INSTITUTOS DE ASSUNTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

a) *Missão Cultural Brasileira* — A Missão constituída este ano por seis professores, ampliou seus trabalhos de difusão da Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, na Escola Brasil, no Instituto Cultural Paraguai-Brasil e na Faculdade de Filosofia. Nesta última instituição, além daquelas disciplinas, estiveram a seu cargo a Didática Geral, a Psicologia e a Antropologia. Promoveu, também, conferências e duas exposições, sendo uma de artista brasileiro, e bem assim a representação de peça brasileira de teatro moderno.

b) *Colégio Experimental Paraguai-Brasil, em Assunção* — Prosseguem as obras iniciadas em 1954 e para as quais o Itamaraty vem despendendo, anualmente, vultosas quantias. A fim de permitir à Comissão Construtora acelerar o ritmo dos trabalhos, foi solicitado ao Congresso Nacional um crédito especial de vinte milhões de cruzeiros. Os gastos de emergência para o prosseguimento da obra constituíram o maior item de despesa da DCI em 1956. O referido colégio, de nível secundário, que contará com a assistência técnico-administrativa da Missão Cultural Brasileira em Assunção e que abrigará também a Faculdade de Filosofia — instituição que formará os professores de ensino secundário do Paraguai — é, no gênero, a obra de maior vulto já empreendida; no exterior, pelo Governo brasileiro.

c) *Instituto Cultural Boliviano-Brasileiro de La Paz*
— Será criado um Instituto cujo orçamento básico de instalação e manutenção foi remetido pela Embaixada naquela Capital. O Instituto Cultural poderá desempenhar papel de grande relêvo em nossas relações com a Bolívia, a exemplo do trabalho análogo que vimos realizando no Paraguai — sobretudo, dentro da atual conjuntura política boliviano-brasileira.

d) *Instituto de Estudos Luso-Brasileiros na Sorbonne*
— No Instituto reside um dos mais importantes centros de estudos brasileiros no exterior. Fêz-se recentemente um ofício à Embaixada em Paris, solicitando assistência tãda especial daquela Missão para o Instituto, cujo regente brasileiro é o Professor Heron de Alencar. Propôs-se o contrato de um auxiliar-bibliotecário para o Instituto, bem como uma dotação anual, em cruzeiros, destinada à compra de livros no Brasil. A Embaixada em Paris recebeu instruções específicas e fêz sugestões no sentido do desenvolvimento da ação cultural do Brasil em Paris.

e) *Instituto Brasileiro da Universidade de Nova York*
— Encontra-se atualmente em fase de estudos, a criação do Instituto. A Embaixada em Washington e o Consulado Geral em Nova York foram consultados a respeito da designação de um professor para a cátedra e de um possível auxílio.

f) *Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires e Instituto de Cultura Argentino-Brasileira em Rosário* — A Divisão Cultural registrou o incremento das atividades dos centros de estudo em Buenos Aires e Rosário, o que revela o interesse extraordinário, existente neste momento na Argentina, pela cultura brasileira.

ACORDOS CULTURAIS

Estão atualmente em estudo ou em fase de conclusão os seguintes acordos culturais negociados pela Divisão Cultural:

a) *Fundação Educacional dos Estados Unidos da América* — Acha-se em fase de conclusão o Acôrdo Cultural com os E.U.A., pelo qual fica regulamentada a aplicação no Brasil, para fins educacionais, de parte da quantidade, em cruzeiros, que cõube ao Govêrno americano na venda, em 1955, dos excedentes do trigo. Trata-se de uma soma de quase meio milhão de dólares.

b) *Acôrdo Cultural entre o Brasil e Honduras* — Em junho último, a Embaixada de Honduras encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores um projeto de Convênio Cultural. O projeto em questão assemelha-se a um Acôrdo existente com a República Dominicana. Exige algumas modificações. Foi, inicialmente, submetido à apreciação do Ministério da Educação e Cultura e da Embaixada em Tegucigalpa.

c) *Acôrdo Cultural com a Espanha* — Em julho de 1954, foi rejeitado, pelo Senado, o Convênio Cultural assinado em Madrid em 1951. Em novembro de 1956 foram reatadas as negociações no sentido de chegar-se a um acôrdo em tôrno das modificações a serem introduzidas no antigo texto, a fim de evitar novo impasse. O instrumento proposto deverá ser modificado, ampliado e atualizado.

d) *Acôrdo Cultural entre o Brasil e Cuba* — Existe um Acôrdo firmado, no Rio de Janeiro, em 1940. Não houve ratificação em virtude de o Ministério das Relações Exteriores de Cuba não dispor de recursos para o cumprimento satisfatório das cláusulas de natureza financeira do

Convênio em questão. O novo projeto, elaborado pela Divisão Cultural, acha-se, presentemente, em estudo no Ministério da Educação e na Embaixada em Havana.

e) *Convênio Cultural com o Paraguai* — Está sendo negociado um projeto de consolidação dos acordos anteriores, projeto êsse submetido pela Embaixada do Paraguai no Rio de Janeiro.

f) *Convênio Cultural com o Uruguai* — Representa uma consolidação de três Acordos de natureza cultural, atualmente em vigor com o Uruguai. O Convênio em questão, além do mais, introduz nas relações entre os dois países, novas modalidades de intercâmbio cultural. O referido instrumento foi firmado por ocasião da visita ao Uruguai, em fins do ano, do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

g) *Convênio Cultural com a Venezuela* — A possibilidade de um novo instrumento sobre o assunto foi estudada durante a visita que, em fins do ano, fez ao Brasil o Embaixador Pires do Rio.

h) *Convênio Cultural com a Dinamarca* — A Legação do Brasil recebeu instruções para negociar um Acôrdo Cultural com o Governo da Dinamarca, aproveitando a chegada do novo Ministro do Brasil em Copenhague.

i) *Convênio com a Bélgica* — A Embaixada em Bruxelas recebeu autorização para entrar em entendimentos com o Governo belga com a finalidade de ser elaborado um Convênio Cultural.

j) *Acôrdo Cultural Brasil-Itália* — O projeto do referido Acôrdo foi remetido ao Ministério da Educação a fim de ser apreciado. Deverá ser assinado, em 1957, por ocasião da vinda ao Brasil do Presidente G. Gronchi.

k) *Acôrdo com a Noruega* — Por iniciativa da Legação da Noruega foi efetuada uma troca de Notas estendendo de 50 para 56 anos o prazo de proteção em cada país dos direitos autorais dos nacionais do outro.

l) *Acôrdio para Facilitar a Circulação Internacional do Material Auditivo de Caráter Educativo, Científico e Cultural* — Firmado por ocasião da Conferência da UNESCO, em Beirute, 1948. Será feita mensagem ao Presidente da República no sentido de submeter ao Congresso a conveniência de ratificação.

m) *Acôrdio Brasil-E. U. da América sôbre Direitos de Reprodução Fonomecânica de Obras Musicais* — Trata-se de uma proposta americana nesse sentido. Foi elaborado um despacho para a Embaixada em Washington aceitando a iniciativa do Governo americano.

n) *Instituto do Livro em Língua Portuguesa* — Está sendo estudada uma forma para a criação do referido Instituto, destinado a publicar e distribuir as obras chaves da Língua portuguesa.

o) *Folheto contendo todos os Acordos Culturais* — Atualizado até dezembro de 1956. Foi impresso e distribuído pelas Missões diplomáticas.

PRÊMIO "ROBERT SOUTHEY"

A Divisão Cultural, por intermédio da Embaixada do Brasil em Londres, efetuou o pagamento do prêmio "Robert Southey", de £350,00, concedido ao Senhor Charles R. Boxer, professor do "King's College", da Universidade de Londres, pelo seu livro "Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola".

O referido prêmio foi entregue solenemente, na capital londrina, em novembro passado, conforme programa do Itamaraty. Na mesma ocasião, o novo Embaixador britânico em nosso país fez entrega, pessoalmente, do prêmio "Rui Barbosa", ao Sr. Gustavo de Sá Lessa, o qual generosamente destinou a importância do prêmio ao Fundo Nacional de Proteção à Criança, a fim de custear um curso que será

dado por professor inglês, conhecido no campo da educação de crianças atrasadas.

Essa troca de prêmios obedece ao disposto no artigo 10 do Convênio Cultural entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Os prêmios serão dados de cinco em cinco anos, a autores brasileiros que escrevam sobre temas britânicos e vice-versa.

FESTIVALS E EXPOSIÇÕES ARTÍSTICAS

Em razão da exigüidade da verba, as atividades da Divisão, no setor em aprêço, ficaram muito aquém das crescentes responsabilidades do Brasil. Apesar disso, a Divisão tomou as providências que lhe cabiam, a fim de que o Brasil estivesse presente nas Exposições e Festivais Internacionais de maior expressão, obtendo a participação dos diferentes países em certames brasileiros e encorajando e apoiando a apresentação de artistas brasileiros nas principais cidades do mundo, conforme a relação seguinte:

1. IV Bienal de São Paulo, 1957.
2. XIX Congresso Internacional de Autores e Compositores, Hamburgo.
3. Congresso de Cooperação Intelectual, em Santander.
4. Exposição de Arquitetura Paisagística Brasileira, Roberto Burle Marx.
5. Exposição Internacional de Arquitetura, em Berlim, 1957.
6. Exposição Internacional de Arquitetura Escolar, Roma (Patrocinada pela Org. Ernesto Besso).
7. Exposição "Brasil", em Amsterdam, 1957. (Patrocinada pelo Real Inst. dos Trópicos).
8. Exposição Internacional de Desenho de Criança, Sena, França.

9. Exposição de Artistas Brasileiros, em Roma.
10. XI Trienal de Milão, 1957.
11. Exposição Internacional de Documentários Internacionais, em La Paz.
12. IX Festival Internacional do Filme, em Cannes.
13. VI Festival do Filme, em Berlim.
14. I Festival do Livro da América, em Caracas.
15. VII Feira Mexicana do Livro.
16. Festival Anual de Filmes Estrangeiros, em Tóquio.
17. IX Festival Internacional do Cinema, em Karlov Vary, Tcheco-Eslováquia.
18. IV Exposição Internacional de Desenhos e Gravuras, em Lugano.
19. III Exposição Mundial Escolar de Arte, em Tóquio.
20. Exposição Infantil de Artes Plásticas, em Santiago.
21. Reunião do Conselho Interamericano Cultural, em Lima.

VISITAS DE PERSONALIDADES ESTRANGEIRAS

Em 1955, por motivo de economia, foram suprimidos os convites que, com apreciáveis resultados, vinham sendo feitos pela Divisão Cultural, em colaboração com diversas entidades científicas do país, a personalidades estrangeiras de renome, para darem cursos de extensão ou pronunciarem conferências especializadas no Brasil. No ano que agora termina, a Divisão conseguiu renovar os convites, embora em pequeno número, tendo assim hospedado por sua conta os professores franceses Georges Davy, da Sorbonne, e Henri Ey, Diretor do Hospital de Psiquiatria de Berneval.

Em dezembro, foi recebido Sir Arthur Evans, antigo Presidente de "Anglo-Brazilian Society", de Londres, que pronunciou uma conferência sobre o intercâmbio cultural e econômico anglo-brasileiro.

SUBVENÇÕES DIVERSAS

A exemplo do que se tem verificado em anos anteriores, a Divisão Cultural providenciou, em 1956, a concessão de subvenções e auxílios a várias instituições que se encarregam de difundir a cultura brasileira no exterior, bem como auxiliou personalidades e delegações de estudantes que viajaram em missão de caráter cultural e concedeu subvenção a determinados Congressos e Conferências Internacionais.

CERIMONIAL

POSSE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No quadro das atividades da Divisão do Cerimonial durante o ano de 1956 avultam as solenidades que assinalaram a posse do Excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira na Suprema Magistratura do País.

O vasto programa de atos solenes que marcaram tão importante evento na vida do país foi fruto de uma cuidadosa preparação iniciada, com a devida antecedência, pela Divisão do Cerimonial, tarefa para a qual se mobilizaram todos os recursos do Ministério das Relações Exteriores e se solicitou a cooperação de diversos outros órgãos da administração pública.

A primeira providência tomada nesse sentido foi a constituição de uma comissão organizadora, integrada pelos Senhores: Ministro Carlos Eiras, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores; Secretário Carlos F. Leckie Lobo, Subchefe do Cerimonial; Comandante Carlos Alberto d'Ávila Zavataro, representante do Ministério da Marinha; Coronel-Aviador Martino C. Santos, representante do Ministério da Aeronáutica; Tenente-Coronel Candido Flarys da Cruz, representante do Departamento Federal de Segurança Pública; Major Arthur Mendes Falcão Filho, representante do Ministério da Guerra; e Engenheiro Jacyntho de Sá Lessa, representante da Prefeitura do Distrito Federal.

Essa Comissão traçou as linhas gerais do programa a ser cumprido durante tôdas as solenidades da posse, que ficou definitivamente organizado da maneira seguinte:

Segunda-feira, dia 30 de janeiro: 15 horas, visita dos Chefes e dos componentes das Missões Especiais ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty; 17 horas, apresentação de Credenciais dos Chefes das Missões Especiais, acompanhados dos componentes das mesmas, no Palácio do Catete. Terça-feira, dia 31 de janeiro: 15 horas, Posse do Presidente e do Vice-Presidente da República, no Palácio Tiradentes; 21,30 horas, visita dos Chefes e dos componentes das Missões Especiais ao Presidente da República, no Palácio do Catete. Quarta-feira, dia 1.º de fevereiro: 10 horas, visita das Altas Autoridades ao Presidente da República, no Palácio do Catete; 20,30 horas, banquete oferecido pelo Presidente da República aos Chefes das Missões Especiais, no Palácio Itamaraty; 23 horas, recepção oferecida, no Palácio Itamaraty, às Missões Especiais, ao Corpo Diplomático, às Altas Autoridades e à Sociedade. Quinta-feira, dia 2 de fevereiro: 20,30 horas, banquete oferecido ao Presidente da República, pelos Chefes das Missões Especiais, no Copacabana Palace Hotel.

A Comissão de Recepção do Ministério das Relações Exteriores ficou assim constituída: Ministro Carlos da Ponte Ribeiro Eiras, Chefe do Cerimonial; Secretário Roberto Luiz Assumpção de Araujo; Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva; Secretário André Teixeira de Mesquita, Secretário Geraldo de Carvalho Silos; Secretário Fernando Cesar de Bittencourt Berenguer, Introdutor Diplomático; Secretário Gilberto Chateaubriand Bandeira de Mello; Secretário Carlos F. Leckie Lôbo; Secretário Jorge Paes de Carvalho; Secretário Raul Correa de Smandek; Secretário José Olympio Rache de Almeida; Secretário José Murillo de Carvalho; Secretário Guilherme Weinschenck; Secretário Luis Horácio de Oliveira Lacerda; Senhor Walter Conceição.

O Cerimonial da Presidência da República foi chefiado pelo Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rego e o Serviço de Imprensa pelo Secretário Vasco Mariz, tendo como colaboradores os Senhores: Secretário Rogério Corção Braga, Emmanuel Stumpf, Evcrardo Augusto Percira Guilhaon e José de la Peña Júnior.

Sessenta e um Governos estrangeiros fizeram representar-se na posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a saber:

Alemanha — Sua Excelência o Senhor Doutor Fritz Oellers, Embaixador em Missão Especial; Senhor Ernest Ludwig von Ostermann, Conselheiro; Senhor Doutor Otto Eberl, Primeiro Secretário; Senhor Detlev Scheel, Primeiro Secretário; Senhor Christopher Becker Von Sothen, Segundo Secretário.

Estados Unidos da América — Sua Excelência o Senhor Richard M. Nixon, Vice-Presidente da República, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Theodore Francis Greene, Senador pelo Estado de Rhode Island; Sua Excelência o Sr. H. Alexander Smith, Senador pelo Estado de New Jersey; Sua Excelência o Sr. James P. Richards, Deputado pelo Estado de Carolina do Sul; Sua Excelência o Sr. John M. Vorys, Deputado pelo Estado de Ohio; Sua Excelência o Sr. John B. Hollister, Diretor da Administração de Cooperação Internacional do Departamento de Estado, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Henry F. Holland, Secretário de Estado Adjunto para os Negócios Interamericanos, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. John F. Simmons, Chefe do Protocolo; Sua Excelência o Sr. General Lemuel C. Shepherd Jr., Presidente da Junta Interamericana de Defesa; Sr. William C. Trimble, Ministro; Sr. Maurice M. Bernbaum, Diretor da Divisão dos Negócios da América do Sul; Sr. Vance Brandt, Diretor do Banco de Exportação e Importação; Sra. Alice Roosevelt

Longworth; Sr. Daniel C. Gainey; Sr. Earle E. T. Smith; Sr. William C. Doherty; Reverendo Padre Joseph Francis Thorning.

Argentina — Sua Excelência o Sr. Dr. Luis A. Podestá Costa, Ministro das Relações Exteriores e Culto, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Felipe Espil, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Senhor Dr. Horacio Rivarola, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Jorge E. Coll, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. General de Divisão Francisco Z. Zerda, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Contra-Almirante Alberto P. Vago, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Brigadeiro Virgilio del Bosco, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Ernesto A. Noguez, Chefe do Cerimonial do Estado, Ministro em Missão Especial; Sr. Guillermo Mackintosh Derqui, Ministro em Missão Especial; Sr. Carlos Rios Mármol, Conselheiro; Sr. Dr. Adolfo Raul España Solá, Conselheiro; Sr. Capitão de Navio Lisandro Yanzi Oro, Adido Naval; Sr. Coronel Juan Bautista Amarfil Lucero, Adido Militar; Sr. Vice-Comodoro José Esteban Dal Lago, Adido de Aeronáutica; Sr. Marco Aurélio Podestá Costa, Secretário; Sr. Enzo Italo Alberto, Secretário; Sr. Luis Sabadini Adido; Sr. Carlos Comendez Newton, Adido; Sr. Hugo J. Gobbi, Adido.

Austrália — Sua Excelência o Sr. Cedric Vernon Kellway, Embaixador Extraordinário em Missão Especial; Senhor Raymond Linkson, Conselheiro.

Austria — Sua Excelência o Sr. Clemens Wildner, Embaixador em Missão Especial; Sr. Dr. Alexander Otto, Secretário.

Bélgica — Sua Excelência o Sr. René van Meerbeke, Embaixador em Missão Especial; Sr. Georges Follebouckt, Conselheiro; Sr. Jacques Boon, Secretário.

Bolívia — Sua Excelência o Sr. Dr. Federico Gutierrez Granier, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. General de Divisão Armando Gortún Sanjinés, Chefe do Estado Maior Geral, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Gaston Araóz, Reitor da Universidade de La Paz, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. General de Brigada Clemente Inofuentes Guisbert, Adido Militar; Sr. Dr. Juan José Vidaurre P., Ministro-Conselheiro; Sr. Coronel Windon López Videla, Ajudante de Ordens do General Chefe do Estado Maior Geral; Sr. Angel Jemio Ergueta, Segundo Secretário.

Canadá — Sua Excelência o Sr. Robert H. Winters, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Senhor Sydney Pierce, O. B. E., Embaixador em Missão Especial; Sr. Clarence Van J. Tighem, Conselheiro; Sr. Douglas How, Conselheiro; Sr. Comodoro H. L. Quinn, Adido; Sr. Comodoro do Ar, R. A. Cameron, Adido; Sr. Coronel K. H. McKibbin, Adido; Sr. Christian Hardy, Primeiro Secretário; Sr. Harold M. Maddick, Primeiro Secretário; Sr. Donald K. Doherty, Primeiro Secretário; Sr. Gordon Osbaldeston, Segundo Secretário; Sra. Evangeline Cummings, Segundo Secretário.

Ceilão — Sua Excelência Sir Geoffrey Harington Thompson, K. C. M. G., Embaixador em Missão Especial.

Chile — Sua Excelência o Sr. Enrique Barbosa, Ministro das Relações Exteriores, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Humberto Bianchi, Presidente da Corte Suprema de Justiça, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Hernán Figueroa, Vice-Presidente do Senado, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Julio Durán, Presidente da Câmara dos Deputados, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Raúl Bazán Dávila, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Mariano Bustos, Embaixador em Missão Especial;

Sua Excelência o Sr. Contra-Almirante Leopoldo Fontaine; Sua Excelência o Sr. General de Brigada José Feliú; Sua Excelência o Sr. General Mac Pherson; Sr. Ministro Alvaro Droguett, Chefe do Protocolo; Sr. Coronel de Aviação Rolando Honorato; Sr. Carlos Osorio, Secretário; Sr. Douglas Gordon, Secretário; Sr. Rui Barbosa, Secretário.

China — Sua Excelência o Sr. Shen Chin-ting, Embaixador em Missão Especial; Sr. Liu Ying-tsun, Conselheiro; Sr. Wang Li-pen, Primeiro Secretário.

Colômbia — Sua Excelência o Sr. Dr. Ricardo Jordan Jimenez, Embaixador em Missão Especial; Sr. Eduardo Gallego-Gutierrez, Ministro Conselheiro; Sr. Luis Eduardo Fonseca, Conselheiro; Sr. Tenente-Coronel José M. Rodríguez, Adido Militar.

Costa Rica — Sua Excelência o Sr. Jorge Villalobos Dobles, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Humberto Nigro Borbon, Embaixador em Missão Especial.

Cuba — Sua Excelência o Sr. Deputado Rolando Fischer Lorenzo, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Gabriel Landa, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Deputado José R. Castillo, Embaixador em Missão Especial.

Dinamarca — Sua Excelência o Sr. Helmuth Moller, Embaixador em Missão Especial; Sr. Folmer Dyrhlund, Conselheiro.

República Dominicana — Sua Excelência o Sr. Dr. Enrique de Marchena, Secretário de Estado da Educação e Belas-Artes, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Eugenio Generoso de Marchena, Embaixador no Brasil; Sua Excelência o Sr. Dr. J. M. Sanz Lajara, Embaixador em Missão Especial.

Egito — Sua Excelência o Sr. Sami Simaika, Embaixador em Missão Especial; Sr. Adel Hassib, Primeiro Secretário.

El Salvador — Sua Excelência o Sr. Dr. Ramón López Jiménez, Embaixador em Missão Especial; Sr. Carlos Matamoros Guirola, Secretário.

Equador — Sua Excelência o Sr. Dr. Alfredo Chiriboga Chiriboga, Vice-Presidente da República e Presidente do Congresso Nacional, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Nefali Ponce de Miranda, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Julio Estrada, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Teodoro Bustamante, Ministro em Missão Especial; Sr. Coronel Enrique Calle, Adido Militar; Sr. Coronel Rigoberto González, Adido Militar; Sr. Capitão de Navio Jorge Wolf, Adido Naval; Sr. Tenente-Coronel Gonzalo Fernández, Adido de Aeronáutica; Sr. Major Vicente Serrano, Adido Militar; Sr. Miguel Antonio Vasco, Secretário.

Espanha — Sua Excelência o Sr. Raimundo Fernández Cuesta, Ministro Secretário Geral do Movimento, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Tomás Suñer y Ferrer, Embaixador no Brasil; Sua Excelência o Sr. Juan José Pradera, Vice-Secretário de Seções do Movimento, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Hermenegildo Arruga, Conde de Arruga, Embaixador em Missão Especial; Sr. Ricardo Muñiz, Ministro Conselheiro; Sr. Ernesto Giménez Caballero, Conselheiro de Educação Nacional; Senhor Antonio Vidal Gabás, Primeiro Secretário; Sr. Alfonso Muñoz Seca, Segundo Secretário; Sr. Carmelo Matesanz Rojo, Segundo Secretário; Sr. Manuel Maria Sassot Cañadas, Secretário; Sr. Alfonso Colomina Boti, Adido Militar, Naval e de Aeronáutica; Sr. Manuel Quintero Nuñez, Adido; Sr. César de Iriarte, Adido.

Etiópia — Sua Excelência o Sr. Ato Zeoude Gabre Heywot, Embaixador em Missão Especial.

Finlândia — Sua Excelência o Sr. T. O. Vahervuori, Embaixador em Missão Especial; Sr. Aarno Eino Karhilo, Segundo Secretário.

França — Sua Excelência o Sr. Vincent Auriol, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Bernard Hardion, Embaixador no Brasil; Professor Vallery Radot, Membro da Academia Francesa e da Academia de Medicina; General de Exército Marcel Carpentier, Comandante das Forças Terrestres do Setor Centro-Europeu; Sr. Charles le Genissel, Conselheiro; Sr. General Jean Ducouso-Tassel, Adido Militar, Naval e de Aeronáutica; Sra. Gabrielle Mineur, Adido; Sr. Jules Campagne, Conselheiro; Sr. Aimé Teyssier d'Orfeuil, Adido; Sr. Louis de la Tour du Pin Chambly de la Charce, Primeiro Secretário.

Grã-Bretanha — Sua Excelência Sir Geoffrey Harington Thompson, K. C. M. G., Embaixador em Missão Especial; Sr. J. P. Summerscale, C. B. E., Ministro; Sr. Capitão-de-Mar-e-Guerra J. C. Cockburn, D. S. C., R. N., Adido Naval, Militar e de Aeronáutica; Sr. M. A. Robb, Conselheiro; Sr. C. G. Harris, Primeiro Secretário; Sr. Leslie Mitchell, Primeiro Secretário; Sr. J. H. Lewen, Primeiro Secretário.

Grécia — Sua Excelência o Sr. Georges Argyropoulos, Embaixador em Missão Especial.

Guatemala — Sua Excelência o Sr. Dr. Ricardo Quiñones Lemus, Ministro das Relações Exteriores, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Coronel Enrique Close de Léon, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Humberto Córdova Cerna, Embaixador em Missão Especial; Senhorinha Engenheira Francisca Fernandez Hall, Secretário; Sra. Maria Tulia Gruet de Córdova, Secretário; Sr. Coronel José González Batres, Adido Militar.

Haiti — Sua Excelência o Sr. Lascasc Bernardin, Embaixador em Missão Especial; Sr. Jean-Marie Mésidor, Secretário.

Honduras — Sua Excelência o Sr. Dr. José R. Castro, Embaixador em Missão Especial; Sr. Dr. Frederico Alberto Rodríguez, Secretário; Sr. Manuel Soto Pontes Câmara, Secretário.

Índia — Sua Alteza o Rajá Joginder Sen-Mandi, Embaixador em Missão Especial; Sr. R. M. Maitra, Primeiro Secretário.

Indonésia — Sua Excelência o Sr. Raden Sudjono, Embaixador em Missão Especial; Sr. J. P. Pudjosubroto, Primeiro Secretário.

Irã — Sua Excelência o Sr. Hossein Navab, Embaixador em Missão Especial.

Islândia — Sua Excelência o Sr. John Kent Lutey, Embaixador em Missão Especial.

Estado de Israel — Sua Excelência o Sr. Nordechai Kidron, Embaixador em Missão Especial; Sr. Hanan Aynor, Primeiro Secretário.

Itália — Sua Excelência o Sr. Deputado Attilio Piccioni, Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Marquês Blasco Lanza d'Ajeta, Embaixador em Missão Especial; Sr. Dr. Franco Bellia, Conselheiro; Sr. Capitão de Fragata Marquês Luigi Durand de la Penne, Adido Naval, Militar e de Aeronáutica; Sr. Dr. Carlo Eurico Giglioli, Segundo Secretário; Senhor Dr. Romualdo Massa Bernucci, Segundo Secretário.

Iugoslávia — Sua Excelência o Sr. Dr. Pavle Gregoric, Membro do Conselho Executivo Federal, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Rados Jovanovic, Embaixador em Missão Especial; Sr. Anton Janezic, Conselheiro.

Japão — Sua Excelência o Sr. Senador Kenzo Horiki, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Senhor Yoshiro Ando, Embaixador no Brasil; Sr. Akira Takahashi, Conselheiro; Sr. Ryuichi Ando, Chefe da 3.^a Divisão do Departamento de Assuntos Europeus e Americanos do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Masao Fujimoto, Primeiro Secretário; Sr. Tamotsu Nakayo, Terceiro Secretário.

Letônia — Sua Excelência o Sr. Dr. Peters Z. Olins, Ministro em Missão Especial.

Libano — Sua Excelência o Sr. Jamil Mikaoui, Ministro das Finanças e Obras Públicas, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Adib Nahas, Embaixador em Missão Especial; Sr. Habib Saleh, Primeiro Secretário.

Lituânia — Sua Excelência o Sr. Dr. Frikas Meieris, Ministro em Missão Especial.

Luxemburgo — Sua Excelência o Sr. Guillaume Kongsbruck, Embaixador em Missão Especial; Sr. Nicolas Hientgen, Adido.

Ordem Soberana e Militar de Malta — Sua Alteza Sereníssima o Príncipe Olgierd Czartoryski.

México — Sua Excelência o Sr. Dr. José Maria Ortiz Tirado, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Juan Manuel Alvarez del Castillo, Embaixador em Missão Especial; Sr. E. Rafael Urdaneta, Primeiro Secretário; Sr. Neftali Beltran Lara, Adido.

Nicarágua — Sua Excelência o Sr. Dr. Oscar Sevilla Sacasa, Ministro das Relações Exteriores, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Justino Sansón Balladares, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Major G. H. Heberto Sanchez, Ministro em Missão Especial; Sr. Dr. Oscar Danilo Sansón Román, Segundo Secretário.

Noruega — Sua Excelência o Sr. Nils Anton Jørgensen, Embaixador em Missão Especial; Sr. Egil Jøhannes Amlie, Primeiro Secretário; Sr. Helge Hagen, Adido.

Nova Zelândia — Sua Excelência Sir Geoffrey Harington Thompson, K. C. M. G., Embaixador em Missão Especial.

Países Baixos — Sua Excelência o Sr. T. Elink Schuurman, Embaixador em Missão Especial; Sr. E. V. E. Teixeira de Mattos; Sr. A. de Waal, Conselheiro.

Panamá — Sua Excelência o Sr. José Dominador Bazán, Prefeito de Colon, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Anibal Rios, Embaixador em Missão Especial; Sr. Arturo González, Ministro; Sr. Dr. Camilo O. Pérez, Secretário.

Paquistão — Sua Excelência o Sr. Adbur Rahman Khan, Embaixador em Missão Especial; Sr. K. F. Khalil, Primeiro Secretário; Sr. A. A. Farooq, Primeiro Secretário.

Paraguai — Sua Excelência o Sr. Dr. Hipólito Sanchez Queli, Ministro das Relações Exteriores, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Raul Sapena Pastor, Embaixador no Brasil; Sua Excelência o Sr. General Alberto Greno, Diretor da Escola Militar, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. J. Bernardino Gorostiaga, Membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Representantes, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Martin Cuevas, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Tomas R. Salomoni, Chefe do Cerimonial do Estado, Ministro em Missão Especial; Sr. Julio Cesar Riego, Primeiro Secretário; Senhora Dra. Concepción Rojas Benítez, Primeiro Secretário; Sr. Leopoldo Ostertag, Primeiro Secretário; Sr. Tenente-Coronel Anibal Clavell, Adido Militar; Sr. Tenente-Coronel Geraldino Godoy, Adido Militar Adjunto.

—
Peru — Sua Excelência o Sr. Engenheiro Héctor Boza, Presidente do Senado e Vice-Presidente da República, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Fernando Gamio Palacio, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Mariano Iberico Rodríguez, Embaixador em Missão Especial; Sr. Anibal Ponce, Conselheiro; Sr. Coronel Fernando Ordoñez, Ajudante de Ordens do Vice-Presidente da República; Sr. Coronel Victor Villarán, Adido Militar; Sr. Capitão de Fragata Jorge Luna Ferreccio, Adido Naval; Sr. Alfonso Arias-Schreiber, Segundo Secretário; Sr. Felipe Valdivieso, Segundo Secretário; Sr. Hubert Wieland, Terceiro Secretário; Sr. Augusto Tamayo Vargas, Adido.

—
Polônia — Sua Excelência o Sr. Wacław Barcikowski, Vice-Presidente do Conselho do Estado, Presidente do Supremo Tribunal, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Czesław Bajer, Subsecretário de Estado do Comércio Exterior, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Wacław Frankowski, Ministro em Missão Especial; Sr. Euzebius Dworkin, Chefe da Seção da América Latina do Ministério do Exterior; Sr. Władysław Malik, Secretário.

Portugal — Sua Excelência o Sr. Conselheiro Albino Soares Pinto dos Reis Jr., Presidente da Assembléia Nacional, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. António de Faria, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Professor José Gabriel Pinto Coelho, Reitor da Universidade de Lisboa, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. General Carlos da Costa Macedo, Chefe do Estado Maior das Forças Aéreas, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Dr. Abílio Pinto de Lemos, Diretor Geral Adjunto dos Negócios Políticos do Ministério das Relações Exteriores; Sua Excelência o Sr. Deputado

José Venâncio Paulo Rodrigues; Sr. Mario Soares de Oliveira Neves, Conselheiro; Sr. Frederico José de Souza Teixeira de Sampayo, Segundo Secretário; Sr. João Marçal de Almeida, Segundo Secretário.

Santa Sé — Sua Excelência Monsenhor Armando Lombardi, Arcebispo Titular de Cesarea de Felipe, Embaixador em Missão Especial; Monsenhor João Ferrofino, Conselheiro; Monsenhor Mario Pio Gáspari, Secretário; Monsenhor Antônio Berloco, Secretário; Monsenhor Mario Peressin, Secretário; Padre Bruno Maldaner, Adido; Comendador de S. Silvestre Carlos de Camillis, Adido; Comendador de S. Silvestre José Pires de Oliveira Dias, Adido.

Síria — Sua Excelência o Sr. Latif Ghanimé, Embaixador em Missão Especial.

Suécia — Sua Excelência o Sr. Jan Stenström, Embaixador em Missão Especial; Sr. Knut Bernström, Conselheiro; Sr. Arne Helleryd, Primeiro Secretário; Sr. Ake Linden, Secretário.

Suíça — Sua Excelência o Sr. Robert Maurice, Embaixador em Missão Especial; Sr. Oswald Morand, Conselheiro; Sr. Robert Boetschi, Primeiro Secretário.

Tcheco-Eslováquia — Sua Excelência o Sr. Ladislav Stoll, Ministro da Cultura, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Josef Valle, Vice-Presidente da Assembleia Nacional; Sua Excelência o Sr. Jaroslav Kuchválek, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Brasil; Sr. Miroslav Hruza, Secretário.

Turquia — Sua Excelência o Sr. Fuad Çarım, Embaixador em Missão Especial.

União Sul-Africana — Sua Excelência o Sr. Wenzel Christoffel du Plessis, Embaixador em Missão Especial; Sr. J. K. Van P. Klerck, Segundo Secretário; Sr. Willem Johannes Hefer, Terceiro Secretário.

Uruguai — Sua Excelência o Sr. Dr. Alberto Zubiria, Membro do Conselho Nacional de Governo, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Juan Antonio Viera, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Senador Juan Carlos Raffo Frávega, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. Orestes Lanza, Presidente da Administração Geral das Usinas e Telefones do Estado, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Senhor Doutor Carlos Manini Rios, Ex-Senador, Embaixador em Missão Especial; Sua Excelência o Sr. General Julián H. Iraola, Diretor da Escola Militar; Sr. Capitão de Navio Mariano Perona, Membro da Casa Militar da Presidência.

Venezuela — Sua Excelência o Sr. Dr. Atilano Carnevali, Embaixador em Missão Especial; Sr. Rômulo Araujo, Ministro Conselheiro; Sr. Marco Aurélio Rodriguez, Conselheiro; Sr. Carlos Eduardo de la Madriz, Primeiro Secretário.

Conforme o programa organizado para as solenidades de posse do novo Presidente da República, no dia 30, às 15 horas, os Chefes das Missões Especiais compareceram ao Palácio Itamaraty, a fim de serem apresentados ao titular da Pasta do Exterior, a quem fizeram entrega das cópias figuradas de suas respectivas credenciais.

Nesse mesmo dia, às 17 horas, os Chefes das Missões Especiais à posse do Excelentíssimo Senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira estiveram no Palácio do Catete, para apresentar suas credenciais ao Sr. Dr. Nereu Ramos, Presidente da República.

A cerimônia de entrega de credenciais decorreu no Salão Amarelo, onde se encontrava o Presidente Nereu Ramos, tendo a seu lado o Ministro das Relações Exteriores e demais Ministros de Estado, assim como os Chefes e membros dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República. Os Chefes das Missões Especiais foram conduzidos à pre-

sença do Chefe da Nação pelo Ministro Carlos Eiras, Chefe do Cerimonial do Itamaraty, que os apresentou pessoalmente a Sua Excelência. Após a entrega das credenciais, cada Chefe de Missão apresentou ao Chefe do Executivo brasileiro os componentes das respectivas delegações.

No dia 31 de janeiro, às 15 horas, realizou-se, no Palácio Tiradentes, a solenidade de posse do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira e do Sr. João Marques Belchior Goulart na Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente.

O ato foi presidido pelo Senador Carlos Gomes de Oliveira, na qualidade de Presidente, em exercício, do Senado Federal e do Congresso Nacional, tendo tomado lugar à mesa os Srs. Flores da Cunha, Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, o Ministro Orozimbo Nonato, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e Sua Eminência Dom Jayme de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.

No plenário tiveram lugar, à direita, os Chefes das Missões Especiais estrangeiras e à esquerda os Ministros de Estado, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, os Presidentes dos Tribunais Superiores da União, o Procurador Geral da República, o Prefeito do Distrito Federal e o Marechal Mascarenhas de Moraes.

O Senador Carlos Gomes de Oliveira declarou aberta a sessão solene e designou para receber os Senhores Juscelino Kubitschek e João Goulart, à entrada do Edifício, e conduzi-los, primeiro, ao Gabinete do Presidente e, depois, à Mesa, uma comissão composta dos Senhores: Senadores Apolônio Salles, Assis Chateaubriand, Lima Teixeira, Atilio Vivacqua e Georgino Avelino e Deputados Gustavo Capanema, Arnaldo Carneiro, Pereira da Silva, Yukishigue Tamura e Ivete Vargas.

Prestados os respectivos compromissos e terminada a posse, os Senhores Juscelino Kubitschek e João Goulart,

acompanhados do General Nelson de Mello e do Senhor Álvaro Lins, dirigiram-se para o Palácio do Catete, onde se realizou o ato solene em que o Presidente Juscelino Kubitschek recebeu do Senhor Nereu Ramos o Supremo Poder da República, investindo-se nas funções de Chefe do Estado brasileiro, para o desempenho do mandato que lhe foi conferido pela Nação nas eleições de 3 de outubro de 1955.

Às 21,30 horas desse mesmo dia, o Presidente Juscelino Kubitschek, recebeu no Palácio do Catete a visita dos Chefes e dos componentes das Missões Especiais. Em companhia de Sua Excelência encontravam-se o Ministro das Relações Exteriores e demais membros do Ministério, assim como os Chefes e os membros dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República. O Ministro Carlos Eiras conduziu à presença de Sua Excelência, apresentando-os pessoalmente, os Chefes das Missões Especiais, que, após os cumprimentos, apresentaram ao novo Chefe do Executivo brasileiro os membros de suas respectivas missões.

No dia 1.º de fevereiro, às 10 horas, o Presidente Juscelino Kubitschek recebeu, no Palácio do Catete, a visita das Altas Autoridades da República.

Ainda nesse dia, às 20,30 horas, realizou-se, no Palácio Itamaraty, o jantar, seguido de recepção, oferecido pelo Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, aos Chefes das Missões Especiais estrangeiras que compareceram às solenidades de posse do novo Governo.

No dia 2 de fevereiro, às 20,30 horas, realizou-se, no Copacabana Palace, o jantar oferecido pelos Chefes das Missões Especiais ao Senhor Presidente da República. Sua Excelência, que se fazia acompanhar de sua esposa, Senhora Sarah Kubitschek, e do Senhor Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart, foi recebido pelo Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, na qualidade de Decano do Corpo Diplomático.

VISITANTES ILUSTRES

Entre os visitantes ilustres que durante o ano de 1956 recebeu o Brasil, destacam-se Suas Excelências o General Pedro Eugênio Aramburu, Presidente Provisório da Nação Argentina, e o Senhor Hernan Siles Zuazo, Presidente eleito da Bolívia.

De volta do Panamá, onde participou da reunião dos Chefes de Estado americanos, chegou ao Aeroporto do Galeão, no dia 25 de julho, pela manhã, o General Pedro Eugênio Aramburu, acolhendo-o no desembarque o Vice-Presidente João Goulart, no exercício da Presidência da República, os Ministros de Estado e altas autoridades civis e militares.

No dia seguinte, viajando em avião especial da Força Aérea Brasileira, pôsto à sua disposição, veio ao Rio de Janeiro o Presidente eleito da Bolívia, Senhor Hernan Siles Zuazo, acompanhado de sua esposa e comitiva, para uma permanência de quatro dias em nosso país. Recebeu-o o Presidente Kubitschek.

À disposição do Presidente Provisório da Nação Argentina e do Presidente eleito da Bolívia, foram colocados os Senhores: Ministro Carlos da Ponte Ribeiro Eiras, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores; General-de-Brigada Floriano Peixoto Keller; Coronel Aviador Mário Perdigão Coelho; Arthur Gouveia Portella, Secretário de Embaixada; Capitão-de-Corveta Adhyr Velloso de Albuquerque; Fernando Cesar de Bittencourt Berenguer, Introdutor Diplomático; e Guy Marie de Castro Brandão, Secretário de Embaixada.

À disposição das comitivas dos dois visitantes foram colocados os Senhores: Tenente-Coronel Paulo de Castro Torres; Carlos Fernando Leckie Lôbo, Chefe substituto da Divisão do Cerimonial do Itamaraty; Oscar Sotto Lorenzo

Fernandez, Secretário de Embaixada; Raul de Smandek, Secretário de Embaixada; Ruy Moss de Mello Teixeira, Secretário de Embaixada; Paulo Nogueira Batista, Secretário de Embaixada; Marcel Dezon Costa Hasslocher, Secretário de Embaixada; José Olympio Rache de Almeida, Secretário de Embaixada; José Murillo de Carvalho, Secretário de Embaixada; Luiz Horácio de Oliveira Lacerda, Secretário de Embaixada; José Bonifácio Lourenço de Andrada, Secretário de Embaixada; Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Secretário de Embaixada, pelo serviço de Informações; e Emmanuel Stumpf.

Em sua estada de um dia no Rio de Janeiro, recebeu o General Aramburu várias homenagens, culminadas pela condecoração que lhe foi entregue do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Visitou o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal. Partiu desta capital no dia 26 com destino à Argentina. O Presidente Kubitschek, já retornado de sua viagem ao Panamá, apresentou-lhe as despedidas no embarque.

O Presidente eleito boliviano foi alvo também de vivas manifestações de simpatia da parte das autoridades e da sociedade brasileiras. Condecorou-o o Presidente Juscelino Kubitschek com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Depois de realizar todo um programa de visita e contactos, o Senhor Siles Zuazo regressou à Bolívia no dia 30 de julho, cumulado da hospitalidade brasileira.

Visitaram igualmente o nosso país em 1956:

Sua Excelência o Senhor Maurice Faure, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da França.

Sua Excelência o Senhor Dietrich Wilhelm Von Menges, Presidente da Ferrostaal.

Sua Excelência Lord Davidson.

Sua Excelência o Senhor Embaixador Harold H. Titman, Diretor do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias.

Sua Excelência o Senhor Doutor J. Van Heuven Goedhard, Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados.

Sua Excelência o Senhor José Paz Estensoro, Presidente dos "Yacimientos Petrolíferos de Bolivia".

Sua Excelência o Ministro da Viação da República Federal da Alemanha.

Sua Excelência o Senhor Cesar Tulio Delgado, Presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos.

Sua Excelência o Senhor General Maxwell Taylor, Chefe do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos.

Sua Excelência o Senhor Ricardo Quiñones Lemus, Ministro das Relações Exteriores da Guatemala.

A Junta Interamericana de Defesa.

Sua Excelência o Senhor Deputado Emmanuel Celler, Presidente da Comissão de Justiça da Câmara de Representantes dos Estados Unidos.

Missão Turca de Boa Vontade.

Sua Excelência o Senhor Nader Kuzbari, Embaixador em Missão Especial da Síria.

Delegação da França às comemorações do Ano de Santos Dumont, chefiada pelo Senhor Jean Risterucci, Chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica da França.

Sua Excelência Senhor Marquês Alessandro Pallavicino, Chefe do Departamento de Relações Exteriores da Ordem Soberana e Militar de Malta.

Sua Excelência o Senhor General Juan Francisco Oliva, Ministro da Defesa da Guatemala.

Sua Excelência o Senhor Almirante Emilio Barrón, Ministro da Marinha do Peru.

Sua Excelência Sir Arthur Evans, Presidente da Sociedade Anglo-Brasileira, de Londres.

Sua Excelência o Senhor G. Mennen Williams, Governador do Estado de Michigan.

HOMENAGENS NO ITAMARATY

Durante o ano de 1956, foram oferecidos almoços no Itamaraty aos seguintes Chefes de Missão, por ocasião de suas despedidas:

Sua Excelência o Senhor Johannes Dreyer Pohl, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da União Sul-Africana.

Sua Excelência o Senhor Shen Ching-Ting, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da China.

Sua Alteza o Rajá Joginder Sen-Mandi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Índia.

Sua Excelência o Senhor Raul Sapena Pastor, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Paraguai.

Sua Excelência o Senhor T. Elink Schuurman, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Países Baixos.

Sua Excelência o Senhor James C. Dunn, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da América.

Sua Excelência o Senhor T. O. Vahervuori, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Finlândia.

Sua Excelência o Senhor Fritz Oellers, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Sua Excelência o Senhor Adib Nahas, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Líbano.

Sua Excelência o Senhor Wacław Frankowski, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Polônia.

Sua Excelência o Senhor Raden Sudjono, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Indonésia.

Sua Excelência o Senhor Atilano Carnevali, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Venezuela.

Visitantes ilustres foram igualmente homenageados com almoços, jantares, banquetes ou coquetéis:

Delegados ao Seminário Sul-Americano de Ciências Sociais.

Sua Excelência o Senhor Maurice Faure, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da França.

Sua Excelência o Senhor Dietrich Wilhelm Von Menges, Presidente da Ferrostahl.

Sua Excelência Lord Davidson.

Sua Excelência o Senhor Embaixador Harold H. Titman, Diretor do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias.

Sua Excelência o Senhor Doutor J. Van Heuven Goedhard, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

Sua Excelência o Senhor José Paz Estensoro, Presidente dos "Yacimientos Petrolíferos Fiscales", da Bolívia.

Sua Excelência o Ministro da Viação da República Federal da Alemanha.

Sua Excelência o Senhor Cesar Tulio Delgado, Presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos.

Sua Excelência o Senhor Ricardo Quiñones Lemus, Ministro das Relações Exteriores da Guatemala.

Sua Excelência o Senhor Embaixador Nader Kuzbari,
Embaixador em Missão Especial da Síria.

Representantes do Banco de Exportação dos Estados
Unidos.

Professor Georges Davy, catedrático de Sociologia da
Sorbonne.

Delegações do Acôrdo de Pagamentos Multilaterais.

Membros da Junta Interamericana de Defesa.

Sua Excelência o Senhor Marquês Alessandro Pallavicino, Chefe do Departamento de Relações Exteriores da
Ordem Soberana e Militar de Malta.

Sua Excelência o Sr. G. Mennen Williams, Governador do Estado de Michigan.

Sua Excelência Sir Arthur Evans, Presidente da Sociedade Anglo-Brasileira, de Londres.

Entre outros almoços oferecidos no Itamaraty durante o ano de 1956, sobressaem os realizados em homenagem aos membros da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados e da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, ambos sob a presidência do Chanceler brasileiro, e o da turma de 1956 do Instituto Rio-Branco, sob a do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

ENCONTRO DOS PRESIDENTES DO BRASIL E DO PARAGUAI EM FOZ DO IGUAÇU

Finalmente, entre os Chefes de Estado de países amigos que, durante o ano de 1956, estiveram em território brasileiro, figura o General Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, que, em 6 de outubro, veio a Foz do Iguaçu, a fim de encontrar-se com o Presidente Jus-

celino Kubitschek de Oliveira, para a cerimônia de lançamento dos marcos iniciais da construção da ponte sobre o rio Paraná.

Foi em atmosfera de vivo entusiasmo pan-americanista que se verificou o encontro dos dois Chefes de Estado. Ambos achavam-se acompanhados de suas respectivas comitivas, integradas por personalidades da mais alta projeção na vida pública dos dois países irmãos.

Acolheram o Presidente paraguaio o Sr. Juscelino Kubitschek e sua comitiva, de que se destacavam os Senhores: Governador Moysés Lupion, do Estado do Paraná; o Titular da Pasta das Relações Exteriores; General Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra; Brigadeiro Henrique Fleiuss, Ministro da Aeronáutica; Almirante Alves Câmara, Ministro da Marinha; Comandante Lúcio Meira, Ministro da Viação; General Nelson de Mello, Chefe da Casa Militar da Presidência da República; e Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, Chefe do Cerimonial da Presidência da República.

O General Stroessner achava-se acompanhado dos Senhores: Ministro Raul Sapena Pastor, titular das Relações Exteriores; Martin Cuevas, da Agricultura; General Oscar Barriento, da Fazenda; Fábio da Silva, da Indústria e Comércio; General Marcial Samaniego, da Defesa Nacional; General Mario Coscia, das Obras Públicas; e Henrique Zacarias, da Saúde Pública, além de outras altas autoridades civis e militares do país amigo.

Assinaram os dois Presidentes, sob as aclamações dos presentes, o ato solene da cerimônia, que marcou o início da construção da ponte sobre o rio Paraná, que completará a ligação rodoviária, através da qual o Paraguai poderá trazer seus produtos à costa do Atlântico. Apuseram igualmente suas assinaturas no histórico documento os Ministros do Exterior de ambos os países.

CREDENCIAIS E REVOCATÓRIAS

A Sua Majestade Paulo I, Rei dos Helenos, dando por finda a missão do Ministro Jorge Latour.

A Sua Majestade Paulo I, Rei dos Helenos, acreditando na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Senhor Edmundo Machado Júnior.

A Sua Excelência o Senhor Oscar Osório, Presidente da República de El Salvador, dando por finda a missão do Embaixador Décio Martins Coimbra.

A Sua Excelência o Senhor Oscar Osório, Presidente da República de El Salvador, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Lauro de Andrade Müller.

A Sua Excelência o Senhor Sukarno, Presidente da República da Indonésia, dando por finda a missão do Embaixador Oswaldo Trigueiro.

A Sua Excelência o Senhor Sukarno, Presidente da República da Indonésia, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Ildefonso Falcão.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, dando por finda a missão do Embaixador João Pizarro Gabizo de Coelho Lisboa.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Jorge Olintho de Oliveira.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo VI, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, dando por finda a missão do Ministro José Cochrane de Alencar.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo IV, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, acreditando na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Senhor Landulfo Antônio Borges da Fonseca.

A Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, dando por finda a missão do Embaixador Carlos Alves de Souza Filho.

A Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Adolpho Cardoso de Alencastro Guimarães.

A Sua Excelência o Senhor René Coty, Presidente da República Francesa, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Carlos Alves de Souza Filho.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Körner, Presidente Federal da República da Áustria, dando por finda a missão do Embaixador Adolpho Cardoso de Alencastro Guimarães.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Körner, Presidente Federal da República da Áustria, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Mário Moreira da Silva.

A Sua Excelência o Senhor Celal Bayar, Presidente da República Turca, dando por finda a missão do Embaixador Mário Moreira da Silva.

A Sua Excelência o Senhor Celal Bayar, Presidente da República Turca, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Nemésio Dutra.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, dando por finda a missão do Senhor Hugo Manhães Bethlem, no Paquistão.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Paquistão o Senhor José Cochrane de Alencar.

A Sua Excelência o Senhor Marcos Perez Jimenez, Presidente da República da Venezuela, dando por finda a missão do Embaixador Joaquim de Souza Leão Filho.

A Sua Excelência o Senhor Marcos Perez Jimenez, Presidente da República da Venezuela, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Oscar Pires do Rio.

A Sua Majestade Juliana, Rainha dos Países-Baixos, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Joaquim de Souza Leão Filho.

A Sua Excelência o Generalissimo Francisco Franco Bahamonde, Chefe do Estado Espanhol, dando por finda a missão do Embaixador Rubens Ferreira de Mello.

A Sua Excelência o Generalissimo Francisco Franco Bahamonde, Chefe do Estado Espanhol, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor João Pizarro Gabizo de Coelho Lisboa.

A Sua Excelência o Generalissimo Francisco Franco Bahamonde, Chefe do Estado Espanhol, acreditando o Senhor João Pizarro Gabizo de Coelho Lisboa, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Madrid, para, na qualidade de Embaixador em Missão Especial, fazer a entrega da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito.

A Sua Excelência o Senhor General Héctor Bienvenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, dando por finda a missão do Embaixador Paulo Germano Hasslocher.

A Sua Excelência o Senhor General Héctor Bienvenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Décio Martins Coimbra.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, dando por finda a missão do Embaixador João Carlos Muniz.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Ernani do Amaral Peixoto.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Pedro E. Aramburu, Presidente Provisório da Nação Argentina, dando por finda a missão do Embaixador Orlando Leite Ribeiro.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Pedro E. Aramburu, Presidente Provisório da Nação Argentina, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor João Carlos Muniz.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Manuel Prado Ugarteche, Presidente da República Peruana, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Orlando Leite Ribeiro.

A Sua Excelência o Senhor Julio Lozano Dias, Chefe Supremo do Estado de Honduras, dando por finda a missão do Embaixador Jorge Olintho de Oliveira.

A Sua Excelência o Senhor Julio Lozano Dias, Chefe Supremo do Estado de Honduras, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Bolivar de Freitas.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo VI, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, dando por finda a missão do Ministro Landulpho Antônio Borges da Fonseca.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo VI, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Edgar Bandeira Fraga de Castro.

A Sua Excelência o Senhor Rajendra Prasad, Presidente da República da Índia, dando por finda a missão do Embaixador Ildefonso Falcão.

A Sua Excelência o Senhor Rajendra Prasad, Presidente da República da Índia, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor José Cochrane de Alencar.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Manuel Prado Ugarteche, Presidente da República Peruana, dando por finda a missão do Embaixador Edgar Bandeira Fraga de Castro.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Manuel A. Odria, Presidente da República Peruana, acreditando o Senador Apolônio Sales, Vice-Presidente do Senado Federal, na qualidade de Embaixador em Missão Especial para representar o Governo brasileiro na posse do Senhor Manuel Prado Ugarteche, na Presidência da República.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Victor Paz Estensoro, Presidente da República da Bolívia, acreditando o Deputado Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, na qualidade de Embaixador em Missão Especial para representar o Governo brasileiro na posse do Senhor Hernan Siles Zuazo na Presidência da República.

A Sua Santidade o Papa Pio XII, dando por finda a missão do Embaixador Décio de Moura.

A Sua Santidade o Papa Pio XII, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Heitor Lyra.

A Sua Excelência o Senhor José Maria Velasco Ibarra, Presidente Constitucional da República do Equador, acreditando o Senhor Affonso Barbosa de Almeida Portugal na qualidade de Embaixador em Missão Especial, para representar o Governo brasileiro na posse do Senhor Doutor Camilo Ponce Enriquez na Presidência da República.

A Sua Excelência o Senhor Major-General Fulgêncio Batista y Zaldivar, Presidente da República de Cuba, dando por finda a missão do Embaixador Manuel César de Góes Monteiro.

A Sua Majestade Baudoin, Rei dos Belgas, dando por finda a missão do Embaixador Vasco Tristão Leitão da Cunha.

A Sua Excelência o Senhor Major-General Fulgêncio Batista y Zaldivar, Presidente da República de Cuba, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Vasco Tristão Leitão da Cunha.

A Sua Alteza Real Charlotte Aldegonde Elise Marie Wilhelmine, Grã-Duquesa do Luxemburgo, dando por finda a missão do Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha.

A Sua Majestade Baudoin, Rei dos Belgas, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Hugo Gouthier de Oliveira Gondim.

A Sua Alteza Real Charlotte Aldegonde Elise Marie Wilhelmine, Grã-Duquesa do Luxemburgo, acreditando na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Senhor Hugo Gouthier de Oliveira Gondim.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Camilo Ponce Enriquez, Presidente Constitucional da República do Equador, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Affonso Barbosa de Almeida Portugal.

A Sua Excelência o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, dando por finda a missão do Embaixador Heitor Lyra.

A Sua Excelência o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Álvaro de Barros Lins.

A Sua Excelência o Senhor Ricardo M. Arias E., Presidente da República do Panamá, acreditando o Senhor Major-Brigadeiro Vasco Alves Secco na qualidade de Embaixador em Missão Especial, para representar o Governo brasileiro na posse do Senhor Ernesto de la Guardia Junior na Presidência da República.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, dando por finda a missão do Ministro Pedro de Alcântara Nabuco Abreu Filho na Austrália.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, acreditando na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Austrália o Senhor Landulpho Antônio Borges da Fonseca.

CARTAS DE CHANCELARIA E DE GABINETE

A Sua Excelência o Senhor Luis Batlle Berres, Presidente do Conselho Nacional de Governo da República Oriental do Uruguai, em resposta à Revocatória do Embaixador Giordano Bruno Eccher.

A Sua Excelência o Senhor Luis Battle Berres, Presidente do Conselho Nacional de Governo da República Oriental do Uruguai, em resposta à Credencial do Embaixador Juan Antonio Viera.

A Sua Excelência o Senhor José Figueres, Presidente Constitucional da República de Costa Rica, em resposta à Revocatória do Embaixador Alfredo Tosi Bonilla.

A Sua Excelência o Senhor José Figueres, Presidente Constitucional da República de Costa Rica, em resposta à Credencial do Embaixador Humberto Nigro Borbón.

A Sua Santidade o Papa Pio XII, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Mohammed Zahir Shah Khan, Rei do Afeganistão, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Heuss, Presidente da República Federal da Alemanha, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Pedro E. Aramburu, Presidente Provisório da Nação Argentina, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, da Austrália e de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Körner, Presidente da República Federal da Áustria, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Baudouin, Rei dos Belgas, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Victor Paz Estenssoro, Presidente da República da Bolívia, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Elizabeth II. Rainha do Reino Unido, do Canadá e de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor General Carlos Ibañez del Campo, Presidente da República do Chile, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Generalíssimo Chiang Kai Shek, Presidente da República da China, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor José Figueres, Presidente Constitucional da República de Costa Rica, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Major-General Fulgêncio Batista y Zaldívar, Presidente da República de Cuba, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Frederico IX, Rei da Dinamarca, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor General Héctor Bienvenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-Coronel Gamal Abdel-Nasser, Presidente da República do Egito, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Oscar Osório, Presidente da República de El Salvador, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor José Maria Velasco Ibarra, Presidente Constitucional da República do Equador, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde, Chefe do Estado Espanhol, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Imperial Hailé Sellassié I, Imperador da Etiópia, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Juho Kusti Paasikivi, Presidente da República da Finlândia, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor René Coty, Presidente da República Francesa, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Paulo I, Rei dos Helenos, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Coronel Carlos Castillo Armas, Presidente da República da Guatemala, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor General Paul E. Magloire, Presidente da República do Haiti, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Julio Lozano Diaz, Chefe Supremo do Estado de Honduras, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Rajendra Prasad, Presidente da República da Índia, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Sukarno, Presidente da República da Indonésia, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Imperial Mohammed Rezâ Pahlavi, Shahinshah do Irã, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Ásgeir Ásgeirsson, Presidente da República da Islândia, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Josip Broz-Tito, Presidente da República Federativa da Iugoslávia, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Hirohito, Imperador do Japão, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Camille Chamoun, Presidente da República do Líbano, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Alteza Real Charlotte Aldegonde Elise Marie Wilhelmine, Grã-Duquesa do Luxemburgo, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Adolfo Ruiz Cortinez, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.



A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Anastasio Somoza, Presidente da República da Nicarágua, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Haakon VII, Rei da Noruega, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Juliana, Rainha dos Países-Baixos, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Ricardo M. Arias E., Presidente da República do Panamá, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor General Iskander Mirza, Governador Geral do Paquistão, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Manuel A. Odria, Presidente da República Peruana, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Aleksander Zawadzki, Presidente do Conselho do Estado da República Popular da Polônia, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Choucri El Kouatly, Presidente da República da Síria, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo VI, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Markus Feldmann, Presidente da Confederação Helvética, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Antonín Zápotocký, Presidente da República Tcheco-Eslovaca, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Celal Bayar, Presidente da República Turca, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Elizabeth II. Rainha do Reino Unido, da União da África do Sul e de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Luis Batlle Berres, Presidente do Conselho Nacional de Governo da República Oriental do Uruguai, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Marcos Perez Jimenez, Presidente da República da Venezuela, comunicando a posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Heuss, Presidente da República Federal da Alemanha, em resposta à Credencial do Senhor Fritz Oellers na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Pedro E. Aramburu, Presidente Provisório da Nação Argentina, em resposta à Credencial do Senhor Doutor Luis A. Podesta Costa, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos poderes da República.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, da Austrália e de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Credencial do Senhor Cedric Vernon Kellway, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Körner, Presidente Federal da República da Áustria, em resposta à Credencial do Senhor Clemens Wildner, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Baudoin, Rei dos Belgas, em resposta à Credencial do Senhor René Van Meerbeke, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, do Canadá, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Credencial do Senhor Robert Henry Winters, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor General Carlos Ibañez del Campo, Presidente da República do Chile, em resposta à Credencial do Senhor Enrique O. Barbosa, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, em resposta à Credencial do Senhor Ricardo Jordán Jiménez, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor José Figueres, Presidente Constitucional da República de Costa Rica, em resposta à

Credencial dos Senhores Jorge Villalobos Dobles e Humberto Nigro Borbón, na qualidade de Embaixadores em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Major-General Fulgêncio Batista y Zaldivar, Presidente da República de Cuba, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Frederico IX. Rei da Dinamarca, em resposta à Credencial do Senhor Helmuth Ingermann Moller, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor General Héctor Bienvenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-Coronel Gamal Abdel-Nasser, Presidente da República do Egito, em resposta à Credencial do Senhor Sami Rizkallah Semeika, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Oscar Osório, Presidente da República de El Salvador, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor José Maria Velasco Ibarra, Presidente Constitucional da República do Equador, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde, Chefe do Estado Espanhol, em resposta à Credencial do Senhor Raimundo Fernández Cuesta, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Imperial Hailé Sellassié I, Imperador da Etiópia, em resposta à Credencial do Senhor Ato Zewdie Gabre Heywot, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor René Coty, Presidente da República Francesa, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Credencial de Sir Geoffrey Harington Thompson, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Paulo I, Rei dos Helenos, em resposta à Credencial do Senhor Georges Argyropoulos, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Coronel Carlos Castillo Armas, Presidente da República da Guatemala, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor General Paul E. Magloire, Presidente da República do Haiti, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Julio Lozano Diaz, Chefe Supremo do Estado de Honduras, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Rajendra Prasad, Presidente da República da Índia, em resposta à Credencial de Sua Alteza o Rajá Joginder Sen Bahadur Mandi, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Sukarno, Presidente da República da Indonésia, em resposta à Credencial do Senhor Raden Sudjono na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Ásgeir Ásgeirsson, Presidente da República da Islândia, em resposta à Credencial do Senhor John Kent Lutey, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Josip Broz-Tito, Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia, em resposta à Credencial do Senhor Pavle Gregoric, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Camille Chamoun, Presidente da República do Líbano, em resposta à Credencial do Senhor Jamil Mekkaoui, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Alteza Real Charlotte Aldegonde Elise Marie Wilhelmine, Grã-Duquesa do Luxemburgo, em resposta à Credencial do Senhor M. Guillaume Konsbruck, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Adolfo Ruiz Cortinez, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, em resposta à Credencial dos Senhores José Maria Ortiz Tirado e Juan Manuel Alvarez del Castillo, na qualidade de Em-

baixadores em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Anastasio Somoza, Presidente da República da Nicarágua, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Haakon VII, Rei da Noruega, em resposta à Credencial do Senhor Nils Anton Jorgensen, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Juliana, Rainha dos Países-Baixos, em resposta à Credencial do Senhor T. Elink Schuurman, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Ricardo M. Arias E., Presidente da República do Panamá, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor General Iskander Mirza, Governador Geral do Paquistão, em resposta à Credencial do Senhor Abdur Rahman Khan, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, em resposta à Credencial do Senhor Doutor H. Sánchez Quell, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Manuel A. Odria, Presidente da República Peruana, em resposta à Credencial do Senhor Doutor Héctor Boza Aizcorbe, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Aleksander Zawadzki, Presidente do Conselho do Estado da República Popular da Polônia, em resposta à Credencial do Senhor Wacław Barcikowski, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo VI, rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, em resposta à Credencial do Senhor Jan Stenström, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Markus Feldmann, Presidente da Confederação Helvética, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Antonín Zápotocký, Presidente da República Tcheco-Eslovaca, em resposta à Credencial da Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, da União da África do Sul e de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Credencial do Senhor Wentzel Christoffel du Plessis, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Marcos Perez Jimenez, Presidente da República da Venezuela, em resposta à Credencial do Senhor Doutor Atilano Carnevali, na qualidade de Embaixador em Missão Especial à transmissão dos Poderes da República.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, em resposta à Revocatória do Embaixador Carlos Arango Velez.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, em resposta à Credencial do Embaixador Manuel Arcila Monroy.

A Sua Excelência o Senhor Ricardo M. Arias E., Presidente da República do Panamá, em resposta à Revocatória do Embaixador Felipe O. Perez.

A Sua Excelência o Senhor Ricardo M. Arias E., Presidente da República do Panamá, em resposta à Credencial do Embaixador Anibal Rios.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Manuel A. Odria, Presidente da República Peruana, em resposta à Revocatória do Embaixador Alberto Freundt Rosell.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Manuel A. Odria, Presidente da República Peruana, em resposta à Credencial do Embaixador Fernando Gamio Palacio.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, da União da África do Sul e de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Revocatória do Ministro Johannes Dreyer Pohl.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, da União da África do Sul e de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Credencial do Ministro Terence Henry Eustace.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Körner, Presidente Federal da República da Áustria, em resposta à Revocatória do Embaixador Clemens Wildner.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Körner, Presidente Federal da República da Áustria, em resposta à Credencial do Embaixador Hermann Göhn.

A Sua Excelência o Generalíssimo Chiang Kai Shek, Presidente da República da China, em resposta à Revocatória do Embaixador Shen Chin-ting.

A Sua Excelência o Generalíssimo Chiang Kai Shek, Presidente da República da China, em resposta à Credencial do Embaixador Chao-ying Shih.

A Sua Excelência o Senhor General Paul E. Magloire, Presidente da República do Haiti, em resposta à Revocatória do Embaixador Lascase Bernardin.

A Sua Excelência o Senhor General Paul E. Magloire, Presidente da República do Haiti, em resposta à Credencial do Embaixador Roger Dorsinville.

A Sua Excelência o Senhor General Héctor Bienvenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, em resposta à Revocatória do Embaixador Eugenio Generoso de Marchena.

A Sua Excelência o Senhor General Héctor Bienvenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, em resposta à Credencial do Embaixador José Mariano Sanz Lajara.

A Sua Excelência o Senhor Rajendra Prasad, Presidente da República da Índia, em resposta à Revocatória do Embaixador Rajá Joginder Sen Bahadur de Mandi.

A Sua Excelência o Senhor Rajendra Prasad, Presidente da República da Índia, em resposta à Credencial do Embaixador Lal Ram Sharan Singh.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo VI, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, em resposta à Credencial do Embaixador Carl Jan Stentström.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, em resposta à Revocatória do Embaixador Raul Sapena Pastor.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, em resposta à Credencial do Embaixador H. Sánchez Quell.

A Sua Majestade Juliana, Rainha dos Países-Baixos, em resposta à Revocatória do Embaixador T. Elink Schuurman.

A Sua Majestade Juliana, Rainha dos Países-Baixos, em resposta à Credencial do Embaixador Marc Willen Van Weede.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, em resposta à Revocatória do Ministro General de Brigada David Shaltiel.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, em resposta à Credencial do Ministro Arie Aroch.

A Sua Excelência o Senhor Manuel Prado Ugarteche, Presidente da República Peruana, em resposta à comunicação da posse no cargo de Presidente da República.

A Sua Majestade Mohammed Zahir Shah Khan, Rei do Afeganistão, em resposta à Credencial do Ministro Mohammed Kabir Khan Ludin.

PLENOS PODERES

Ao Senhor Professor Lineu de Albuquerque Melo para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, em janeiro, na Cidade do México.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na quali-

dade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, conjuntamente com o Plenipotenciário paraguaio, o Convênio para o estudo e aproveitamento de energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai.

Ao Senhor Embaixador João Carlos Muniz para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os Estatutos da Corporação Financeira Internacional, aprovados pela Junta de Diretores-Executivos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, em resolução de 11 de abril de 1955.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, conjuntamente com o Plenipotenciário paraguaio, o Convênio para o estabelecimento em Paranaguá de um entreposto de depósito franco, para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, conjuntamente com o Plenipotenciário paraguaio, o Convênio para o estabelecimento, em Concepción, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas do Brasil.

Ao Senhor Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioly, para, na qualidade de Delegado e Chefe da Delegação, representar o Brasil no IV Congresso Internacional de Defesa Social, em Milão, Itália, no mês de abril, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Embaixador Fernando Lobo para, na qualidade de Delegado e Chefe da Delegação, representar o Brasil na Conferência Especializada Interamericana sobre «Preservação dos Recursos Naturais: Plataforma Submarina

e Águas do Mar», no mês de março, em Ciudad Trujillo, na República Dominicana, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Ministro Eurico Penteado, para, na qualidade de Delegado Substituto, representar o Brasil na XXI Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Nôva York, no mês de abril, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Major Brigadeiro Antonio Appel Neto, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na X Assembléia da Organização de Aviação Civil Internacional.

Ao Senhor Professor Clovis Salgado, Ministro de Estado da Educação e Cultura, para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na II Reunião Interamericana de Ministros da Educação e na II Reunião do Conselho Cultural Interamericano, em Lima, no mês de maio, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Doutor Ernani Braga, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na IX Assembléia Mundial de Saúde, em Genebra, no mês de maio, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Embaixador Cyro de Freitas-Valle para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na XXII Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, Suíça, no mês de julho.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, proceder com o Plenipotenciário

boliviano à troca dos Instrumentos de Ratificação do Convênio de Comércio entre o Brasil e a Bolívia, firmado em La Paz em 24 de dezembro de 1953.

Ao Senhor Álvaro Teixeira Soares, Embaixador do Brasil em La Paz, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Convênio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia para o estabelecimento, em Santos, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas pela Bolívia ou por ela importadas.

Ao Senhor Adolpho Cardoso de Alencastro Guimarães, Embaixador do Brasil em Roma, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na Sessão Especial da Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, em Roma, no mês de setembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Doutor Henrique Maia Penido para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na IX Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Pan-Americana, em Antigua, Guatemala, no mês de setembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Doutor Adelmo de Mendonça para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na IX Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Pan-Americana, em Antigua, Guatemala, no mês de setembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Ministro Carlos Alfredo Bernardes para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na Conferência das Nações Unidas para a criação da Agência Internacional

de Energia Atômica, em Nova York, no mês de setembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor João Carlos Muniz, Embaixador do Brasil em Buenos Aires, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na Conferência das Nações Unidas para a criação da Agência Internacional de Energia Atômica, em Nova York, no mês de setembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Embaixador Cyro de Freitas-Valle para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na Conferência das Nações Unidas para a criação da Agência Internacional de Energia Atômica, em Nova York, no mês de setembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Professor Joaquim da Costa Ribeiro para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na Conferência das Nações Unidas para a criação da Agência Internacional de Energia Atômica, em Nova York, no mês de setembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, em Assunção, o Convênio de Comércio Fronteiriço entre o Brasil e o Paraguai.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, em Assunção, o Tratado Geral de Comércio e Investimentos entre o Brasil e o Paraguai.

Ao Senhor Francisco Gualberto de Oliveira Filho, Embaixador do Brasil no Libano, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar, em Beirute, a troca dos Instrumentos de Ratificação do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a República Libanesa, firmado no Rio de Janeiro em 12 de maio de 1954.

Ao Senhor Embaixador Cyro de Freitas-Valle, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na XI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, no mês de novembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Deputado Aloisio de Castro para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na XI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, no mês de novembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Senador Benedito Valadares para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na XI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, no mês de novembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Embaixador Gilberto Amado para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na XI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, no mês de novembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Senador Georgino Avelino para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na XI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, no

mês de novembro, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Embaixador Julio Augusto Barboza Carneiro, Chefe da Delegação do Brasil à XI Reunião do GATT, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o VI Protocolo de Concessões Adicionais anexo ao Acôrdio Geral de Tarifas e Comércio.

Ao Senhor Embaixador Julio Augusto Barboza Carneiro, Chefe da Delegação do Brasil à XI Reunião do GATT, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Protocolo de Retificação e de Modificação do Texto das Listas Anexadas ao Acôrdio Geral de Tarifas e Comércio, concluído em Torquay em 16 de dezembro de 1950.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, no Rio de Janeiro, juntamente com o Plenipotenciário japonês, o Acôrdio de Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Japão.

Ao Senhor Brigadeiro-do-Ar Henrique Fleiuss, Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, no Rio de Janeiro, juntamente com o Plenipotenciário japonês, o Acôrdio de Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Japão.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar, na cidade de Montevideú, a troca dos Instrumentos de Ratificação do Tratado de Comércio e Navegação, assinado entre o Brasil e o Uruguai em 27 de maio de 1949.

ALTERAÇÕES NAS CHEFIAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS
ACREDITADAS NO RIO DE JANEIRO

Deixaram as funções que desempenhavam no Brasil os seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Johannes Dreyer Pohl, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da União Sul-Africana.

Sua Excelência o Senhor Sydney Pierce, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá.

Sua Excelência o Senhor Latif Ghanimé, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Síria.

Sua Excelência o Senhor Eugenio Generoso de Marchena, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Dominicana.

Sua Excelência o Senhor Shen Chin-ting, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da China.

Sua Excelência o Senhor Clemens Wildner, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Áustria.

Sua Alteza o Rajá Joginder Sen Mandi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Índia.

Sua Excelência o Senhor Doutor Raul Sapena Pastor, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Paraguai.

Sua Excelência o Senhor T. Elink Schuurman, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos.

Sua Excelência o Senhor James C. Durn, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da América.

Sua Excelência o Senhor Lascase Bernardin, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Haiti.

Sua Excelência o Senhor T. O. Vahervuori, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Finlândia.

Sua Excelência o Senhor Doutor Humberto Córdova Cerna, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Guatemala.

Sua Excelência o Senhor Adib Nahas, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Líbano.

Sua Excelência o Senhor Wacław Frankowski, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Polónia.

Sua Excelência o Senhor Doutor Fernando Gamio Palacio, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Peru.

Sua Excelência o Senhor Doutor Fritz Oellers, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Sua Excelência Sir Geoffrey Harington Thompson, Embaixador Plenipotenciário de Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha.

Sua Excelência o Senhor Raden Sudjono, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Indonésia.

Sua Excelência o Senhor Doutor Anibal Rios, D., Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Panamá.

Sua Excelência o Senhor Doutor Atilano Carnevali, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da Venezuela.

Sua Excelência o Senhor Manuel Archila Monroy, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Colômbia.

Em junho, faleceu no posto, Sua Excelência o Senhor Shin Chao Ying, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da China.

APRESENTAÇÃO DE CREDENCIAIS

Apresentaram credenciais os seguintes Chefes de Missão:

— Sua Excelência o Senhor Doutor Humberto Nigro Borbón, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Costa Rica, 12 de janeiro de 1956.

Sua Excelência o Senhor Juan Antonio Viera, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Oriental do Uruguai, 12 de janeiro de 1956.

Sua Excelência o Senhor Doutor Fernando Gamio Palacio, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Peru, 26 de janeiro de 1956.

Sua Excelência o Senhor Doutor Anibal Rios D., Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Panamá, 26 de janeiro de 1956.

Sua Excelência o Senhor Hossein Navab, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade o Xá do Irã, 26 de janeiro de 1956.

Sua Excelência o Senhor Doutor J. M. Sanz Lajara, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Dominicana, 8 de fevereiro de 1956.

Sua Excelência o Senhor Shih Chao Ying, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da China, 15 de março de 1956.

Sua Excelência o Senhor Manuel Archila Monroy, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Colômbia, 12 de abril de 1956.

Sua Excelência o Senhor Roger Dorsinville, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Haiti, 12 de abril de 1956.

Sua Excelência o Senhor Lal Ram Sharan Singh, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Índia, 7 de maio de 1956.

Sua Excelência o Senhor Doutor Hermann Gohn, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Áustria, 7 de maio de 1956.

Sua Excelência o Senhor T. H. Eustace, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da União Sul-Africana, 8 de março de 1956.

Sua Excelência o Senhor Jan Stenström, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Sua Majestade o Rei da Suécia, 22 de junho de 1956.

Sua Excelência o Senhor Hipolito Sanchez Quell, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Paraguai, 5 de julho de 1956.

Sua Excelência o Jonkheer M. W. van Weede, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos, 5 de julho de 1956.

Sua Excelência o Senhor Arie Aroch, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Estado de Israel, 18 de julho de 1956.

Sua Excelência o Senhor Ellis O. Briggs, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da América, 26 de julho de 1956.

Sua Excelência o Senhor Doutor Mohammad Kabir Lundi, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Afeganistão, 12 de outubro de 1956.

Sua Excelência o Senhor Mortti Johannes Ingman, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Finlândia, 19 de outubro de 1956.

Sua Excelência Sir Geoffrey Wedgwood Harrison, K. C. M. G., Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha, 5 de novembro de 1956.

Sua Excelência o Senhor Doutor Werner Dankwort, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, 21 de novembro de 1956.

Sua Excelência o Senhor Wojciech Chabasinski, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Polônia, 21 de novembro de 1956.

RELAÇÃO DAS PERSONALIDADES AGRACIADAS COM A
ORDEN NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL

1956

NOME	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor Doutor Antonio Jorge Dias, Professor de Etnologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.....	OFICIAL	31—1—56
Senhora Dona Carmen Dolores Barbosa..	"	"
Senhor Doutor Tullio Grazioli, Conselheiro de Emigração da Embaixada da Itália no Brasil.....	COMENDADOR	"
Senhor José Lello, Diretor principal da "Editora Lello" do Porto.....	OFICIAL	"
Senhor Bunichiro Tanabe, Segundo Secretário da Embaixada do Japão no Brasil.	CAVALEIRO	"
Senhora Dona Palmyra Bastos, Artista portuguesa.....	OFICIAL	"
Senhor Adel Hassib, Primeiro Secretário da Embaixada do Egito no Brasil....	"	"
Senhor Herbert van Leisen, Jornalista suíço.....	"	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor Duarte Pinto de Carvalho e Freitas do Amaral, Engenheiro português.....	OFICIAL	31-1-56
Sua Excelência o Senhor Merwin L. Bo- han, Ex-Presidente da Seção Norte- americana da Comissão Mista Brasil- Estados Unidos para o Desenvolvi- mento Económico.....	GRÃ-CRUZ	"
Professor Doutor Robert Garrie, Diretor da "Maison Internationale des Étudi- ants", em Paris.....	COMENDADOR	"
Senhor Albert Latapie.....	CAVALEIRO	"
Senhor Antonio Pedro Rodrigues, Diretor da revista "Padrão" de Portugal.....	OFICIAL	"
Professor Harvey Walker, Mestre de Ciên- cias Políticas da Universidade de Ohio.	COMENDADOR	"
Senhor Abdul Aziz Farooq, Primeiro Se- cretário da Embaixada do Paquistão no Brasil.....	OFICIAL	21- 2-56
Senhor Jean Arthur Fauron, Adido à Em- baixada da Bélgica no Brasil.....	CAVALEIRO	"
Sua Excelência o Senhor Shen Chia-Ting, Embaixador Extraordinário e Plenipo- tenciário da China no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	"
Sua Excelência o Senhor Latif Chanomé, Enviado Extraordinário e Ministro Ple- nipotenciário da Síria no Brasil.....	GRANDE OFICIAL	28- 2-56
Senhor Comandante Luigi Augusto Bon- fanti.....	COMENDADOR	28- 2-56
Senhor Carlos Villaveces Restrepo, Minis- tro da Fazenda e Crédito Público da Co- lômbia.....	GRÃ-CRUZ	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Embaixador Joaquim Piñeros Corpas, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.....	GRÃ-CRUZ	28- 2-55
Sua Excelência o Senhor Ministro Vali Gunnar Palmroth, Chefe da Direção dos Negócios Comerciais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia...	GRANDE OFICIAL	"
Professor Gustav Nylin, Presidente da Sociedade Européia de Cardiologia.....	OFICIAL	"
Senhor Torsten Rickard Lenk, Chefe do Museu "Livrust Kammaren", da Suécia (Promoção.....	"	"
Senhora Dona Georgina Nieto de Barac, Auxiliar da Embaixada do Brasil em Bogotá.....	CAVALEIRO	"
Senhor Manuel Mejia J., Gerente (presidente da "Federación Nacional de Cafeteros".....	GRANDE OFICIAL	"
Senhor Tamotsu Nakaya, Terceiro Secretário da Embaixada do Japão no Brasil..	CAVALEIRO	"
Senhor James Gordon Leahy, Membro da Administração da "American- Brazilian Association".....	OFICIAL	15- 3-56
Senhor Felipe Merry del Val, Presidente da Câmara de Comércio Brasileiro-Chilena.....	"	"

N O M E.	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor Carlo Cimino, Chefe da 2. ^a Seção do Cerimonial do Ministério dos Negó- gócios Estrangeiros da Itália.....	OFICIAL	15- 3-56
Senhor Franco Rienzi, Chefe da 1. ^a Seção do Cerimonial do Ministério dos Negó- cios Estrangeiros da Itália.....	"	"
Sua Excelência o Senhor Senador Teresio Guglielmone.....	GRANDE OFICIAL	"
Senhor Jorge y Ortega, Gerente e co- proprietário do jornal " Comercio" de Quito.....	OFICIAL	"
Senhor Demetrio de Aguilera Malta, Jor- nalista equatoriano.....	CAVALEIRO	"
Senhor André-Marie Klenovski, Chefe do Serviço de Vistos de Entrada da Prefei- tura de Polícia de Paris.....	"	"
Senhor Alfredo Sanchez Bella, Director do Instituto de Cultura Hispânica de Ma- drid. (Promoção).....	GRANDE OFICIAL	"
Doutor Tomás Martinez Fraile, Médico es- panhol.....	CAVALEIRO	"
Senhor Haroldo Beresford Wood, Gerente da Mala Real Inglesa em Southampton.	OFICIAL	"
Senhor Jorge Ramos, Jornalista portu- guês.....	CAVALEIRO	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Ministro William Fry Valle Riestra, Diretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Peru. (Promoção.....)	GRANDE OFICIAL	15- 3 -56
Sua Excelência o Senhor Ministro Bolívar Ulloa Pasquette, Diretor do Departa- mento Político e Diplomático, e Diretor de Fronteiras e Limites do Ministério das Relações Exteriores do Peru.....	GRANDE OFICIAL	"
Sua Excelência o Senhor Ministro Manuel Carpio Rivero, Subdiretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Peru.....	GRANDE OFICIAL	"
Sua Excelência o Senhor Embaixador Emi- lio Sarmiento, Assessor Geral do Minis- tério das Relações Exteriores da Bolívia	GRÃ-CRUZ	"
Sua Excelência o Senhor Ministro Santia- go Jordán Sandoval, Diretor Geral dos Organismos Internacionais do Ministé- rio das Relações Exteriores da Bolívia	GRANDE OFICIAL	"
Sua Excelência o Senhor Embaixador Eduardo Arce Quiroga, Subsecretário de Estado das Relações Exteriores da Bolívia.....	GRÃ-CRUZ	"
Sua Excelência o Senhor General Enrique Vidaurre, Presidente do Instituto Boli- viano-Brasileiro.....	GRANDE OFICIAL	"
Senhor Charles Janssens, Vice-Presidente da " Union Brasilo-Belge", de Bruxelas	OFICIAL	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor Paul A. Visinand, Ex-Presidente da "Nestle" do Brasil.....	OFICIAL	15- 3-53
Senhor Wilhelm Zangen, Diretor Geral e Presidente da Diretoria da "Mannes- mann Sociedade Anônima, Dusseldorf".	COMENDADOR	23- 4-56
Senhor Tore Bøgh-Tobiassen, antigo Segundo Secretário da Legação da No- ruega no Brasil.....	CAVALEIRO	30- 4-56
Senhor Nejat Ertüzün, Conselheiro da Embaixada da Turquia no Brasil.....	COMENDADOR	"
Senhor Franco Rienzi, Chefe da 1.ª Seção do Cerimonial do Ministério dos Negó- cios Estrangeiros da Itália. (Retificação de grau	"	"
Senhor Carlo Cimino, Chefe da 2.ª Seção do Cerimonial do Ministério dos Negó- cios Estrangeiros da Itália. (Retificação de grau	"	"
Senhor Ricardo Caveró Egúsqüiza, antigo Adido Comercial à Embaixada do Peru no Brasil.....	CAVALEIRO	"
Senhor Joaquim Pereira Campos Junior, Jornalista português.....	OFICIAL	"
Senhora Dona Louise Faure, Diretora da Seção de Medicina do "Palais de la Dé- couverte" da Universidade de Paris...	CAVALEIRO	"
Professor Nicolau Firmino.....	OFICIAL	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor F. Gunnar Wistrand, Presidente da Companhia SKF do Brasil, Rolamen- tos.....	OFICIAL	30- 4-56
Baronesa Claire Ramel.....	CAVALEIRO	"
Senhor David Rockefeller.....	COMENDADOR	"
Sua Excelência o Senhor Maurice Faure, Secretário de Estado dos Negócios Es- trangeiros da França.....	GRANDE OFICIAL	"
Vice-Almirante Gabriel-Laurent Rebuffel, Adjunto do Chefe do Estado-Maior Ge- ral das Forças Armadas da França...	COMENDADOR	"
Sua Excelência o Senhor Ministro Jean Binoche, Chefe do Departamento Polí- tico da América do Ministério dos Negó- cios Estrangeiros da França.....	COMENDADOR	"
Senhor Louis Domb, Diretor Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros da França.	OFICIAL	"
Senhor Christian de Follin, Chefe do Ca- binete do Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros da França.....	OFICIAL	"
Sua Excelência o Senhor Doutor Gabriel Landa, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cuba no Brasil...	GRÃ-CRUZ	"
Senhor Carlos Faillace Vengoechea, Con- selheiro da Embaixada da Colômbia em Roma.....	COMENDADOR	10- 5-56

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor Jean Henri Joseph Thiry, Cônsul Honorário da Bélgica em Belo Horizonte	CAVALEIRO	10- 5-56
Doutor Dámaso E. Ulloa Gallardo, Pre- sidente da União Cultural Brasil-Pana- má.....	"	"
Sua Excelência o Senhor Jamil Mikaoui, Ministro das Finanças e Obras Públicas do Líbano.....	GRÃ-CRUZ	"
Senhor Leonardo Lacayo Ocampo, Diretor do jornal "Novedades", da Nicarágua.	OFICIAL	"
Senhor Rafael Sevilla Sacasa, Cônsul Ho- norário do Brasil em Manágua.....	"	"
Excelentíssima Senhora Dona Salvadora Debayle de Somoza.....	COMENDADOR	"
Sua Excelência o Senhor Embaixador Re- né Schick, Secretário da Presidência da República da Nicarágua.....	GRÃ-CRUZ	"
Sua Excelência Reverendíssima Monse- nhor Isidro Augusto Oviedo Y Reyes, Bispo Diocesano de León, Nicarágua...	"	"
Doutor K.C.Li, Presidente da "Wah Chang Corporation".....	CAVALEIRO	"
Sua Alteza Real o Príncipe Knud, da Dinamarca.....	GRÃ-CRUZ	"
Sua Excelência o Senhor Enrique Barbosa, Ministro das Relações Exteriores do Chile.....	"	"

NOME	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Ministro Ernst-Gunther Mohr, Chefe do Cerimonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha.....	GRANDE OFICIAL	10- 5-56
Senhor John J. Clisham, Secretário Executivo da "Pan-American Society" dos Estados Unidos da América	OFICIAL	"
Senhor Lawrence Edward Dalton, Vice-Presidente do "Guaranty Trust Company"	CAVALEIRO	"
Sua Excelência Reverendíssima Monsenhor Antonio Samoré, Secretário da Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários de Sua Santidade o Papa Pio XII.....	GRÃ-CRUZ	"
Sua Excelência Reverendíssima Monsenhor Angelo Dell'Acqua, Substituto da Secretaria de Estado de Sua Santidade o Papa Pio XII.....	"	"
Sua Excelência Reverendíssima Monsenhor Carlo Grano, Substituto da Secretaria de Estado de Sua Santidade o Papa Pio XII (Promoção).....	"	"
Reverendíssimo Monsenhor Silvio Sericano, Subsecretário da Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários de Sua Santidade o Papa Pio XII...	GRANDE OFICIAL	"
Reverendíssimo Monsenhor Agostino Casaroli, "Minutante" da Secretaria de Estado de Sua Santidade o Papa Pio XII.	COMENDADOR	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Reverendíssimo Monsenhor Ennio Fran- cia, "Minutante" da Secretaria de Esta- do de Sua Santidade o Papa Pio XII..	COMENDADOR	10-5-56
Reverendíssimo Monsenhor Liborio Scáe- cia, "Minutante" da Secretaria de Es- tado de Sua Santidade o Papa Pio XII.	" "	" "
Reverendíssimo Monsenhor Saverio Zupi, "Officiale" da Secretaria de Estado de Sua Santidade o Papa Pio XII.....	" "	" "
Senhor Piero Luigi Saporiti, Representante no Brasil das Revistas "Life" e "Time".	CAVALHEIRO	4-6-56
Sua Excelência Reverendíssima Monse- nhor Beniamino Nardone, Secretário da Sacra Congregação do Cerimonial de Sua Santidade o Papa Pio XII (Promo- ção	GRÃ-CRUZ	12-6-56
Senhor Philippe Régner, Adido Comercial à Embaixada da França no Brasil....	CAVALHEIRO	" "
Senhor Reino Ilmari Honkaranta, antigo Primeiro Secretário da Legação da Fin- lândia no Brasil.....	OFICIAL	" "
Sua Excelência o Senhor James Clement Dunn, antigo Embaixador Extraordi- nário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da América no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	2-7-56
Senhor Ghermatchew Tekle-Hawariat, Encarregado de Negócios, interino, da Etiópia no Brasil..	COMENDADOR	11-7-56

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Torsten Oskar Vahervuori, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Finlândia no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	12- 7-56
Senhor Louis de La Tour du Pin Chambly de La Charce, Primeiro Secretário da Embaixada da França no Brasil.....	OFICIAL	14 -7-56
Senhora Dona Maria Celia Coppeti de Alencar, Adido Cultural à Embaixada da República Oriental do Uruguai no Brasil.....	CAVALEIRO	..
Senhor Mario Collazo Pitalluga, Conselheiro da Embaixada da República Oriental do Uruguai no Brasil.....	COMENDADOR	..
Sua Excelência o Senhor Embaixador Luis S. Castiñeiras, Subsecretário de Relações Exteriores da República Argentina.	GRÃ-CRUZ	25- 7-56
Sua Excelência o Senhor Doutor Felipe A. Espil, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Nação Argentina no Brasil.....	..	..
Sua Excelência o Senhor Brigadeiro Federico Ruiz, Subsecretário da Aeronáutica da República Argentina.....	GRANDE OFICIAL	..
Sua Excelência o Senhor General-de-Brigada Hector D'Andrea, Subsecretário do Exército da República Argentina...	..	..
Sua Excelência o Senhor Contra-Almirante Arturo H. Rial, Subsecretário da Marinha da República Argentina.....	..	..

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Capitão-de-Fragata Francisco Manrique, Chefe da Casa Militar da Presidência da República Argentina.....	GRANDE OFICIAL	25- 7-56
Sua Excelência o Senhor Major D. Roberto A. Shaw, Diretor de Coordenação do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.....	"	"
Sua Excelência o Senhor Ministro Julio Cesar Banzas, Diretor de Relações Públicas do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina	GRANDE OFICIAL	"
Senhor Major Juan Carlos Meira, Ajudante de Ordens do Presidente da Nação Argentina.....	COMENDADOR	"
Comandante Jacinto Vidal, da Argentina.	"	"
Senhor Carlos Federico Silva Guzmán, Conselheiro da Embaixada da Argentina.....	"	"
Senhor Doutor Adolfo Raul España Solá, Conselheiro Econômico da República Argentina no Brasil	"	"
Senhor Eduardo Colombo, Conselheiro da Embaixada da Argentina.....	"	"
Senhor Capitão-de-Fragata Mario A. Durrieu, Adido Naval à Embaixada da República Argentina no Brasil.....	OFICIAL	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor Tenente-Coronel José Esteban Annecca, Adido Militar à Embaixada da República Argentina no Brasil.....	OFICIAL	25- 7-53
Senhor Vice-Comodoro Esteban dal Lago, Adido Aeronáutico à Embaixada da Re- pública Argentina no Brasil.....	"	"
Senhor Tenente-de-Corveta Juan A. Do- ver, da Argentina.....	"	"
Senhor Marco Aurelio Podestá Costa, Se- gundo Secretário da Embaixada da Re- pública Argentina no Brasil.....	CAVALEIRO	"
Doutor Enso Italo Alberto, Terceiro Se- cretário da Embaixada da República da Argentina no Brasil.....	"	"
Doutor Carlos Comendez Newton, Adido à Embaixada da República Argentina no Brasil.....	"	"
Doutor Hugo J. Gobbi, Adido à Embaixa- da da República Argentina no Brasil..	"	"
Senhor Enrique Nikko Pinto, Adido à Em- baixada da República Argentina no Bra- sil.....	"	"
Sua Excelência o Senhor General-de-Divi- visão Pedro Eugenio Aramburu, Presidên- te Provisório da Nação Argentina.....	GRANDE COLAR	"
Sua Excelência o Senhor Hernan Silles Zuazo, Presidente, eleito, da República da Bolívia.....	GRANDE COLAR	27- 7-56

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Abel Ayorón, Ministro do Trabalho e Segurança Social da Bolívia.....	GRã-CRUZ	27- 7-56
Sua Excelência o Senhor Senador Federico Alvarez Plata, da Bolívia.....	GRANDE OFICIAL	..
Sua Excelência o Senhor Deputado Renán Castrillo, da Bolívia.....	..	..
Sua Excelência o Senhor General Armando Prudencio, Ajudante de Ordens do Presidente, eleito, da Bolívia.....	..	..
Doutor Juan José Vidaurre P., Ministro- Conselheiro da Embaixada da Bolívia no Brasil.....	..	..
Senhor Miguel Gisbert, Vice-Presidente da Comissão Orientadora da Política Econômica Internacional da Bolívia...	COMENDADOR	..
Senhor Mario Alarcón Lahore, Secretário Particular do Presidente eleito da Bolívia.....	OFICIAL	..
Senhor Angel Jemio Ergueta, Segundo Secretário da Embaixada da Bolívia no Brasil.....	CAVALEIRO	..
Senhor Carlos Alipaz Alcazar, Adido à Embaixada da Bolívia.....	..	..
Senhor Carlos Washington Aliseris, Adido à Embaixada da República Oriental do Uruguai no Brasil.....	..	6- 9-56

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Wacław Frankowski, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Polônia no Brasil.	GRÃ-CRUZ	6-9-56
Senhor William Hearst Junior, Jornalista americano.....	OFICIAL	"
Senhora Dona Susan Wagner, americana.	CAVALEIRO	"
Senhora Dona Emma Alden Rothblatt, americana	"	"
Senhora Dona Shelley Patterson, americana.....	"	"
Senhor Ogden R. Reid, Editor e Presidente do "New York Herald Tribune".....	OFICIAL	"
Senhor Doutor K.C.Li, Presidente da "Wah Chang Corporation" (Retificação de Grau	"	"
Sua Excelência o Senhor Cesar Tulio Delgado, Presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos.....	GRÃ-CRUZ	10-9-56
Doutor Alfred Marchionini, Magnífico Reitor da Universidade de Munich....	COMENDADOR	11-9-56
Doutor Robert Degos, Professor catedrático da Universidade de Paris.....	OFICIAL	"
Senhor Luis Barry Silva, Diretor da Companhia Chilena de Navegação Interocênica.....	"	"
Senhor Georges Wambach, Pintor belga	"	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor José Calmon Navarro de Andrade Botelho, Secretário da Federação das Associações Portugêsas no Brasil.....	CAVALEIRO	11- 9-56
Doutor Alfonso Ortiz Tirado, Tenor mexicano.....	"	"
Senhor Walid Maged, Diretor do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Síria.....	COMENDADOR	"
Senhor Gardar Gislason, Cônsul Honorário da Islândia em Reykjavik.....	CAVALEIRO	"
Senhor Arturo R. Condomi Alcorta.....	COMENDADOR	"
Professor Tobias Rosenberg, Chefe da Seção "Etnografia Tradicional" do Instituto de Etnologia da Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade Nacional de Tucumã.....	CAVALEIRO	"
Sua Excelência o Senhor Senador Omar Chávez Ortiz, da Bolívia.....	GRANDE OFICIAL	"
Sua Excelência o Senhor Doutor Raul Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores e Culto do Paraguai.....	GRÃ-CRUZ	"
Sua Excelência o Senhor Enrique Barrail, Subsecretário de Estado de Obras Públicas e Comunicações do Paraguai...	GRANDE OFICIAL	"
Senhor Enzo Debernardi, Diretor de Departamento do Ministério de Obras Públicas e Comunicações do Paraguai...	COMENDADOR	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor Rodolfo Gill Duarte, Diretor da Administração Nacional de Eletricidade do Paraguai.....	COMENDADOR	11- 9-56
Senhor Miguel Solano López, Diretor do Departamento de Organismos, Tratados e Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai.....	"	"
Senhor Ponciano S. Torrado, Subsecretá- rio do Departamento de Obras Públicas da República Oriental do Uruguai.	"	"
Sua Excelência o Senhor Tenente-General Izaak Alphonse Aler, Presidente da KLM Compahia Real Holandesa de Aviação.....	GRANDE OFICIAL	"
Senhor L. H. Slotemaker, Vice-Presidente Executivo da KLM.....	OFICIAL	"
Senhor Herman Marie Cornelis Duymaer van Twist, Diretor da Divisão do Atlân- tico Sul da KLM.....	"	"
Sua Excelência o Marquês Alessandro Pal- lavicino, Chefe da Seção de Negócios Estrangeiros da Chancelaria do Grão- Mestrado da Ordem Soberana e Militar de Malta (Promoção	COMENDADOR	"
Senhor Charles Janssens, Vice-Presidente da "Union Brasilo-Belge" de Bruxelas. (Retificação de grau).....	"	"
Sua Excelência o Senhor Contra-Almiran- te Isaac Francisco Rojas, Vice-Presiden- te Provisório da Nação Argentina.....	GRã-CRUZ	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Doutor Luis A. Podestá Costa, Ministro das Relações Exteriores da República Argentina....	GRÃ-CRUZ	11- 9-56
Sua Excelência Reverendíssima Monsenhor Miguel De Andrea, Bispo Titular de Temmos, Vigário da Paróquia de San Miguel Arcangel, Buenos Aires.....	GRANDE OFICIAL	"
Sua Excelência o Senhor Doutor Victor Proaño, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Peru na Dinamarca.....	"	"
Sua Excelência a Senhora Maria Prieto de Herrera, Ministro-Conselheiro, Assistente do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores de Cuba.....	"	"
Senhor Luis Hergueta, Secretário do Instituto de Cultura Hispânica.....	OFICIAL	"
Sua Excelência o Senhor Washington Fernandez, Ministro de Obras Públicas da República Oriental do Uruguai.....	GRÃ-CRUZ	"
Sua Excelência o Senhor Embaixador Luiz Guillot, Subsecretário das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai (Promoção).....	"	"
Senhor Doutor Juan A. Borrelli, Professor da Faculdade de Medicina do Uruguai..	OFICIAL	"
Sua Excelência o Senhor Cesare Merzago- ra, Presidente do Senado da Itália....	GRÃ-CRUZ	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Giovanni Leone, Presidente da Câmara dos Deputados da Itália.....	GRÃ-CRUZ	11- 9-56
Sua Excelência o Senhor Deputado Anto- nio Segni, Presidente do Conselho de Ministros da Itália.....	"	"
Sua Excelência o Senhor Deputado Gae- tano Martino, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	"	"
Sua Excelência o Senhor Embaixador Ugo Sola, Presidente do Instituto Ítalo-Bra- sileiro de Cultura.....	"	"
Sua Excelência o Senhor Embaixador Al- berto Rossi-Longhi, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	"	"
Sua Excelência o Senhor Embaixador At- tilio Cattani, Diretor Geral do Depar- tamento Econômico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	GRANDE OFICIAL	"
Sua Excelência o Senhor Embaixador Cor- rado Baldoni, Chefe do Cerimonial da Presidência da República da Itália....	"	"
Sua Excelência o Senhor Ministro Guerino Roberti, Vice-Chefe do Cerimonial da Presidência da República e Chefe do Ce- rimonial do Ministério dos Negócios Es- trangeiros da Itália.....	"	"

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor Deputado Gianfranco Alliata di Montereale, Representante do Grupo Italiano de União Interparlamentar.....	COMENDADOR	11- 9-56
Doutor Francesco Malgeri, Diretor da "Gazetta del Popolo", da Itália.....	"	"
Doutor Giacomo Profili, Chefe de Seção da Direção Geral do Departamento Econômico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	"	"
Doutor Vittorio Querel, Jornalista italiano.....	OFICIAL	"
Doutor Pasquale A. Jannini, Professor de português e de literatura luso-brasileira na Universidade de Bocconi de Milão.	CAVALEIRO	"
Senhora Helen Wade, Jornalista americana.....	OFICIAL	"
Senhor Herbert Fisk Johnson.....	CAVALEIRO	"
Doutor Fritz Koenecke, Presidente da "Daimler-Benz A.G." Stuttgart-Untertuerkheim (Alemanha Ocidental	COMENDADOR	27- 9-56
Senhor Alfred Jurzykowski, Fundador da "Mercedes-Benz do Brasil S.A".....	"	"
Senhor José Luiz de Aguiar Otermin, Terceiro Secretário de Embaixada da Espanha.....	CAVALEIRO	3-10-54

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Sua Excelência o Senhor José Maldonado Fernandes del Torco, Subsecretário de Estado de Educação da Espanha.....	GRANDE OFICIAL	3- 10-56
Sua Excelência o Senhor Antonio Villace- ros y Benito, Ministro Plenipotenciário, Diretor Geral do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha.....	"	"
Sua Excelência o Senhor Jesus Rubio Gar- cia Mina, Ministro da Educação Na- cional da Espanha.....	GRÃ-CRUZ	"
Sua Excelência o Senhor General-de-Exér- cito Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai.....	GRANDE COLAR	4-10-56
Senhor Ramon Fernandez Espinar, Chefe do Gabinete do Subsecretário de Estado da Educação Nacional da Espanha...	COMENDADOR	"
Senhor Charles Marie Bernard Henri Schneider.....	"	11-10-56
Senhor Léon Martel, Presidente Geral da Companhia dos Transportes Marítimos da França.....	"	18-10-56
Senhor Louis Brost, Diretor da Companhia de Transportes Marítimos da França...	OFICIAL	"
Senhor Gérard Le Saige de La Villesbrun- ne, Segundo Secretário da Embaixada da França no Brasil.....	CAVALEIRO	"
Senhor Henry Major Tomlinson.....	OFICIAL	8-11-56

N O M E	GRAU	DATA DO DECRETO
Senhor L. H. Slotemaker, Vice-Presidente Executivo da KLM Companhia Real Holandesa de Aviação. (Retificação de de grau).....	COMENDADOR	8- 11-56
Sua Excelência o Senhor Raden Sudjono, Embaixador Extraordinário e Plenipo- tenciário da Indonésia no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	13-11-56
Sua Excelência o Senhor Doutor Atilano Carnevali, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Venezuela no Bra- sil.....	"	28-11-56
Senhor Mario Efraín Nájera, Membro da Missão Especial da Guatemala ao Brasil.	COMENDADOR	11-12-56

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

O Brasil compareceu, durante o ano de 1956, aos seguintes Congressos internacionais:

VIII Sessão do Comité Executivo da Organização Mundial de Meteorologia. *Genebra* — abril.

Congresso Internacional para a Defesa e Reabilitação Social dos Leprosos. *Roma* — abril.

VI Congresso Interamericano de Turismo. *São José da Costa Rica* — abril.

I Reunião do Conselho Diretor do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. *México* — abril.

I Simpósio Internacional de Doenças Venéreas e Treponematoses. *Washington* — maio.

IX Assembléia Mundial de Saúde. *Genebra* — maio.

Conferência Portuária Interamericana. *São José da Rica* — abril-maio.

VI Sessão da Comissão de Indústria Carbonífera. *Istambul* — maio.

Conferência da UNESCO para o Ensino Primário Obrigatório. — II Reunião Interamericana dos Ministros de Educação. — II Reunião do Conselho Cultural Interamericano. *Lima* — abril-maio.

II Congresso Mundial de Fertilidade e Esterilidade. *Nápoles* — maio.

XV Reunião do Comité Consultivo do Algodão. *Washington*. — maio.

VIII Congresso Internacional de Pediatria. *Copenhague* — julho.

VII Congresso Internacional de Zootecnia. *Madrid* — maio-junho.

V Reunião Plenária da Conferência Mundial de Energia. *Viena* — junho.

Congresso Trienal de Temperança. *Bremen* — junho.

XXXIX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. *Genebra* — junho.

VIII Congresso Internacional de Radiologia. *México* — julho.

XI Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres. *Ciudad Trujillo* — junho-julho.

III Congresso Internacional de Distribuição de Produtos Alimentícios. *Roma* — junho.

IV Congresso Internacional de Doenças do Tórax. *Colônia* — agosto.

X Assembléia da Organização de Aviação Civil e Internacional. *Caracas* — julho.

XXII Sessão do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. *Genebra* — julho.

V Congresso Internacional de Pontes e Estruturas. *Lisboa* — julho.

VIII Conferência Internacional de Serviços Sociais. *Munique* — agosto.

Reunião do Comité da Federação Internacional de Medicina Física. *Copenhague* — agosto.

I Congresso Latino-Americano de Psicanálise. — II Congresso Ibero-Americano de Medicina Psicológica. *Buenos Aires* — agosto.

X Congresso Internacional de Ciências Administrativas. *Madrid* — setembro.

VI Congresso Interamericano de Municípios. *Panamá* — agosto.

XIX Congresso da Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores. *Hamburgo* — setembro.

Exposição Internacional de Polícia. *Essen* — setembro.

VI Conferência dos Estados da América. Membros da Organização Internacional do Trabalho. *Havana* — setembro.

V Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas. *Filadélfia* — setembro.

IX Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Pan-Americana. *Antigua, Guatemala* — setembro.

Conferência Relativa ao Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica. *Nova York* — setembro.

XV Congresso Internacional de História da Medicina. *Madrid* — setembro.

IX Sessão do Congresso Geológico Internacional. *México* — setembro.

Seminário Ibero-Americano de Ensino Técnico. *Madrid* — outubro.

Conferência Técnica Internacional da BCG. *Genebra* — outubro.

III Congresso Latino-Americano de Anestesiologia. *Bogotá* — outubro.

Comitê Diretivo dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem. *Washington* — outubro.

VIII Congresso Latino-Americano de Cirurgia Plástica. *Havana* — outubro.

I Conferência Técnica Mundial de Eucaliptos. *Roma* — outubro.

II Sessão da Comissão Científica sobre os Efeitos da Radiação Atômica. *Nova York* — outubro.

III Congresso Latino-Americano de Angiologia. *Havana* — novembro.

V Congresso Interamericano de Cardiologia. *Havana* — novembro.

Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). *Nova Delhi* — novembro-dezembro.

Seminário de Enfermidades Diarréicas. *Santiago* — novembro.

VI Congresso Americano e III.º Argentino de Urologia. *Mar del Plata* — dezembro.

XI Assembléia Geral das Nações Unidas. *Nova York* — novembro-fevereiro.

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL
NO ANO DE 1956

Brasil-Paraguai — Convênio de Cooperação para o Estudo do Aproveitamento da Energia Hidráulica dos rios Acaraí e Mondaí. Assinado no Rio de Janeiro, a 20 de janeiro de 1956.

Brasil-Paraguai — Convênio para o Estabelecimento, em Paranaguá, de um Entrepôsto de Depósito Franco para as Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Paraguai. Assinado no Rio de Janeiro, a 20 de janeiro de 1956.

Brasil-Paraguai — Convênio para o Estabelecimento, em Concepción, de um Entrepôsto de Depósito Franco para as Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil. Assinado no Rio de Janeiro, a 20 de janeiro de 1956.

Brasil-Paraguai — Acôrdo para a Construção em Território Paraguaio de uma Rodovia ligando "Coronel Oviedo" a "Pôrto Presidente Franco". Assinado no Rio de Janeiro, a 20 de janeiro de 1956.

Brasil — Diversos. — Estatutos da Corporação Financeira Internacional. Assinado em Washington, a 27 de janeiro de 1956.

Brasil-Itália — Troca de Notas prorrogando por um período de três anos, a partir de 1.º de fevereiro de 1956, a validade das listas anexas ao Ajuste Administrativo de Comércio, de 4 de junho de 1952, na base de 25% dos valores nelas fixados. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de janeiro de 1956.

Brasil-Uruguai — Trocas de Notas prorrogando até 3 de setembro de 1956 o Tratado de Comércio e Navegação, firmado no Rio de Janeiro em 25 de agosto de 1933 e prorrogado por sucessivas Trocas de Notas, até aquela data. Assinadas no Rio de Janeiro, a 3 de março de 1956.

Brasil-Alemanha — Troca de Notas aplicando ao "Land" Berlim as disposições do Protocolo de 17 de agosto de 1950, assinado em Bonn, relativo ao Tratamento de Nação Mais Favorecida e à Navegação Marítima. Assinadas no Rio de Janeiro, a 17 de março de 1956.

Brasil-Iugoslávia — Troca de Notas prorrogando, até 11 de junho de 1956, o regime estabelecido pelas Notas DE/DAI/10/890. (42) (95) e T. br. 360, de 24 de julho de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, a 23 de março de 1956.

Brasil-Espanha — Troca de Notas prorrogando a validade do Acôrdo Comercial de 24 de julho de 1952 por um novo prazo de três meses, ou seja de 1.º de abril a 30 de junho de 1956. Assinadas no Rio de Janeiro, a 28 de março de 1956.

Brasil-França — Troca de Notas prorrogando o Acôrdo Comercial de 5 de agosto de 1953 por um novo período de três meses, ou seja até 30 de junho de 1956. Assinadas no Rio de Janeiro, a 28 de março de 1956.

Brasil-França — Troca de Notas prorrogando provisòriamente o Acôrdo de Pagamento, firmado em 8 de março de 1956, por um novo período de três meses, ou seja até 30 de junho de 1956. Assinadas no Rio de Janeiro, a 28 de março de 1956.

Brasil-Áustria — Troca de Notas, pelas quais se continua a aplicar, nas relações comerciais, as disposições do Ajuste Comercial, de 12 de maio de 1950, até 31 de maio de 1956. Assinadas no Rio de Janeiro, a 31 de março de 1956.

Brasil-Países Baixos — Troca de Notas, concedendo a gratuidade de vistos em passaportes temporários. Assinadas no Rio de Janeiro, a 19 e 30 de janeiro de 1956, respectivamente.

Brasil-Suécia — Troca de Notas, incluindo, a partir de 12 de maio de 1956, a cidade de São Paulo entre as escalas regulares da empresa "Scandinavian Airlines System". Assinadas no Rio de Janeiro, a 7 e 12 de maio de 1956, respectivamente.

Brasil-Noruega — Troca de Notas, incluindo, a partir de 12 de maio de 1956, a cidade de São Paulo entre as escalas regulares da empresa "Scandinavian Airlines System". Assinadas no Rio de Janeiro, a 7 e 12 de maio de 1956, respectivamente.

Brasil-Dinamarca — Troca de Notas, incluindo, a partir de 12 de maio de 1956, a cidade de São Paulo entre as escalas regulares da empresa "Scandinavian Airlines System". Assinadas no Rio de Janeiro, a 7 de maio e 12 de maio de 1956.

Brasil-França — Acôrdio de Resgate. Concluído por troca de Notas, no Rio de Janeiro, a 4 de maio de 1956.

Brasil-Israel — Ajuste Comercial. Concluído por troca de Notas, no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1956.

Brasil-Diversos — Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional. Assinada em Washington, a 27 de janeiro de 1956.

Brasil-Islândia — Ajuste Comercial. Concluído por trocas de Notas, no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1956.

Brasil-Itália — Ajuste de Pagamento e Comércio e Documentos Anexos. Concluído por troca de Notas, no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1956.

Brasil-Itália — Troca de Notas relativas à utilização pelo Brasil de recursos em moedas da área de pagamentos multilaterais na área do dólar. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1956.

Brasil-Itália — Troca de Notas relativas a operações de trânsito com mercadorias brasileiras. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1956.

Brasil-Itália — Troca de Notas relativas ao período de transição. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1956.

Brasil-Itália — Troca de Notas relativas à aplicação das disposições, até 31 de maio de 1956, dos Ajustes de Comércio e de Pagamentos, hoje expirados. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1956.

Brasil-Itália — Ajuste de Cooperação Econômica. Concluído por troca de Notas, no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1956.

Brasil-Paraguai — Acôrdo, por troca de Notas, para a construção de uma ponte internacional sôbre o rio Paraná, que permita a ligação da rodovia Pôrto Presidente Franco-Coronel Oviedo a Paranaguá-Foz do Iguaçu. Assinado no Rio de Janeiro, a 29 de maio de 1956.

Brasil-Iugoslávia — Troca de Notas prorrogando, até 10 de setembro, o regime estabelecido pelas notas DE/DAI/10/850. (42) (55) e T. br. 360, de 24 de junho de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, a 9 de junho de 1956.

Brasil-Polônia — Troca de Notas prorrogando por um período de três meses, a partir de 1.º de abril de 1956, o regime comercial estabelecido por troca de Notas, em 23 de novembro de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, a 31 de março de 1956.

Brasil-Tcheco-Eslováquia — Troca de Notas prorrogando por um período de três meses, a partir de 16 de maio de 1956, o Acôrdo de Comércio, concluído, por troca de Notas, em 17 de maio de 1950. Assinadas no Rio de Janeiro, a 16 de maio de 1956.

Brasil-Suíça — Troca de Notas concedendo isenção de imposto de renda às companhias de navegação aérea e marítima, na base da reciprocidade. Assinadas no Rio de Janeiro a 22 de junho de 1956.

Brasil-Suécia — Troca de Notas, concedendo a gratuidade de vistos em passaportes temporários. Assinadas no Rio de Janeiro, a 20 de fevereiro e 22 de março de 1956, respectivamente.

Brasil-Japão — Troca de Notas prorrogando até 31 de outubro de 1956 a vigência do Ajuste Administrativo de Comércio e do Ajuste Administrativo de Pagamentos, de 12 de setembro de 1952. Assinadas no Rio de Janeiro, a 29 de junho de 1956.

Brasil-Polônia — Troca de Notas prorrogando por um período de três meses, a partir de 1.º de julho de 1956, a vigência do Ajuste de Pagamentos, concluído no Rio de Janeiro, em 1.º de abril de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, a 1.º de julho de 1956.

Brasil-Espanha — Troca de Notas prorrogando até 30 de setembro de 1956 a vigência do Ajuste Comercial firmado em 24 de julho de 1952. Assinadas no Rio de Janeiro, a 28 de junho de 1956.

Brasil-Polônia — Troca de Notas prorrogando, por um período de três meses, a partir de 1.º de julho de 1956, o regime estabelecido por troca de Notas, de 23 de novembro de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, a 1.º de julho de 1956.

Brasil-Áustria — Prorrogação, por um prazo de 45 dias, a partir de 31 de maio de 1956, das disposições do Ajuste de Comércio, de 12 de maio de 1956. Assinada no Rio de Janeiro, a 13 de junho de 1956.

Brasil-Áustria — Ajuste de Pagamentos e Comércio e respectivos anexos: Anexo I — Protocolo sobre Pagamentos; Anexo II — Protocolo sobre Comércio. Concluído por troca de Notas, no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1956.

Brasil-Áustria — Troca de Notas relativas a financiamento e investimentos. Assinadas no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1956.

Brasil-Áustria — Nota brasileira relativa a operações de trânsito com mercadorias brasileiras. Assinada no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1956.

Brasil-Finlândia — Troca de Notas prorrogando até 30 de setembro de 1956 os Acordos de Comércio e de Pagamentos, firmados em 15 de maio de 1953 e 9 de junho de 1953, respectivamente. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de junho de 1956.

Brasil-Tcheco-Eslováquia — Troca de Notas prorrogando por um período de três meses, a partir de 16 de agosto de 1956, o Acôrdo de Comércio, concluído em 17 de maio de 1950. Assinada no Rio de Janeiro, a 16 de agosto de 1956.

Brasil-Bolívia — Troca de Notas relativas ao aumento de vencimentos dos funcionários da Tabela I da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz. Assinadas em 30 de maio de 1956.

Brasil-França — Ajuste de Pagamentos e Comércio. Concluído por troca de Notas, no Rio de Janeiro, a 23 de agosto de 1956.

Brasil-França — Ajuste de Investimentos e Financiamento. Concluído por troca de Notas, no Rio de Janeiro, a 23 de agosto de 1956.

Brasil-Uruguai — Troca de Notas, prorrogando até 3 de março de 1957 o Tratado de Comércio e Navegação, firmado no Rio de Janeiro em 25 de agosto de 1933. Assinadas no Rio de Janeiro a 1 de setembro de 1956.

Brasil-Argentina — Troca de Notas, introduzindo modificação no Ajuste sôbre o intercâmbio de frutas regulado por Notas trocadas em 23 de maio de 1953 e 25 de junho de 1954, e prorrogando-o, outrossim, até 31 de março de 1957. Assinadas em Buenos Aires, a 19 de setembro de 1956.

Brasil-Argentina — Troca de Notas, pelas quais as disposições do Ajuste Provisório e Pagamentos de 25 de junho de 1954, bem como as do Ajuste de Comércio de 23 de março de 1953, modificado em 25 de junho de 1956, continuarão a ser aplicados até a entrada em vigor dos novos acordos, o que deverá ocorrer até 31 de março de 1957. Assinadas em Buenos Aires, a 21 de novembro de 1956.

Brasil-Polônia — Troca de Notas, prorrogando por um período de três meses, a partir de 1.º de outubro de 1956, a vigência do Ajuste de Pagamentos, concluído no Rio de Janeiro, em 1.º de abril de 1956. Assinadas no Rio de Janeiro, a 1.º de outubro de 1956.

Brasil-Polônia — Troca de Notas, prorrogando, por um período de três meses, a partir de 1.º de outubro de 1956, o regime estabelecido pelas Notas trocadas em 23 de novembro de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, a 1.º de outubro de 1956.

Brasil-Paraguai — Tratado Geral de Comércio e de Investimentos. Assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1956.

Brasil-Paraguai — Convênio de Comércio Fronteiriço (acompanhado de listas de intercâmbio (Anexos "A" e "B") e de Protocolo Adicional sobre Direito de Importação). Assinado em Assunção, em 27 de dezembro de 1956.

Brasil-Bolívia — Troca de Notas, autorizando um aumento de 20 milhões de cruzeiros nas despesas da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, para reajustamento de salários. Assinadas no Rio de Janeiro, a 7 de agosto de 1956.

Brasil-Japão — Troca de Notas, prorrogando até 31 de janeiro de 1957 a vigência dos Ajustes Administrativos de Comércio e de Pagamentos firmados em 12 de setembro de 1952. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de outubro de 1956.

ATOS INTERNACIONAIS PROMULGADOS PELO BRASIL

Brasil-Nicarágua — Acôrdio cultural. Firmado no Rio de Janeiro, a 12 de janeiro de 1953. Promulgado pelo Decreto n.º 38.907, de 19 de março de 1956.

Brasil-Bolivia — Convênio de Comércio. Assinado em La Paz em 24 de dezembro de 1953. Promulgado pelo Decreto n.º 30.901, de 4 de setembro de 1956.

Brasil-Diversos — Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Firmada em Londres, a 10 de junho de 1948. Promulgada pelo Decreto n.º 40.344, de 13 de novembro de 1956.

DECRETOS EXECUTIVOS SÔBRE ATOS INTERNACIONAIS
EM 1956

Decreto n.º 38.525, de 6 de janeiro de 1956, que torna pública a adesão da Suíça à Convenção de Berna para proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886. Revista em Bruxelas, a 26 de junho de 1948.

Decreto n.º 38.809, de 1.º de março de 1956, que torna público o depósito do instrumento de ratificação por parte da Suécia da Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos sôbre Aeronaves, concluído em Genebra, a 19 de junho de 1948.

Decreto n.º 38.832, de 6 de março de 1956, que torna público haver a Líbia aderido à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para publicação das Tarifas Aduaneiras, ao regulamento de execução e à Ata de Assinaturas, firmados em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, assinado em Bruxelas a 16 de dezembro de 1949.

Decreto n.º 38.833, de 6 de março de 1956, que torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo da Líbia, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.

Decreto n.º 38.953, de 27 de março de 1956, que torna público o depósito por diversos países dos instrumentos de

ratificação do Protocolo Anexo ao Código Sanitário Pan-Americano (Havana, 1924), firmado em Havana, a 24 de setembro de 1952.

Decreto n.º 38.954, de 27 de março de 1956, que torna pública a denúncia pelo Governo do Paquistão da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmado em Londres, a 31 de maio de 1929.

Decreto n.º 38.962, de 28 de março de 1956, que torna pública a retirada da reserva feita pelo Chile à Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos sobre Aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948, e o depósito, por parte do mesmo Estado, de novo Instrumento de Ratificação da referida Convenção.

Decreto n.º 39.025, de 12 de abril de 1956, que torna pública a adesão da Cambódia à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, firmada em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.

Decreto n.º 39.026, de 12 de abril de 1956, que torna pública a adesão da Islândia à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das Tarifas Aduaneiras, ao Regulamento de Execução e à Ata de Assinatura, firmado em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao Protocolo modificativo, assinado em Bruxelas a 16 de dezembro de 1949.

Decreto n.º 39.261, de 28 de maio de 1956, que torna pública a extensão à França Ultramarina, pelo Governo da França, da Convenção Internacional sobre Linhas de Limite de Carga, firmada em Londres, a 5 de julho de 1930.

Decreto n.º 39.643, de 25 de julho de 1956, que torna pública a adesão da República Federal da Alemanha à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, firmada em Chicago a 7 de dezembro de 1944.

Decreto n.º 39.691, de 7 de agosto de 1956, que torna pública a aplicação às Províncias Ultramarinas Portuguesas, pelo Governo de Portugal, da Convenção de Berna para a proteção das Obras Literárias e Artísticas, revista em Bruxelas, a 26 de junho de 1948.

Decreto n.º 39.786, de 14 de agosto de 1956, que torna público o depósito de instrumento de adesão por parte do Governo da Coreia à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.

Decreto n.º 37.901, de 16 de setembro de 1956, que torna público o novo texto do Regulamento Internacional para evitar abalroamento no mar.

Decreto n.º 40.015, de 21 de setembro de 1956, que torna público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Peru, da Convenção Interamericana sobre a Concessão de Direitos Políticos à Mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948, durante a IX.ª Conferência Internacional Americana.

Decreto n.º 40.126, de 15 de outubro de 1956, que torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Irã, do Tratado de Paz com o Japão, assinado em São Francisco, a 8 de setembro de 1951.

Decreto n.º 40.127, de 15 de outubro de 1956, que torna público o depósito de instrumento de ratificação por parte do Governo das Filipinas, do Tratado de Paz com o Japão, assinado em São Francisco, a 8 de setembro de 1951.

Decreto n.º 40.294, de 6 de novembro de 1956, que torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo do Paquistão, ao Acôrdo Internacional relativo à concessão de facilidades aos marinheiros mercantes para o tratamento das doenças venéreas, anexo à ata de assinatura, firmado em Bruxelas, a 1.º de dezembro de 1924.

Decreto n.º 40.295, de 6 de novembro de 1956, que torna público a adesão do Sudão à Convenção sobre Aviação Civil Internacional.

Decreto n.º 40.428, de 27 de novembro de 1956, que torna público o depósito, por vários países, de Instrumentos de aceitação relativos à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 10 de junho de 1948.

DECRETOS LEGISLATIVOS DE 1956, RELATIVOS
A ATOS INTERNACIONAIS

Brasil-Organização Internacional do Trabalho — Acôrdo básico relativo à Assistência Técnica. Firmado no Rio de Janeiro, a 15 de janeiro de 1953. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 1, de 11 de janeiro de 1956. Publicado no Diário Oficial, de 12 de janeiro de 1956, e republicado no Diário Oficial, de 31 de janeiro de 1956.

Brasil-Iugoslávia — Acôrdo de Comércio. Firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1954. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 10, de 23 de fevereiro de 1956. Publicado no Diário Oficial, a 29 de fevereiro de 1956.

Brasil-Organização Mundial de Saúde — Convênio básico entre o Brasil e a Organização de Saúde para Assistência Técnica de caráter consultivo. Firmado no Rio de Janeiro, a 4 de fevereiro de 1954. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 11, de 23 de fevereiro de 1956. Publicado no Diário Oficial, de 17 de março de 1956.

Brasil-Organização das Nações Unidas — Acôrdo básico para concessão de Assistência Técnica. Firmado em Nova York, a 11 de setembro de 1952. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 14, de 10 de abril de 1956. Publicado no Diário Oficial, de 11 de abril de 1956.

Brasil-Diversos — Convenção Constitutiva da União Latina. Concluída no II Congresso Internacional da União Latina, realizada em Madrid, de 10 a 15 de maio de 1954. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 15, de 17 de maio de 1956. Publicada no *Diário Oficial*, de 18 de abril de 1956.

Brasil-Estados Unidos da América — Acôrdio para a execução de um programa de cooperação agrícola. Concluído no Rio de Janeiro, a 26 de junho de 1953. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 20, de 1956. Publicado no *Diário Oficial* e no *Diário do Congresso Nacional*, a 9 de maio de 1956.

Brasil-Diversos — Convenções do Trabalho de números 11, 12, 14, 19, 26, 29, 81, 88, 89, 95, 96, 99, 100 e 101. Concluídas em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho — Genebra — realizadas no período de 1946 a 1952. Aprovadas pelo Decreto Legislativo n.º 24, de 29 de maio de 1956. Publicadas no *Diário Oficial*, de 1.º de junho de 1956.

Brasil-Líbano — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Assinado no Rio de Janeiro, a 12 de maio de 1954. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 25, de 18 de junho de 1956. Publicado no *Diário Oficial*, de 22 de junho de 1956.

Brasil-Bélgica — Tratado de Extradição. Firmado no Rio de Janeiro, a 6 de maio de 1953. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 26, de 19 de junho de 1956. Publicado no *Diário Oficial*, de 16 de julho de 1956.

Brasil-Diversos — Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado. Assinada na Conferência Internacional, reunida em Haia, de 21 de abril a 12 de maio de 1954. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 32, de 14 de agosto de 1956. Publicada no *Diário Oficial*, de 21 de agosto de 1956.

Brasil-Diversos — Aprova as Convenções concluídas em Genebra, a 12 de agosto de 1949, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Aprovadas pelo Decreto Legislativo n.º 35, de 12 de setembro de 1956. Publicadas no *Diário Oficial* e *Diário do Congresso Nacional*, de 13 de setembro de 1956.

Brasil-Peru — Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares. Firmado no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1953. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 52, de 25 de outubro de 1956. Publicado no *Diário Oficial*, de 31 de outubro de 1956.

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS SÔBRE ATOS INTERNACIONAIS,
EM 1956

Brasil-Organização das Nações Unidas — Aprovação do Regulamento da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Exposição de Motivos DE/DAI/30, de 20 de março de 1956.

Brasil-Paraguai — Convênio de Cooperação para o estudo do aproveitamento de energia hidráulica dos rios Aca-raí e Mondaí. Exposição de Motivos DAI/DPo/23, de 5 de março de 1956.

Brasil-Uruguai — Convênio para o estabelecimento em Paranaguá de um entrepôsto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai. Convênio para o estabelecimento em Concepción de um entrepôsto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil. Exposição de Motivos DAI/DPo/28, de 10 de março de 1956.

Brasil-Diversos — Convenção internacional que substitui a Convenção de 21 de julho de 1920, relativa ao Instituto Internacional do Frio. Concluída em Paris, a 1.º de dezembro de 1954. Exposição de Motivos DAI/41, de 5 de abril de 1956.

Brasil-Diversos — Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional. Assinada em Washington, a 27 de janeiro de 1956. Exposição de Motivos DAI/56, de 7 de maio de 1956.

Brasil-Áustria — Tratado que restabelece uma Áustria independente e democrática. Assinado em Viena, a 15 de maio de 1955. Exposição de Motivos, DPo/DAI/95, de 30 de junho de 1956.

Brasil-Diversos — Convenções sobre Letras de Câmbio, Notas Promissórias e Convenções sobre Cheques. Concluídas em Genebra, a 7 de junho de 1930 e 19 de março de 1931. Exposição de Motivos, DAI/93, de 30 de junho de 1956.

Brasil-Estados Unidos — Acôrdo básico de Cooperação Técnica e Acôrdo sobre programas de Serviços Técnicos Especiais. Concluídos a 19 de dezembro de 1950 e 30 de maio de 1953, respectivamente. Exposição de Motivos, DAI/129, de 27 de agosto de 1956.

Brasil-Estados Unidos — Acôrdo relativo ao estabelecimento de uma Missão Naval Norte-Americana no Brasil. Concluído no Rio de Janeiro, a 7 de maio de 1942, modificado e prorrogado indefinidamente por Notas de 29 de junho e 9 de outubro de 1954. Exposição de Motivos, DAI/DPo/DC/136, de 31 de agosto de 1956.

Brasil-Estados Unidos — Acôrdo para o estudo e o aproveitamento dos recursos minerais do Brasil. Concluído no Rio de Janeiro, a 26 de novembro de 1948. Exposição de Motivos, DAI/DPo/DC/DE/138, de 1.º de setembro de 1956.

Brasil-Organização das Nações Unidas — Convenção sobre privilégio e imunidades das agências especializadas da Organização das Nações Unidas, aprovada pela Assembléia

Geral das Nações Unidas, em 21 de novembro de 1947. Exposição de Motivos DAI/DPo/DC/139, de 1.º de setembro de 1956.

Brasil-Diversos — Atos firmados no XIII Congresso da União Postal Universal, assinados em Bruxelas, a 11 de julho de 1952. Exposição de Motivos DAI/153, de 24 de setembro de 1956.

Brasil-Diversos — Convenção relativa aos danos causados a terceiros na superfície por aeronaves estrangeiras. Assinada em Roma, a 7 de outubro de 1952. Exposição de Motivos DE/DAI/174, de 22 de outubro de 1956.

Brasil-Alemanha — Acôrdio para restauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais atingidos pela segunda guerra mundial. Exposição de Motivos DPo/DAI/177, de 29 de outubro de 1956.

FRONTEIRAS

As Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites prosseguiram seus trabalhos normais em nossos lindes, desincumbindo-se eficientemente dos encargos que lhe são afetos.

As atividades da 1.^a Divisão estiveram particularmente concentradas nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Guiana Francesa.

FRONTEIRA COM A VENEZUELA

Nessa fronteira, dois setores distintos foram objeto das operações de campanha, concernentes à respectiva demarcação.

Um dêles, constituído pelo trecho da Cordilheira Parima que, sob áspero desdobrar de serranias, se distende das fontes do rio Catrimane às vertentes de que promanam os principais formadores do Orenoco.

O outro compreendendo, na Cordilheira de Pacaraima, a área que, da bacia de formação do rio Surumu, transcorre, para Leste, até os alcantilados pendores do monte Roraima.

No primeiro dêsses setores, de acesso penoso e demorado — feito, obrigatoriamente, em frágeis canoas sôbre as numerosas, difíceis cachoeiras e corredeiras do acidentado leito do rio Catrimane, — foram preliminarmente levadas a tôrmo tôdas as árduas operações que caracterizaram a exploração e a pesquisa do divisor principal das águas do

Amazonas e do Orenoco, em ambiente mui significativamente hostil e bravo ao trato das atividades da espécie.

Efetuaram-se, para tanto, os indispensáveis levantamentos topográficos, cujo desdobramento foi a mais de 170 (cento e setenta) quilômetros de extensão, e dos quais resultou a afirmação de curso do *divortium aquarum* sobre que puderam, em consequência, levantar-se cinco marcos internacionais, que ficaram a materializar a passagem da linha de limites no trecho em referência, segundo disposição que bem define o respectivo seguimento.

O segundo setor, fixado entre as nascentes do rio Surumu e o monte Roraima, está, no momento, merecendo a realização das tarefas básicas de reconhecimento e exploração, que precedem, como cabe, ao cumprimento do encargo demarcatório propriamente dito.

Conquanto, em larga extensão, se apresente sob menos agressiva condição de trato que o trecho anteriormente mencionado, reserva, para os trabalhos finais, muito árduo e difícil período de execução, que corresponderá ao trâmite das operações relativas ao monte Roraima.

O andamento do serviço, nesse setor, vai tendo desenvolvimento franco e positivamente eficiente.

Nada obstante, dentro do programa em que foi objetivado, seus resultados só serão atingidos, no termo de finalidade que os condicione, no ano próximo vindouro.

FRONTEIRA COM A GUIANA FRANCESA

Em maio último, realizou-se, em Paris, a 2.^a Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa de Demarcação da Fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. A representação brasileira que a integrou ficou constituída pelo Chefe e por um Ajudante Técnico da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.^a Divisão.

Em consequência do programa então estabelecido e por eles firmado, juntamente com a congênere Delegação francesa à mesma Conferência, resultou a imediata participação da citada Comissão Brasileira nos trabalhos que passariam a ter curso no terreno, e que, completando os dados fundamentais colhidos pela cobertura aerofotográfica, já realizada, da fronteira, concretizariam a obtenção de todos os elementos julgados indispensáveis para que bem possa ser definido o traçado da linha de limites que competirá à Comissão Mista submeter à apreciação dos dois Governos nela representados, em fiel e rigoroso cumprimento ao disposto no Laudo Arbitral Suíço de 1.º de dezembro de 1901.

Movimentou-se, por isso, a partir de julho, uma expedição, que atingiu o rio Oiapoque. Sua missão enquadrava a realização de todos os procedimentos técnicos que possam concorrer para a definição exata e segura do principal formador do Oiapoque, e do talvegue que caracteriza, não só esse formador, mas o próprio Oiapoque, até sua foz no Oceano Atlântico.

Os trabalhos correspondentes estão em fase de conclusão, constituindo uma primeira e esforçada etapa de atuação, em conjunto com similar Comissão francesa, para concretizar a demarcação da fronteira.

O campo de trabalhos da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão abrange as fronteiras do Brasil com o Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia.

As atividades demarcatórias da Comissão no ano de 1956, foram, em resumo, as seguintes:

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Os trabalhos iniciaram-se com a realização, nesta Capital, das 21.ª e 22.ª Conferências da Comissão Mista de

Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, no período de 21 de dezembro de 1955 a 5 de janeiro do corrente ano.

Na primeira delas, foi aprovado o deslinde nas localidades fronteiriças de Paranhos (Brasil) e Ipê-Jhu (Paraguai), de que trata o Acôrdio entre os Primeiros Comissários, transcritos na Ata da 12.^a Conferência, realizada em 20 de junho de 1940, bem como o desenho definitivo da fôlha correspondente.

Com êste ato, ficaram ultimadôs os deslindes constantes do referido Acôrdio, pois os três outros (Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, Sanga Puitã-Sanja Pyta, Antônio João-Capitán Bado) já foram aprovados em Atas anteriores. Não existindo os desenhos definitivos das fôlhas de deslindes das localidades acima, ficou assentado que seriam os mesmos apresentados na próxima Conferência.

Na 22.^a Conferência, foram inaugurados 325 marcos construídos na linha de limites sôbre as Serras de Amambai e Maracaju, entre os marcos 87/III-setor e 270/IV-setor, numa extensão aproximada de 157 km, ficando, com isto, caracterizada perfeitamente a nossa fronteira na linha sêca, desde as cabeceiras do Arroio Estrêla até Jacareí, ponto em que tinham sido suspensos, há mais de três anos, os trabalhos de demarcação.

Apesar de todos os contratempos causados pelas prolongadas chuvas extemporâneas, determinando um grande retardo do início da campanha e conseqüente diminuição do seu tempo de duração, a produção foi, no prazo e nas condições em que se efetuou, a demonstração do quanto pode a energia, a capacidade, o esforço e a abnegação dos técnicos e trabalhadores.

Os trabalhos realizados na fronteira com o Paraguai tiveram início em 7 de julho, terminando em 22 de outubro.

Como providências preliminares, foram necessárias a limpeza do picadão, numa extensão de 25 km, e a abertura de picadas transversais, num total de 352 km.

Para determinar a linha do divisor de águas da Serra de Maracaju naquela região, foram indispensáveis a execução de poligonais de exploração, numa distância de 19,4 km e a amarração de marcos em 6,2 km, com um total de 263 estações; assim como o nivelamento em linhas transversais — num comprimento total de 351,2 km, com 4.843 estações e compreendendo 7.382 pontos — que permitiram o levantamento e desenho de uma área de 30,5 km² e a locação de 39 marcos, desde o de n.º 272 ao de n.º 310 do IV setor.

Esta produção traduz o máximo que se poderia obter, em vista das circunstâncias adversas de tempo, de deficiência de estradas e de escassez de pessoal, determinando um esforço redobrado de todos, para a realização da tarefa executada com precisão e rapidez.

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

As atividades em relação a esta fronteira principiaram com a realização da 12.^a Conferência da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Bolívia, na cidade de La Paz, entre 16 e 21 de abril último, para aprovação dos trabalhos mistos de gabinete, efetuados anteriormente para estabelecer o programa da campanha demarcatória no ano.

Como resultados das reuniões, foram consignadas em Ata:

1.º) Aprovação dos cálculos das coordenadas geográficas dos marcos intermediários construídos sobre a linha geodésica São Matias-Boa Vista, num total de 20;

2.º) Assinatura e aprovação dos desenhos definitivos correspondentes à faixa do dito setor de nossa fronteira, distribuídos em folhas de 15' x 15' e na escala de 1/50.000;

3.º) Inauguração dos 16 marcos construídos entre a confluência do Peinado-São Matias e o Cerrinho de São Matias, e aprovação de suas respectivas coordenadas geográficas;

4.º) Aprovação da redeterminação dos valores das coordenadas geográficas dos marcos construídos nas campanhas de 1908-1909 e compreendidos no setor da fronteira entre o Arroio Conceição e a Bahia Negra.

Em execução do programa estabelecido para a campanha demarcatória, foi dado, em 10 de maio, início aos trabalhos, que se prolongaram até 7 de novembro.

Não fôra a necessidade de escalonamento das diversas operações e a ocorrência das chuvas extemporâneas, que conservaram inundadas vastas zonas da região, ocasionando a submersão de alguns marcos, ter-se-ia chegado ao fim da campanha com o plano de trabalhos cumprido totalmente.

Apesar, porém, de todos os percalços, realizaram-se:

1.º) Caracterização e levantamento de aproximadamente 95 km de fronteira, setor compreendido entre o marco do Cerrinho dos Limites e o marco norte da lagoa Mandioré.

2.º) Medidas astronômicas para a redeterminação das coordenadas geográficas de cinco marcos principais e um de referência.

3.º) Reconstrução de dois marcos principais e de um de referência.

4.º) Locação e construção de doze marcos secundários.

5.º) Reparos em três marcos principais.

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

DIVISÃO ECONÔMICA

Após o revigoramento da antiga Divisão Comercial, a cujo encargo ficaram tôdas as questões ligadas ao comércio exterior, o campo de atribuições da Divisão Econômica passou a concentrar-se na formulação e orientação da política econômica do Brasil nos organismos internacionais; no acompanhamento das atividades dêsses órgãos, e no tratamento de alguns assuntos específicos de interêsse direto para os objetivos superiores do país no campo econômico.

A separação das atividades da Divisão Econômica e Comercial provou ser uma medida acertada, por permitir uma concentração e individualização de esforços em cada um dos seus setores, os quais, embora intimamente correlatos, apresentavam uma crescente expansão e uma gama de problemas próprios, que a unidade de direção já não permitia cobrir com a eficiência desejada.

Pôde, assim, a Divisão devotar às atividades econômicas dos organismos internacionais a atenção e o cuidado exigidos para o perfeito tratamento das agendas cada vez mais extensas e complexas. Dêsse modo, a feitura das instruções para as Delegações brasileiras que compareceram às múltiplas reuniões, embora apoiada na tradição da linha política nacional, reforçou-se da objetividade necessária ao exercício de uma força mais atuante e mais compatível com a atualidade de certas questões fundamentais à preservação e ao cuidado dos interêsses brasileiros.

O desenvolvimento econômico nacional continuou a constituir a pedra angular de nossa política econômica in-

ternacional e dela irradiou-se tãda a ação do Itamaraty, nesse setor. A apreciação das várias matérias discutidas nos organismos internacionais foi levada, assim, mais além do simples significado específico de cada problema, para objetivar, sob perspectiva global, a consecução de condições que assegurem e facilitem a continuidade do processo de fortalecimento estrutural do país.

Sob êsse aspecto, pôde-se imprimir à ação de crítica doutrinária da estrutura e mecânica do esforço de colaboração internacional um cunho de realismo adequado à evolução dos principais problemas das relações econômicas internacionais e apropriado à conceituação de soluções justas e efetivas, condizentes com as verdadeiras concepções de equilíbrio econômico mundial.

Entre os temas que maior atenção mereceram da Divisão Econômica, pela estreita correlação que apresentam para os interesses de curto e longo prazo do país, citam-se: os problemas de instabilidade de mercado dos produtos primários; a industrialização dos países subdesenvolvidos; a criação da Agência Internacional de Energia Atômica e da Comissão Científica sôbre os Efeitos da Radiação Atômica, e a negociação da derrogação das obrigações do Brasil no GATT, para a aplicação de nova tarifa alfandegária brasileira.

PRODUTOS DE BASE

A questão da instabilidade de mercado dos chamados produtos de base ou primários foi o setor de mais intensa atividade dos organismos internacionais com competência no campo econômico.

Do ponto de vista do interesse brasileiro, tal atividade reveste-se de importância fundamental, uma vez que todo o processo de desenvolvimento econômico do país está in-

timamente relacionado com o apropriado equacionamento dos problemas do comércio internacional desses produtos.

Embora seja unânimemente reconhecida por produtores e consumidores a mútua conveniência do assentamento de medidas que favoreçam maior estabilidade de mercado, a consciência ainda imperfeita da verdadeira relação de causa e efeito do problema vinha imprimindo à ação multilateral eventualmente solucionadora uma excessiva diluição de objetivos. Multiplicaram-se os organismos com jurisdição sobre a matéria e os esforços comuns, de modo geral, reduziram-se a estudos de condições genéricas e apreciação de medidas tão somente atenuantes dos efeitos.

A ação do Brasil calcou-se na premissa técnica da insolubilidade do problema pelos meios e métodos de ação direta já utilizados ou aventados, visando sobretudo ao encontro de uma fórmula pela qual as soluções parciais ou específicas se harmonizassem em um processo superior e progressivo de remoção das próprias causas. Procurou-se comprovar que uma solução ampla e definitiva somente será alcançada através do fortalecimento das estruturas econômicas dos países produtores subdesenvolvidos.

Na prática, tratou-se de subordinar a apreciação dos problemas específicos que vêm sendo tratados nos vários organismos competentes a uma ação de cúpula, centralizada no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, cuja condição de órgão coordenador o habilita a contribuir para ampliar a área de entendimentos na busca de fórmulas adequadas e justas.

Os resultados dessa política já se fizeram sentir com ressonância favorável no encaminhamento objetivo da questão.

A ação da Comissão Consultiva Permanente para o Comércio Internacional de Produtos de Base do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, criada por Reso-

lução da Assembléia Geral das Nações Unidas, reflete o amadurecimento da concepção do problema de produtos de base, dentro da linha de ação adotada pelo Brasil.

Os seus termos de mandato qualificam-se como órgão centralizador e coordenador dos demais organismos que se vêm afirmando como apropriados ao estudo de soluções específicas, com o objetivo final de estabelecer sob perspectiva global, a conciliação de tais soluções com a necessária correlação entre a instabilidade de mercado daqueles produtos, suas relações de troca e o desenvolvimento econômico dos países produtores subdesenvolvidos.

Realizou esse organismo duas reuniões — a primeira em Nova York, durante o mês de maio, e a segunda em Genebra, em fins de novembro.

Na primeira reunião, o Brasil, com o objetivo de esclarecer as verdadeiras atribuições da Comissão, apresentou uma proposta na qual eram interpretados os seus termos de mandato, qualificada a programação de suas atividades e apreciados os recursos necessários à implementação das mesmas.

O referido documento obteve favorável acolhida na Comissão, que o considerou interpretação oficial de seu *status* e funções, as quais, por determinação das Resoluções pertinentes, deveriam ser objeto de apreciação pelo Conselho Econômico e Social. O Conselho aprovou o documento brasileiro, por grande maioria.

De outro lado, o GATT (Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio), que, após definir-se competente no tocante às questões dos produtos de base, elaborara um anteprojeto de Acôrdo Internacional, recuou dessa posição durante a XI Sessão, realizada em Genebra, durante o mês de outubro.

Preferiu aquêlo organismo dar nova interpretação a certos artigos já constantes do seu texto, de modo que

fôsse possível apreciar as questões do comércio internacional dos produtos primários dentro do espírito geral do Acôrdo e não mais através de um mecanismo específico. Essa nova posição representa o reconhecimento tácito de que os problemas de produção primária constituem um capítulo especial nas relações econômicas internacionais e como tal devem ser considerados.

De modo geral fica, assim, ampliada a flexibilidade daquele instrumento, em função das condições específicas dos países subdesenvolvidos.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura continuou, também, através do Comitê de Produtos Essenciais, a examinar os problemas ligados aos produtos primários agrícolas.

Durante a XXVII Sessão do Comitê, realizada em Roma, em junho, foi analisada a evolução daqueles problemas e a ação que vem tendo a FAO em relação aos mesmos, na qual cumpre salientar o trabalho do Subcomitê Consultivo de Excedentes Agrícolas de Washington, relativo à observância dos Princípios da FAO sobre o Escoamento de Excedentes, bem como os estudos concernentes a certos produtos, entre os quais se inclui o cacau. No mês de novembro, realizou-se, em Bruxelas, uma reunião preparatória do Grupo de Estudos da FAO sobre êsse produto, na qual o Brasil se fez representar.

No âmbito continental, realizou-se em Salvador, Bahia, em maio, a VI Reunião do Comitê Técnico Internacional do Cacau. Para a realização da mesma, o Itamaraty contribuiu financeiramente, prestigiando assim a iniciativa do Comitê, que é parte integrante do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

Na Organização dos Estados Americanos, mereceram a atenção do Conselho Interamericano Econômico e Social os problemas ligados a produção e comércio da banana. A

Comissão Especial da Banana enviou ao Brasil e demais produtores e importadores da fruta uma missão de estudos e de compilação de dados estatísticos, necessários à conclusão de seus estudos.

Em cumprimento da Resolução 35/54, da IV Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, foi concluído, em dezembro de 1955, pela Subcomissão Especial do Café, um estudo sobre a situação mundial do café, no qual foi acentuada a necessidade da elaboração de um acordo internacional a fim de estabilizar o mercado mundial do produto, em bases satisfatórias para produtores e consumidores. O Brasil participou ativamente dos trabalhos e discussões desenvolvidos na Subcomissão em apêço.

COMITÊ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO

Realizou-se em Washington, em maio de 1956, a XV Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, órgão que congrega atualmente a maioria dos países exportadores e importadores do produto.

O Brasil fez-se representar na referida reunião, na qual foram analisados, sobretudo, os problemas decorrentes da colocação de excedentes do produto no mercado internacional, por parte da "Commodity Credit Corporation" dos Estados Unidos da América.

ACORDO INTERNACIONAL DO TRIGO

O Acordo Internacional do Trigo de 1956, formulado na Conferência de Trigo das Nações Unidas, reunida em abril deste ano, foi assinado por quarenta países, inclusive o Brasil.

O novo Acordo, como o anterior, estabelece quotas para os países exportadores e importadores. Os preços máximo e mínimo do produto, entretanto, foram reduzidos de cinco

centavos de dólar canadense. A quota de participação do Brasil foi reduzida de 360.000 toneladas para 200.000 toneladas.

O Brasil participa do Acôrdo com uma quota modesta, quase simbólica, a título de contribuição ao esforço comum de cooperação internacional. Efetivamente, as necessidades de trigo do Brasil são sobretudo satisfeitas pela produção nacional e pela importação do produto da Argentina e do Uruguai, nossas fontes tradicionais de fornecimento.

I REUNIÃO LATINO-AMERICANA DE TÉCNICOS EM OLEAGINOSOS

Convidados pelo Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura, com a colaboração do Itamaraty, reuniram-se, nesta capital, entre 3 e 6 de setembro, técnicos em oleaginosos de órgãos especializados dos Governos da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. A referida Reunião, de que participou um representante do Ministério das Relações Exteriores, teve por finalidade a organização de um sistema de cooperação técnica no setor de pesquisa e ensino sobre oleaginosos, havendo sido tomados, nesse sentido, os passos preliminares.

ENERGIA ATÔMICA PARA FINS PACÍFICOS NO CAMPO MULTILATERAL

Durante o ano de 1956, o Brasil teve oportunidade de participar ativamente e exercer papel de relêvo em comissões e conferências internacionais relacionadas com o emprego da energia atômica para fins pacíficos. Assim é que a Conferência sobre o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, realizada na sede das Nações Unidas, em Nova York, foi presidida pelo Embaixador João Carlos Muniz, ao mesmo tempo em que o Professor Carlos Chagas Filho presidiu a Comissão Científica sobre os Efeitos

da Radiação Atômica. Após o encerramento daquela Conferência, outro brasileiro, o Ministro Carlos Alfredo Bernardes, seria eleito Presidente da Comissão Preparatória da nova Agência. Finalmente, deve ser ainda assinalado que o Brasil tomou parte em reuniões da Comissão Consultiva sobre Usos Pacíficos da Energia Atômica, como um de seus membros.

1. *Agência Internacional de Energia Atômica*

De 27 de fevereiro a 18 de abril de 1956, o Brasil participou de reuniões em Washington, com onze outros países, no sentido de estabelecer um projeto de estatuto para a Agência Internacional de Energia Atômica. O instrumento de trabalho dessas reuniões foi o anteprojeto elaborado por um grupo de oito nações, às quais, posteriormente, se haviam juntado o Brasil, a Índia, a Tcheco-Eslováquia e a União Soviética.

Em Washington, a Delegação brasileira defendeu a tese de que, em sua ação, o futuro órgão internacional deveria levar em consideração, particularmente, as necessidades das áreas subdesenvolvidas do mundo. Igualmente, procurou a Delegação assegurar aos materiais férteis lugar de relevo no projeto de estatuto, de modo a permitir a indicação dos países deles possuidores para o órgão executivo da Agência ("Junta de Governadores"), assim como procurou valorizar esse tipo de material, tanto quanto possível, em relação aos materiais físséis nas cogitações do futuro órgão. As pretensões brasileiras foram vitoriosas, tendo sido acolhidas no projeto a ser discutido pela Conferência internacional, reunida em setembro, na sede das Nações Unidas, para discutir, aprovar e abrir à assinatura o Estatuto da nova Agência.

A 20 de setembro iniciava-se a Conferência Mundial sobre o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atô-

mica, com a presença de 82 países, a maior conferência já realizada nas Nações Unidas. O Chefe da Delegação brasileira, Embaixador João Carlos Muniz, foi eleito por aclamação Presidente do referido congresso.

Durante o debate geral, o Delegado do Brasil, Embaixador Freitas-Valle, retomou a questão do financiamento, anteriormente apresentada, em Washington, pelos representantes brasileiros, declarando lamentar que "o estatuto provisório não contemplasse a assistência financeira a projetos aprovados pela Agência". Continuando, afirmou que "as necessidades prementes das áreas subdesenvolvidas não poderão ser substancialmente reduzidas se uma assistência financeira para a implementação de projetos de desenvolvimento econômico não puder ser proporcionada em condições favoráveis".

Com o encerramento do debate geral, os esforços da Delegação brasileira concentraram-se, na Comissão Principal, na questão do financiamento. Assim é que o Brasil conseguiu ver apoiada, por 19 nações latino-americanas, sua emenda no sentido de que a Agência poderia assistir qualquer membro ou grupo de membros a fazer as gestões capazes de assegurar o financiamento necessário aos projetos aprovados. Ao apresentar essa emenda, o representante do Brasil acentuou que, sem esse dispositivo, o estatuto não teria sentido. Posta em votação, a emenda foi unânime-mente aprovada.

Ainda durante o debate geral, o Embaixador Freitas-Valle sugeriu que a Agência deveria concentrar seus esforços no estabelecimento de centros de treinamento e apresentou o Brasil como país ideal para um centro desse tipo na América Latina. Vários delegados de outros países, como o do México, apoiaram essas declarações, especialmente no tocante ao financiamento.

Em 26 de outubro, encerrava-se a Conferência, tendo sido firmado o estatuto por setenta dos oitenta e dois países.

Através do novo órgão, o Brasil poderá obter assistência técnica, serviços, suprimento de materiais e equipamento. A Agência deverá ainda incrementar a troca de informações técnicas e científicas e encorajar o intercâmbio e treino de cientistas e técnicos no campo dos usos pacíficos da energia atômica.

2. *Comissão Preparatória da Agência Internacional de Energia Atômica*

Com a abertura à assinatura do estatuto da Agência, entrou em existência a Comissão Preparatória, constituída pelo Brasil e mais dezessete países. Em sua primeira reunião, a 26 de outubro, a Comissão escolheu unânimemente para Presidente o representante do Brasil, Ministro Carlos Alfredo Bernardes. O Estatuto confere à referida Comissão os seguintes poderes: fazer gestões para a primeira sessão da Conferência Geral; designar os membros da primeira Junta de Governadores da Agência; fazer estudos, relatórios e recomendações para a primeira sessão da Conferência Geral e da Junta de Governadores sobre: (a) financiamento da Agência; (b) programas e orçamento para o primeiro ano da Agência; (c) problemas técnicos importantes para o planejamento das operações da Agência; (d) estabelecimento de um corpo permanente de funcionários, e (e) localização da sede permanente da Agência.

3. *Comissão Científica sobre os Efeitos da Radiação Atômica*

Composta de 15 países, inclusive o Brasil, a Comissão realizou seus trabalhos, na sede das Nações Unidas, em duas sessões; a primeira de 14 a 26 de março e a segunda de 26 de outubro a 2 de novembro. Na primeira sessão foram eleitos o Dr. C. E. Eddy, da Austrália, como Presidente, e o Professor Carlos Chagas Filho, do Brasil, como Vice-Presidente. Os trabalhos foram conduzidos em torno

dos seguintes pontos: genética; efeitos da irradiação por isótopos absorvidos pelo organismo e efeitos das radiações externas; radioatividade natural ambiente; irradiação médica e profissional; e contaminação do meio.

Na segunda sessão, em virtude do falecimento do Dr. Eddy, a Comissão elegeu o Professor Carlos Chagas Filho, para Presidente, em mais uma demonstração de prestígio do Brasil no campo da energia atômica.

4. *Comissão Consultiva sobre os Usos Pacíficos da Energia Atômica*

A Comissão Consultiva, de que o Brasil também é membro, realizou igualmente duas sessões. Na primeira, em abril, foi tratada a questão das relações entre as Nações Unidas e a futura Agência Internacional de Energia Atômica.

Na segunda sessão, realizada em setembro, estiveram representados, além do Brasil, o Canadá, Estados Unidos da América, França, Índia, Reino Unido e União Soviética. A Comissão tratou fundamentalmente dos seguintes assuntos: 1.º) apresentação de um relatório pelo Secretário Geral das Nações Unidas sobre as atividades relacionadas com a energia atômica, desenvolvidas pelas Nações Unidas e suas agências especializadas, após a última reunião da Comissão Consultiva; 2.º) discussão preliminar relativa à próxima Conferência Internacional sobre Aplicação Pacífica de Energia Atômica.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS (ECOSOC)

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas realizou nos meses de abril e julho, respectivamente, as suas XXI e XXII Sessões. Essas reuniões assinalaram o retorno do Brasil ao seu antigo lugar no Conselho e oferece-

ram a oportunidade para reafirmar a linha de política econômica brasileira nos organismos internacionais, a qual, de conformidade com a evolução do tratamento de certas condições fundamentais aos objetivos superiores do país, se estrutura sobre dois pontos básicos — instabilidade de mercado de produtos primários e industrialização dos países subdesenvolvidos — irradiando-se com ênfase adequada para as questões de financiamento de desenvolvimento econômico, problemas fiscais internacionais e assistência técnica às regiões subdesenvolvidas.

A atitude de crítica doutrinária assumida pelo Brasil, aliada às proposições objetivas no que tange à implementação de medidas referentes aos itens acima citados, têm dado ao nosso país uma posição de relêvo e contribuído para uma indiscutível evolução no tratamento dessas questões no seio do ECOSOC.

ACÔRDO GERAL DE TARIFAS E COMÉRCIO (GATT)

Em dezembro de 1955, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei de reforma da Tarifa das Alfândegas. A nova tarifa determinará modificações profundas na estrutura e na incidência de direitos, as quais acarretam a necessidade de revisão de certos compromissos assumidos pelo Brasil no campo internacional, especialmente através do Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio. Inicialmente e para que o projeto em aprêço, logo que votado lei, possa imediata e integralmente entrar em vigor, como é desejo do Govêrno brasileiro, indispensável se tornava a derrogação das obrigações assumidas pelo país no GATT, no tocante às concessões tarifárias já negociadas naquele organismo.

Assim, na XI Sessão das Partes Contratantes do Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio, realizado em outubro último, o Govêrno brasileiro solicitou aos Estados Mem-

bro a derrogação geral de suas obrigações. Após o exame das razões que levaram o Governo brasileiro a empreender a reforma de sua tarifa aduaneira e das eventuais consequências de sua aplicação sobre o nível e o custo das importações, as Partes Contratantes aprovaram, em sessão plenária, por unanimidade, tal pedido.

CONFERÊNCIA REGIONAL DO GATT

Aproveitando a oportunidade da instalação do Comitê de Comércio da Comissão Econômica para a América Latina, a Secretaria Executiva do GATT convocou uma Conferência regional das Partes Contratantes do Acôrdio, que se realizou em Santiago do Chile, entre 22 e 26 de novembro, com a participação do Brasil.

A mencionada reunião que contou, também, com a presença de observadores dos Governos não participantes do Acôrdio Geral, membros do Comitê de Comércio da CEPAL, teve caráter informativo, incluindo a sua agenda entendimentos sobre o estado atual do projeto de mercado comum europeu e uma exposição sobre os resultados da última Sessão do GATT.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO)

O Brasil teve participação destacada nas atividades da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O Governo brasileiro fêz-se representar na Conferência Especial, em Roma, convocada para a eleição de novo Diretor Geral da entidade. Foi escolhido para o referido cargo o Sr. B. R. Sen, da Índia.

A XXV Sessão do Conselho da Organização elegeu o Ministro Arnaldo Vasconcellos, membro da Delegação.

brasileira à Conferência Especial, para a função de Presidente do Comitê de Controle Financeiro, órgão permanente da FAO.

Deve ainda ser salientada a realização, em Santiago do Chile, da IV Conferência Regional da FAO para a América Latina, com o fim de proporcionar aos países do Continente uma oportunidade de debaterem, em conjunto, os problemas comuns da agricultura e da alimentação e de traçarem as linhas gerais que deverão nortear a ação futura da FAO na região. A Delegação brasileira, chefiada pelo Ministro da Agricultura, teve atuação saliente na reunião em aprêço, tendo apresentado diversas proposições concretas tendentes a possibilitar um crescente aproveitamento, pelo país, da assistência técnica prestada por aquele Organismo.

I PERÍODO DE SESSÕES DO COMITÊ DE COMÉRCIO DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA

A Resolução 101, do VI Período de Sessões da CEPAL, aprovada em 15 de setembro de 1955, criou um Comitê de Comércio, cujo Primeiro Período de Sessões se realizou em Santiago do Chile, entre 19 e 29 de novembro, com a participação do Brasil.

Foi discutida, nessa reunião, a possibilidade de multilateralização do comércio dos países latinos do hemisfério, matéria que constitui a essência do campo de estudo do Comitê, havendo sido ressaltada, graças à intervenção da Delegação brasileira, a necessidade de que tal transformação no sistema de comércio da região seja feita cautelosa e metódicamente.

Por outro lado, foi também estudada criação de um mercado regional para produtos manufaturados e intermediários, como medida tendente a expandir o comércio inter-

latino-americano, havendo sido, igualmente, apontadas as dificuldades que perturbariam a realização imediata de tal projeto.

COMITÊ INTERAMERICANO DE REPRESENTANTES PRESIDENCIAIS (CIRP)

Na reunião dos Chefes de Governo dos Estados Americanos, realizada no Panamá, no mês de julho, o Presidente dos Estados Unidos da América lançou a idéia da criação de um Comitê Interamericano de Representantes Presidenciais, com o objetivo de estudar os meios de atribuir maior efetividade à Organização dos Estados Americanos e debater os problemas fundamentais da cooperação regional, em todos os setores.

Reunida, pela primeira vez, em setembro, na cidade de Washington, sede da Organização dos Estados Americanos, o Comitê, no qual o Presidente do Brasil se fêz representar pelo Embaixador Fernando Lobo, elegeu para a sua Presidência o Dr. Milton Eisenhower, irmão e representante do Presidente Eisenhower.

Na sessão inaugural, o Comitê tomou ciência das propostas apresentadas, entre as quais figuram três do Brasil, em que buscamos definir as metas e prioridades da cooperação interamericana, bem como aperfeiçoar o programa de cooperação técnica da O.E.A. e a organização e funcionamento do Conselho Interamericano Econômico e Social.

A segunda reunião do Comitê realizar-se-á em janeiro de 1957.

AVIAÇÃO CIVIL

No tocante à política aérea, foram concluídos satisfatoriamente os entendimentos mantidos com os Governos do Japão e do Uruguai, tendo sido assinados, em dezembro último, os Acordos sobre Transportes Aéreos entre o Bra-

sil e aquêles países. Foi negociado, e acha-se ainda pendente de assinatura, um Acôrdo semelhante com a Alemanha. Prosseguem os entendimentos com a Colômbia, República Dominicana e Venezuela, visando ao estabelecimento definitivo de rotas aéreas para aquêles países.

No curso de 1956, foi também firmado, entre o Brasil e a Confederação Suíça, um acôrdo, por troca de Notas, visando solucionar, definitivamente, o problema da bitributação das respectivas companhias de aviação comercial. Pelo referido ato, as emprêsas de transportes aéreos de um dos dois países signatários ficam isentas do pagamento, no território do outro, de impostos sôbre a renda auferida no exercício da navegação aérea entre ambas as nações, passando, assim, aquelas companhias a pagarem as mencionadas taxas sômente ao fisco do respectivo país.

O Brasil participou, igualmente, da X Assemblêia Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), realizada no mês de junho, em Caracas.

TRANSPORTES MARÍTIMOS

No curso de 1956, foram ultimadas as negociações para a compra, pelo Govêrno do Brasil, de doze navios mercantes do tipo "CI-MAV-1", pertencentes à frota-reserva dos Estados Unidos da América e destinados à Companhia Nacional de Navegação Costeira, P.N. O "Export Import Bank of Washington" abriu ao Brasil uma linha de crédito para financiar a reativação dos referidos navios.

DIVISÃO COMERCIAL

As tendências que se vêm observando no comércio internacional, notadamente a crescente liberalização do comércio e dos pagamentos nos países da Europa Ocidental, criaram situações novas para as quais o Governo brasileiro buscou imediata solução. Coube ao Itamaraty, no curso de 1956, negociar novos ajustes que melhor atendam às necessidades do nosso intercâmbio com aquela área.

SISTEMA BRASILEIRO DE PAGAMENTOS MULTILATERAIS. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA

O Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais ampliou-se consideravelmente em 1956, com a adesão de três novos países: Itália, Áustria e França. Estão em curso atualmente negociações com os países escandinavos, alguns dos quais têm possibilidade de ingressar no Sistema.

Itália — Em 30 de abril concluíram-se as negociações entabuladas no Rio de Janeiro com a Delegação italiana, sendo assinados nessa data a Ata Final e o Ajuste de Pagamentos e Comércio e documentos anexos, entre os quais cabe destacar o Ajuste de Cooperação Econômica.

Áustria — Em 13 de junho concluíram-se as negociações com a Delegação austríaca, sendo assinada nessa data a Ata Final e rubricados os Textos do Ajuste de Pagamentos e Comércio; em 4 de julho, foi assinado o referido Ajuste, que entrou imediatamente em vigor; foi igualmente assinado o Ajuste sobre Financiamentos e Investimentos.

✓
França — Em 23 de agosto terminaram as negociações entabuladas com a Delegação francesa, sendo assinados a Ata Final e o Ajuste de Pagamentos e Comércio e documentos anexos, inclusive o Ajuste sobre Investimentos e Financiamentos, que entraram imediatamente em vigor.

REUNIÃO NO RIO DE JANEIRO DOS REPRESENTANTES DOS
PAÍSES PARTICIPANTES DO SISTEMA BRASILEIRO DE
PAGAMENTOS MULTILATÉRAIS

De 2 a 4 de outubro, reuniram-se, no Rio de Janeiro, as Delegações dos países participantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais: Áustria, Brasil, França, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, República Federal da Alemanha e União Belgo-Luxemburguesa, a fim de examinar o funcionamento do dito sistema. Na Declaração Final da Conferência, as Delegações manifestaram-se acordes em considerar que a adoção do sistema de transferibilidade monetária constitui um progresso substancial no sentido da consecução do objetivo comum dos países participantes, a saber, o desenvolvimento do comércio internacional nas bases mais largas possíveis; constataram que o sistema tem conduzido ao estabelecimento de condições não discriminatórias entre os países participantes e que a Área de Conversibilidade Limitada representa uma elevada percentagem no comércio exterior do Brasil; expressaram a intenção de ampliar aquela área pela inclusão de outros países; observaram que tanto o Fundo Monetário Internacional como a Organização Européia de Cooperação Econômica acolheram favoravelmente a instituição do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais; e exprimiram a esperança de que no futuro próximo ocorrerá uma liberalização ainda mais ampla do comércio internacional.

ACORDOS BILATERAIS DE COMÉRCIO E PAGAMENTOS

Assinaram-se novos ajustes bilaterais de comércio com o Estado de Israel, em 26 de abril, e com a Islândia, em 10 de maio, que entraram em vigor, respectivamente, na data da assinatura, e em 1.º de julho.

Por não mais atenderem às condições atuais do intercâmbio, foram denunciados pelo Governo brasileiro os seguintes acordos com os países da Europa Oriental:

a) Ajuste de Pagamentos, de 1.º de abril de 1954, e regime de intercâmbio comercial estabelecido por troca de Notas de 23 de novembro de 1954, com a Polônia, denunciados em 28 de janeiro, os quais expiraram em 1.º de abril; a fim de não interromper o intercâmbio, foram os mesmos prorrogados por períodos sucessivos de três (3) meses;

b) Acôrdo de Comércio com a Tcheco-Eslováquia, de 17 de maio de 1950, denunciado em 15 de março do corrente ano, expirando em 16 de fevereiro de 1957; a fim de evitar interrupção do intercâmbio, enquanto não se negocia um novo Ajuste, o Acôrdo de 1950 vem sendo prorrogado provisoriamente por períodos sucessivos de três (3) meses;

c) Acôrdo de comércio com a Iugoslávia, de 24 de junho de 1954, denunciado em 7 de abril do corrente ano, o qual se encontra em regime de liquidação.

Foram ainda denunciados pelo Governo brasileiro em 1956 os seguintes acordos bilaterais:

a) Acôrdo de Comércio, de 15 de maio de 1953, e Acôrdo de Pagamentos, de 9 de junho do mesmo ano, com a Finlândia, denunciados em 28 de abril; os referidos acordos expiraram em 30 de junho e foram prorrogados provisoriamente por períodos sucessivos de três (3) meses, vencendo a última prorrogação em 31 de dezembro; encontra-se atualmente no Rio de Janeiro uma Delegação finlandesa, que está negociando com o Brasil novos ajustes;

b) ^f Ajuste Administrativo de Comércio e Ajuste Administrativo de Pagamentos com o Japão, de 12 de setembro de 1952, denunciados em 31 de março; expiraram em 1.º de julho e foram prorrogados provisoriamente por períodos sucessivos de quatro (4) meses, vencendo a última prorrogação em 31 de janeiro de 1957.

Prorrogaram-se, provisoriamente, por troca de Notas, os seguintes acordos, enquanto se aguarda a negociação de novos instrumentos que melhor atendam às atuais condições do intercâmbio: Ajuste Comercial com a Espanha, de 24 de julho de 1952, vencendo a última prorrogação em 31 de março de 1957; e Acôrd de Comércio com Portugal, de 14 de setembro de 1954, cujas listas de mercadorias foram prorrogadas até 31 de dezembro.

A adoção pela República Argentina de uma política econômica livre e a extinção do Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio provocaram sérias perturbações no intercâmbio argentino-brasileiro, as quais se fizeram sentir durante todo o primeiro semestre de 1956.

Com o fim de estudar os problemas surgidos no intercâmbio e tentar solucioná-los, reuniu-se em Buenos Aires de 20 de agosto a 21 de setembro último, a Comissão Mista Brasil-Argentina. Durante as conversações, foram elaborados, e posteriormente assinados, ajustes que, atendendo aos sistemas de câmbio e comércio exterior dos dois países, permitissem a normalidade do comércio entre o Brasil e a Argentina.

Como a lei brasileira de comércio exterior vigorava apenas até 31 de dezembro de 1956, não foi possível elaborar-se um acôrd comercial com vigência além dessa data. Assinaram-se instrumentos provisórios destinados a solucionar casos pendentes e programou-se, para a primeira quinzena de janeiro próximo, nova reunião da Comissão Mista, para a elaboração dos instrumentos definitivos. Assim, os

ajustes firmados em Buenos Aires terão validade até a entrada em vigor dos acordos definitivos, o que se espera ocorra em 31 de março de 1957. Em 19 de setembro de 1956, por troca de Notas, os Governos do Brasil e da Argentina introduziram modificações no Ajuste sobre Intercâmbio de Frutas, parte integrante dos acordos de comércio de 23 de março de 1953 e 25 de junho de 1954. Por troca de memoranda, de 13 e 18 de setembro, as importações argentinas de madeiras procedentes do Brasil passaram a gozar do sistema de licenciamento automático, de que já se beneficiavam, desde 1955, as importações de café e cacau. Obteve-se a concessão, na oportunidade, de licenças de importação no valor de três milhões de dólares para ervamate de procedência brasileira.

De conformidade com o Ajuste sobre compra de trigo, de 20 de janeiro de 1955, foram adquiridas, em 1956, 766 mil toneladas de trigo em grão ao preço, FOB, de US\$CAB 62.50, e 16.800 toneladas de farinha de trigo ao preço FOB, de US\$CAB 88.74, cujos embarques estão sendo efetuados à base de aproximadamente 100 mil toneladas mensais.

Em vista das modificações advindas às condições que serviram de base ao regime de comércio e pagamentos entre os dois países e da impossibilidade de ser negociado um novo acordo, já que a lei brasileira de comércio exterior tinha vigência somente até 31 de dezembro, os Governos do Brasil e da Argentina, por troca de Notas de 21 de setembro e de 16 de novembro último, estabeleceram as condições em que seriam aplicadas, até a assinatura dos novos acordos, as estipulações do vigente Ajuste Provisório de Pagamentos, de 25 de junho de 1954.

De 2 a 27 de abril realizaram-se, no Ministério das Relações Exteriores, conversações entre representantes dos Governos do Brasil e do Uruguai com o fim de estabelecer

as condições de fornecimento de trigo uruguaio a nosso país e ainda de examinar problemas relativos ao intercâmbio comercial entre os dois países.

O Brasil efetuou a compra de 265 mil toneladas de trigo em grão ao preço FOB de US\$CBU 59.30 e 40 mil toneladas de farinha de trigo ao preço FOB de US\$CBU 124.03. A par de outros ajustes complementares a respeito do intercâmbio em geral, ficou assentada a realização anual de duas reuniões de representantes uruguaio e brasileiros; uma em agosto, para análise do comportamento do intercâmbio, e outra em dezembro, com o mesmo objetivo e também o de determinar as condições para fornecimento de trigo no ano subsequente.

Durante a estada em Montevideu, do Ministro das Relações Exteriores, no decorrer do mês de dezembro, foi efetuada a troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Comércio e Navegação, assinado em 27 de maio de 1949, ao abrigo do qual passou a desenvolver-se o intercâmbio comercial Brasil-Uruguai. Na mesma oportunidade, os Ministros das Relações Exteriores dos dois países fizeram quatro declarações conjuntas sobre:

- a) funcionamento das Comissões Mistas Brasil-Uruguai;
- b) relações comerciais e pagamentos;
- c) comércio de fronteira e repressão ao tráfico ilegal;
- d) ponte internacional sobre o rio Quaraí.

Os representantes dos Governos do Brasil e do Uruguai assinaram, ainda, na ocasião, um acordo sobre transportes aéreos e um convênio cultural.

Atualmente, as relações econômicas entre o Brasil e a Bolívia estão reguladas, de modo geral, por dois instrumentos: o Convênio de Comércio e o Acordo de Pagamentos, ambos assinados em 24 de dezembro de 1953.

Estêve no Brasil, no mês de junho último, o Presidente da "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos", Senhor José Paz Estensoro, que, além de manter entendimentos com as autoridades brasileiras para a ampliação do Acôrdo de gasolina de 1955 com o intuito de aproveitar a capacidade máxima de transporte da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, adquiriu 4.500 toneladas de tubos de aço de fabricação brasileira para a indústria petrolífera; foram ainda comprados, no Brasil, por aquela autarquia boliviana, vários tanques para armazenamento de petróleo.

Já agora se pode assinalar, em função do poder de compra gerado, para a Bolívia, pelas importações brasileiras de minérios e de combustíveis bolivianos, a existência de condições extremamente favoráveis ao incentivo das nossas exportações de produtos manufaturados. Assim, com a intensificação das exportações de produtos da indústria brasileira para o mercado boliviano, poderemos atingir uma fase de desenvolvimento contínuo e de equilíbrio nas nossas relações comerciais com a Bolívia.

A ausência de um instrumento regulador do comércio fronteiriço vinha impedindo o estabelecimento de uma corrente disciplinada de negócios entre o Brasil e o Paraguai e estimulando o contrabando.

A fim de encontrar uma solução que permitisse o desenvolvimento do intercâmbio entre os dois países, foi enviada a Assunção uma Missão comercial brasileira, constituída de representantes do Itamaraty e do Banco do Brasil, sob a chefia de alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores.

Após as conversações mantidas naquela Capital, foram assinados, em 27 de outubro, em Assunção, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, os seguintes instrumentos: Tratado Geral de Comércio e de Investimentos.

Convênio de Comércio Fronteiriço e um Protocolo Adicional sobre Direitos de Importação.

Brasil e Venezuela mantêm desde 1940 um "modus-vivendi", que estabeleceu o tratamento de nação mais favorecida em suas trocas comerciais.

Em fevereiro último, o Governo venezuelano enviou ao Brasil uma Missão Econômica, chefiada pelo Diretor da Política Econômica do Ministério das Relações Exteriores, com a finalidade de examinar, com as autoridades brasileiras, as possibilidades do desenvolvimento do intercâmbio comercial entre os dois países.

As relações econômicas e comerciais entre o Brasil e o Chile continuam a desenvolver-se de conformidade com as disposições fixadas pelo Tratado de Comércio e Navegação de 1943, uma vez que, por denúncia do Governo brasileiro, cessou, em agosto de 1955, a vigência do Convênio de Cooperação Econômica, que encerrava disposições complementares ao referido Tratado.

As mudanças a serem introduzidas na política econômica e nos regimes de comércio exterior de ambos os países não aconselharam, durante o ano de 1956, a conclusão de acordos que, substituindo as disposições do Convênio de Cooperação Econômica, viessem também a ampliar as normas do Tratado vigente.

Em novembro último, a Delegação do Brasil à reunião do Comité de Comércio da CEPAL, aproveitando sua permanência em Santiago, manteve conversações informais com as autoridades chilenas a fim de inteirar-se das peculiaridades do novo regime de comércio exterior daquele país; o conhecimento direto de tais peculiaridades permitirá orientar as autoridades brasileiras no estudo dos novos instrumentos que passarão a reger as relações comerciais e econômicas entre o Brasil e o Chile.

Valendo-se da legislação dos Estados Unidos da América sobre disposição de excedentes agrícolas, que permite a venda de produtos contra pagamentos em moeda do país comprador, o Itamaraty, da mesma forma que em 1955, procurou assegurar fornecimentos substanciais de trigo ao Brasil a fim de completar o abastecimento do país, parcialmente satisfeito pela produção nacional e pelas importações tradicionalmente realizadas na Argentina e no Uruguai.

Nessas condições, depois de determinadas as quantidades que os supridores tradicionais poderiam fornecer, em 31 de dezembro foi firmado em Washington novo "Acôrdo sobre Produtos Agrícolas" pelo qual seriam importadas 1.800.000 toneladas de trigo em grão, para entrega parcelada durante três anos, e quantidades menores de farinha de trigo, óleos vegetais, banha e laticínios.

O Acôrdo prevê o pagamento dos produtos em aprêço em cruzeiros a uma taxa de conversão acordada entre as partes e contempla a divisão em duas partes dos fundos criados pela operação: 15% dos cruzeiros pagos ao Governo norte-americano serão despendidos pelo mesmo, no Brasil, para pagamento de despesas administrativas e de atividades de intercâmbio cultural e os restantes 85% serão emprestados, pelo prazo de 40 anos, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para financiamento de projetos de reaparelhamento da infra-estrutura da economia nacional.

As importações previstas no acôrdo deverão ser executadas mediante tomada de preços, de modo a permitir aquisição dos produtos aos níveis do mercado internacional.

O acôrdo em aprêço corresponde, por um lado, a uma garantia para o abastecimento nacional do produto, sem dispêndio de divisas, e por outro, permite a criação, de modo

não-inflacionário, dos recursos indispensáveis à execução de empreendimentos básicos.

Ao concluir o referido Acôrdo com os Estados Unidos da América, o Brasil tomou as medidas necessárias a não prejudicar a posição da Argentina e do Uruguai, fornecedores tradicionais de trigo a nosso país, com os quais mantemos o compromisso de comprar, anualmente, 1.200.000 e 300.000 toneladas, respectivamente.

ASSUNTOS CONSULARES
E DE PASSAPORTES

SERVIÇOS CONSULARES

Apesar da progressiva redução do pessoal, os trabalhos da Divisão Consular, durante o ano de 1956, decorreram normalmente. Verificou-se um acréscimo de expediente, principalmente no setor de importação, em virtude de caber a esta Divisão a apreciação das consultas das autoridades consulares brasileiras sobre o benefício da isenção de licença prévia de importação, de acôrdo com o disposto no Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954, que regulamentou a execução da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que dispõe sobre o intercâmbio com o exterior.

Para apreciar as questões jurídicas levantadas pela aplicação do Decreto n.º 34.893 acima citado, foram contratados dois bacharéis em Direito para o exercício das funções de Assistentes Jurídicos da Divisão.

CONSULADOS BRASILEIROS

Cabe à Divisão Consular a indicação da criação, extinção e mudança (elevação ou rebaixamento) de categoria de Consulados brasileiros. Para êsse fim, foram elaborados vários estudos, tendo sido criados seis Consulados Honorários: três na Venezuela e subordinados à Embaixada em Caracas (Caripito, Puerto la Cruz e Las Piedras); Biarritz, na França, subordinado ao Consulado de carreira em Bordéus; Willmington, Estado da Carolina do Norte, Estados Unidos da América, subordinado ao Consulado de

carreira em Baltimore. A criação do Consulado Honorário em Willmington foi motivada para evitar o embarque de automóveis em fraude ao contrôlo das autoridades brasileiras.

O Consulado Honorário em Paramaribo, criado em 1956, foi posteriormente elevado a Consulado de carreira.

O Consulado Privativo em Caiena, na Guiana Francesa, passou a ter a categoria de Consulado Honorário.

A Divisão realizou igualmente grande número de estudos sobre a criação de novas Repartições consulares honorárias, especialmente as em Manilha, Filipinas; Haifa, Israel; Hamilton, Canadá; Bernardo de Irigoyen, República Argentina; Dunquerque, na França. Foi sugerida a supressão dos Consulados honorários em Galveston e em Jacksonville, nos Estados Unidos da América; e em Tegucigalpa, Honduras; bem como a extinção do Consulado de carreira em Florença e a criação de outro em Livorno. Também foram realizados os estudos necessários para a extinção do Consulado de carreira em Palermo.

Foram preenchidos os seguintes Consulados e Vice-Consulados Honorários com a indicação de seus titulares: Thorshavn, Dinamarca; Stuttgart, Alemanha; Oranjestad, (Aruba); Pedro Juan Caballero, Paraguai; Savannah e Willmington, Estados Unidos da América; Lourenço Marques, Moçambique; Terragona, Espanha.

Várias Repartições consulares na Alemanha tiveram suas jurisdições modificadas. Nesse sentido está sendo preparada a publicação denominada *Jurisdição Consular*, revista e atualizada com as modificações decorrentes da criação e extinção de Repartições consulares e a mudança de jurisdição consular de outras.

Foram expedidas 74 cartas-patentes para representantes consulares brasileiros, o dôbro de 1955.

RENDA CONSULAR

Renda arrecadada pelas Repartições consulares e Missões diplomáticas encarregadas de Serviço consular, nos primeiros dez meses de 1956:

	Cr\$ ouro
Consulados de carreira	5.131.018,00
Consulados privativos	117.386,00
Consulados honorários	528.683,00
Vice-Consulados honorários	50.659,00
Total	5.827.746 00

Comparando a renda consular arrecadada acima discriminada com a de igual período de 1955, verifica-se que a renda total de 1956 deverá ser inferior à renda total de 1955 em cerca de Cr\$ ouro 250.000, diminuição essa justificada pelas restrições impostas à importação em geral. Nota-se, entretanto, que os Consulados privativos arrecadaram em 1956 cerca de cinco vezes mais que em 1955, verificando-se também aumento na arrecadação dos Consulados honorários e Vice-Consulados honorários e um pequeno declínio na dos Consulados de carreira.

A renda consular auferida pelas Alfândegas do país, durante os primeiros dez meses de 1956, somou Cr\$ 5.105.541,60. Para o pagamento de emolumentos consulares às Repartições aduaneiras, a Divisão Consular emitiu 2.516 guias.

CONSULADOS ESTRANGEIROS

Foram concedidos 78 "exequatur" do Governo brasileiro a agentes consulares estrangeiros, dos quais 62 pelo Senhor Presidente da República e 16 pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Foi publicada a *Lista do Corpo Consular Estrangeiro*, atualizada até 31 de dezembro de 1955, estando em preparação nova lista, a sair em princípios de 1957.

SERVIÇO MILITAR

Verificou-se um grande acréscimo no número de brasileiros, temporariamente ausentes do território nacional, que foram alistados no serviço militar pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares no exterior, bem como de solicitações de adiamento de incorporação.

A Dinamarca apresentou ao Governo brasileiro um projeto de acordo para a solução de questões relativas a serviço militar entre os dois países, nos moldes de acordos já assinados pelo Brasil com outros países, o qual foi submetido à apreciação das autoridades militares brasileiras.

IMPORTAÇÕES

Desde a publicação do Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954, pelo qual foi regulamentada a execução da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, a Divisão Consular assumiu papel de suma relevância, na parte relativa à isenção de licença prévia de importação. Houve, conseqüentemente, um considerável aumento de expediente em comparação com os anos anteriores, principalmente no que se refere às atividades jurídicas da Divisão.

Contam-se mais de mil memoranda preparados na Divisão para informar sobre os requerimentos dirigidos ao Ministro de Estado de pedidos de autorização às autoridades consulares brasileiras para a legalização de documentos de embarque relativos a automóveis, bem como número equivalente de informações prestadas ao Tribunal Federal de Recursos sobre importação de bens.

Ficou decidida a não aceitação de fotocópias de passaporte que instruem os requerimentos endereçados ao Ministro de Estado para autorização da legalização de relação de bens e embarque de automóveis.

É necessário ressaltar a contribuição das Repartições consulares no combate à importação irregular de automóveis, geladeiras, aparelhos de televisão e outros bens móveis de alto preço no mercado interno brasileiro, com o fornecimento de informações precisas sobre a data de lançamento e demais características das diversas marcas de automóveis, especialmente americanas. Aquelas Chancelarias também colaboraram em alto grau em investigações trabalhosas para o descobrimento da falsidade de faturas comerciais de compra de automóveis e de certificados de registro de circulação.

Algumas das medidas adotadas pela Divisão foram reconhecidas pelas autoridades judiciárias, pela procedência de suas informações sobre a fraude às importações de automóveis.

Nesse sentido, foi mantida estreita colaboração, não só com as autoridades judiciárias, mas também com as autoridades do Banco do Brasil S. A., Diretoria das Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda e com as próprias Alfândegas brasileiras. Procurou-se também a colaboração das grandes fábricas de automóveis norte-americanas e suas filiais no Brasil.

Ainda nesse setor foram expedidas várias Circulares às Missões diplomáticas encarregadas de Serviço consular e às Repartições consulares com instruções relativas à legalização de relação de bens de pessoas que transferem residência para o Brasil.

ASSUNTOS GERAIS

Entre várias atribuições da Divisão, realça-se a colaboração junto ao Ministério da Saúde na assistência das autoridades brasileiras ao surto de poliomielite que grassou na República Argentina durante o ano de 1956.

Colaborou estreitamente com a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., instruindo as Repartições consulares sobre vários problemas oriundos de operações triangulares de comércio com países com os quais o Brasil mantém acordos bilaterais.

Por decisão da Superintendência da Moeda e Crédito foi decidido que as rendas das Repartições consulares estrangeiras no Brasil, arrecadadas até 12 de outubro de 1956, seriam transferidas à base do câmbio oficial, até 31 de dezembro de 1956. As rendas arrecadadas a partir de 12 de outubro de 1956 não mais gozariam dos benefícios do câmbio oficial e seriam transferidas à base do câmbio livre.

PASSAPORTES

Durante o ano de 1956, as atividades da Divisão de Passaportes registraram notável aumento de serviço. O volume do expediente duplicou em relação ao ano de 1955, especialmente no tocante à expedição de passaportes diplomáticos e especiais.

Por troca de Notas vigorantes, a partir de 1.º de fevereiro de 1956, o Governo holandês resolveu abolir os vistos nos passaportes dos brasileiros que viajem para os Países Baixos em caráter temporário, para uma estada máxima de três meses, desde que o Governo brasileiro conceda, por sua vez, a gratuidade de visto aos holandeses não imigrantes, cuja permanência não ultrapasse aquele prazo. Por acôrdo firmado em 1.º de abril de 1956, o Governo finlandês resolveu dispensar os emolumentos consulares por vistos em passaportes de quaisquer brasileiros que viajem à Finlândia pelo prazo máximo de três meses, desde que idêntica vantagem seja concedida por parte do Governo brasileiro aos súditos finlandeses. Com a Suécia foi assinado acôrdo nas mesmas condições, em vigor a partir de 1.º de maio de 1956.

Realizou-se nesta capital o XVIII Congresso Internacional de Geografia e a IX Assembléia Geral da União Geográfica Internacional, no período de 9 a 18 de agosto de 1956. Foi autorizada a concessão de visto oficial aos membros das Delegações de países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, desde que apresentassem passaporte válido e prova da qualidade de congressista. Quanto aos congressistas nacionais de outros países, convidados dire-

tamente pela Comissão Organizadora, deveriam receber simples vistos temporários.

Continua em funcionamento o Serviço de Seleção de Imigrantes na Europa, criado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, em setembro de 1955. A pedido da referida autarquia, foram enviadas instruções às Missões diplomáticas e Repartições consulares para que concedessem vistos permanentes especiais, sem exigência de comprovação profissional, aos imigrantes constantes de listas de dependentes apresentadas diretamente pelo CIME, independentemente de prévia autorização da Secretaria de Estado. Posteriormente, as referidas listas só poderiam ser atendidas se nelas figurasse o carimbo do INIC e a rubrica do Chefe da Divisão competente, sendo concedido o visto pelo artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945. Novas instruções permitiram ao chefe do Serviço de Seleção de Imigrantes, Senhor Paulo Ignácio de Almeida, remeter listas ou formulários com nomes de imigrantes aprovados por ele próprio ou pelo INIC, no Rio de Janeiro. Finalmente, em dezembro de 1956, o referido Serviço passou a ser constituído dos Senhores: Vasco Parolini Pezzi, coordenador geral; Paulo Ignácio de Almeida, chefe; Fernando Jorge da Rocha e Antônio Hélio de Castro, selecionadores médicos; Deraldo Padilha de Oliveira, Gastão Fernandes dos Santos, Guilherme Joffily Bezerra de Melo e Divino Ramos, selecionadores profissionais; Andréa Montagna, secretária.

Expediram-se circulares mensais sobre cassação e restabelecimento de permanência no Brasil, expulsão de estrangeiros e extravio de passaportes.

No caso de desaparecimento de passaporte, as autoridades consulares deverão encaminhar à Secretaria de Estado o resultado das sindicâncias feitas sobre a ocorrência, informando ainda o local exato da perda ou extravio (país,

cidade, hotel, etc.), do documento, data, e demais indicações úteis, inclusive informações confidenciais sobre a idoneidade do seu portador.

Quanto aos inúmeros pedidos de visto permanente, esse trabalho absorveu cuidadosa atenção e esforço por parte dos funcionários da Divisão de Passaportes. Seguindo as normas de defesa dos interesses do Brasil, pela adoção de medidas de precaução e máximo rigor contra a entrada de elementos indesejáveis, nocivos à ordem pública e segurança das instituições, o Itamaraty esteve sempre vigilante e contou com a colaboração do Ministério da Justiça, para apreciação dos pedidos formulados por imigrantes já radicados no país em favor de seus parentes, refugiados políticos ou residentes em países sob regime comunista. Nesse sentido, procedia-se a exame prévio dos antecedentes penais e político-sociais, bem como da situação financeira dos interessados. A respeito do assunto, expediu-se circular recomendando que, ao se conceder qualquer espécie de visto, principalmente visto em caráter temporário, houvesse o maior cuidado e o máximo rigor na apreciação da profissão declarada e ideologia política do candidato. Além disso, nos casos de consulta, as autoridades consulares deveriam fornecer à Secretaria de Estado informações sobre profissão, ideologia política e antecedentes do candidato, citando as fontes dessas informações e obrigatoriamente emitindo opinião sobre a conveniência do visto.

Diante dos trágicos acontecimentos que acabam de vitimar a Hungria, esmagada pela repressão das forças soviéticas, o Brasil recebeu apelos de diferentes procedências para o socorro imediato às vítimas húngaras que se encontram refugiadas na Áustria.

O Ministério das Relações Exteriores autorizou a Delegação do Brasil em Genebra a fazer entrega ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados da importância de 30.000 dólares, como contribuição do Brasil ao

programa internacional de auxílio aos refugiados húngaros. Outrossim, a referida Delegação recebeu instruções no sentido de sugerir a cessão ao Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias de parte de nossa ajuda financeira.

De acôrdo com as instruções enviadas à Embaixada em Viena, o Govêrno brasileiro decidiu receber 3.000 imigrantes do contingente que se encontra presentemente na Áustria. Esse socorro excepcional não deverá ser considerado como uma operação de rotina, mas um auxílio político, a ser superintendido pelo Itamaraty, conforme entendimentos havidos com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias e entidades anticomunistas de assistência aos húngaros já radicados no Brasil. Para êsse fim, já se encontra em Viena uma Comissão brasileira selecionadora dos socorridos que, sob a orientação da Embaixada do Brasil naquela capital, e com a possível cooperação norte-americana, dará início ao embarque, devendo ser cobertas pelo CIME as despesas de transporte.

As atividades da Divisão de Passaportes, no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1956, expressam-se pelos seguintes dados estatísticos:

Passaportes diplomáticos expedidos	658
Passaportes diplomáticos prorrogados	36
Passaportes especiais expedidos	2.184
Passaportes especiais prorrogados	130
Carteiras de identidade expedidas	149
Carteiras de identidade prorrogadas	233
Vistos oficiais e diplomáticos	145
Cartas de pedido de vistos	8.000
Declarações em passaportes estrangeiros	334
Declarações em passaportes brasileiros	43
Passaportes coletivos especiais	7
Correspondência: cartas, telegramas, bilhetes-verbais, etc. ...	6.000
Circulares	80
Pareceres e memorandas	115

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PESSOAL

Lotados na Secretaria de Estado e no exterior, 1323 funcionários, dos quais apenas 423 pertencentes à carreira de Diplomata, executam atualmente as múltiplas tarefas e atribuições do Ministério das Relações Exteriores.

Na Secretaria de Estado:

Diplomatas	139
Outros funcionários	405
Total	544

No exterior:

Diplomatas	284
Ministros para Assuntos Econômicos	12
Cônsules Privativos	20
Auxiliares Contratados	451
Cônsules Honorários	52
Vice-Cônsules Honorários	62
Total	881

São as seguintes as Repartições brasileiras, em que se distribuem os 881 funcionários do Itamaraty lotados no exterior :

Embaixadas	41
Delegações junto a Organismos Internacionais	3
Legações	12
Consulados Gerais	25

Consulados de Carreira	39
Consulados Privativos	20
Consulados Honorários	60
Vice-Consulados Honorários	20

Das atividades da Divisão do Pessoal, no corrente ano, assinalam-se, de início, as providências sôbre remoções, promoções e distribuição de funcionários pelos vários Departamentos, Divisões e Serviços da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Elaboraram-se novas tabelas de representação e o reajustamente de valores monetários referentes a auxílio de transporte, ajuda de custo e diárias, para as necessidades do ano vindouro.

Opinou a mesma Divisão sôbre fixação da representação de Ministro Conselheiro da Embaixada junto à Santa Sé, e examinou, a pedido da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, a base de remuneração do Delegado do Brasil junto à UNESCO.

Os funcionários da carreira de Diplomata foram devidamente atendidos no desembaraço aduaneiro de sua bagagem, bem como esclarecidos, quando removidos do exterior para a Secretaria de Estado, das últimas disposições legais sôbre importação de automóveis e outros bens de uso pessoal.

Durante o ano de 1956, continuaram os expedientes entre esta Divisão, a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York e a Despesa Pública, relativos à contagem de tempo de serviço dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Dessa contagem de tempo de serviço, resultou uma série de providências que foram fielmente cumpridas: gratificação adicional, efetivação pela Lei número 2.284, licença especial, aposentadoria e lista de antiguidade.

Recolhidos os formulários de Boletim de merecimento distribuídos previamente aos Departamentos, Divisões e Serviços da Secretaria Geral, procedeu-se ao cômputo de pontos. E prepararam-se, destarte, periodicamente, as listas quántuplas de promoção, nos quadros da Carreira de Diplomata, e tomaram-se providências normais para promoção nos demais quadros do Ministério das Relações Exteriores.

A fôlha de pagamento do pessoal atingiu a média mensal de seis milhões e quinhentos mil cruzeiros. Aviaram-se os expedientes de impôsto de renda, regulamentação de empréstimos da Caixa Econômica e Institutos de Previdência, e, também, os de aumento de vencimentos da Comissão Demarcadora de Limites.

Em princípios do ano, a Divisão do Pessoal apreciou o plano de classificação de cargos, então em estudos no Legislativo, e compôs, a fim de ser encaminhada ao Tribunal de Contas, a relação dos funcionários responsáveis de dinheiro público.

Foi preparada a parte da Proposta Orçamentária que compreende vencimentos, salários, auxílios, ajudas de custo, diárias, diferenças de vencimentos ou salários e gratificações, merecendo cada uma dessas subconsignações detido exame. E, dêsse modo, atendeu-se a reajustamentos que, de exercício em exercício, em cada caso, se fazem necessários, na relação nominal dos remunerados. E, ao ser levada a proposta orçamentária à Divisão do Orçamento, não se descurou de se lhe anexar justificação de cada reajustamento.

Deu-se andamento a expediente relativo a funcionários e servidores do Itamaraty que, encontrando-se no exterior quando das últimas eleições, ficaram impossibilitados de votar. Nesse sentido, remeteu a Divisão do Pessoal ofi-

cio às diversas zonas eleitorais, bem como solicitou dos demais funcionários as informações que se tornaram imprescindíveis.

Empenhou-se, outrossim, a Divisão em que as listas do pessoal na Secretaria de Estado viessem à luz, mensalmente, como de praxe. Publicaram-se listas de endereços de pessoal, de antiguidade, e coligiu-se material para a preparação do "Anuário de 1957", já no prelo, no Departamento de Imprensa Nacional.

Vão referidos aqui, também, os inúmeros expedientes de rotina levados a efeito, no ano de 1956, que, pela sua própria natureza, prescindem de discriminação neste relatório, figurando abaixo sob aparências estatísticas :

EXPEDIENTE EM GERAL DO ANO DE 1956

a) Decretos	413
b) Portarias	267
c) Exposições de Motivos	53
d) Expedientes à Secretaria da Presidência da República ...	15
e) Avisos	29
f) Notas	9
g) Expedientes à Alfândega (isenção de direitos e facilidades aduaneyras)	236
h) Despachos	131
i) Ofícios	522
j) Memoranda	1.053
k) Declarações	88
l) Informações para empréstimos na Caixa Econômica Federal	113
m) Informações para empréstimos no IPASE	54
n) Cartas	66
o) Circulares de Serviço	11
p) Instruções de Serviço	—
q) Telegramas	393
r) Cartas-Telegramas	1.073
s) Currícula Vitae	20

Dados sobre pessoal

a) Apresentações	188
b) Partidas	141
c) Falecimentos	6
d) Posse de funcionários	55
e) Exercício de extranumerários	—
f) Certidões	89
g) Despesa Pública	435
h) Fichas para salário-família (pessoal na Secretaria de Estado)	92
i) Registro de certidões	96

MATERIAL

No decorrer do ano de 1956, procurou a Divisão do Material dar cumprimento, no âmbito das possibilidades orçamentárias, às tarefas que lhe incumbem moralmente, esforçando-se também por realizar algumas antigas aspirações de administração do Material.

A exiguidade das verbas em confronto com o vulto dos problemas criados pelo crescimento dos vários serviços do Ministério foi, novamente, o principal obstáculo com que teve de haver-se a Divisão do Material para levar avante o seu programa de trabalho.

O reduzido número de funcionários da Portaria, em particular os empregados nos serviços de limpeza, conservação e asseio do Palácio Itamaraty e suas dependências; a escassez de automóveis, em geral bastante velhos, que compõem a frota do Ministério, bastando assinalar que ainda não dispomos de nenhum carro para as solenidades de apresentação de credenciais; e, em resumo, todos os problemas, que dependeram para a sua solução de recursos em dólares, tiveram novamente de ser adiados em vista das dificuldades de importação que têm caracterizado a vida financeira do país.

Não obstante, graças à aplicação criteriosa dos recursos disponíveis e à dedicação de seus funcionários, logrou a Divisão do Material atender, não só às necessidades normais

dos diversos serviços do Ministério, no Brasil e no exterior, mas também apresentar uma série de realizações, entre as quais cumpre destacar as seguintes:

Instalação de doze aparelhos de ar condicionado em diversas salas;

Revisão geral dos aparelhos de ar condicionado existentes;

Compra de uma máquina elétrica especial para escrever em passaportes;

Nova instalação da Arrecadação, em prédio adrede preparado, dotado de melhores condições de armazenamento;

Reforma geral e adaptação de todo o andar térreo da ala direita do prédio do Ministério, a fim de nêle instalar novas salas de trabalho, com evidente desafogo da crítica situação da falta de espaço na Secretaria de Estado;

Obras de restauração dos estuques, pintura e douração dos tetos de várias salas do Palácio Itamaraty;

Restauração da pintura do Salão de Música;

Recuperação e instalação de um elevador monta-carga na Arrecadação;

Recuperação de placas CD para serem fornecidas aos carros do corpo diplomático estrangeiro;

Revisão geral da tubulação de gás dos diversos edifícios do Ministério, com a substituição de vários registros;

Reforma de uma parte dos jardins e conserto geral na piscina, com a mudança de todos os canos e esguichos;

Confecção e instalação de estantes, na casa forte, para guarda de peças do Museu Histórico e Diplomático;

Confecção e reforma de estantes, mesas e balcões nas Divisões do Cerimonial e de Comunicações e na Garage;

Conserto do telhado da garage;

Consêrto do piso e meios-fios do jardim em frente ao restaurante;

Consêrto da instalação de ar condicionado do Arquivo de maços;

Aquisição de uma zorra para transporte da prataria;

Reforma da instalação elétrica para adaptação de luz fluorescente nas sancas da ante-sala dos oficiais de Gabinete;

Ainda no ano de 1956, a Divisão do Material organizou a exposição pública, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, dos painéis "Guerra" e "Paz", de autoria de Portinari, ofertados pelo Governo brasileiro à Organização das Nações Unidas;

Outra iniciativa da Divisão do Material, de que têm resultado não poucos benefícios e economias para o Ministério, foi a instalação de uma oficina mecânica para consertos de automóveis. A montagem dessa oficina, além da compra de ferramentas e do preparo e adaptação de local apropriado, constou principalmente da aquisição de maquinaria especial, tal como um guindaste portátil, uma furadeira de bancada, uma mesa giratória para motores, testes para verificação da compressão, máquina de rebitar lonas de freios e aparelhagem completa de solda oxiacetilênica. Com essa oficina, evita-se a paralisação da exígua frota de carros do Itamaraty, todos em estado precário, fugindo-se, ao mesmo tempo, dos preços elevados das oficinas especializadas.

COMUNICAÇÕES

O exame dos quadros estatísticos, que adiante se encontram, revelará o nível da ação da DCo no curso de 1956, quer no setor de "Telegramas", quer de "CTs", "Mala diplomáticas", "Carteira de entrada", "Carteira de saída", "Expedição" e "Serviço telefônico".

A Divisão de Comunicações, dados os seus nexos com os serviços gerais (em virtude da peculiaridade de ser a seção por onde se escoia ou transita o grosso da atividade do Ministério), pode revelar também a militância do próprio Itamaraty. E os totais expressos a seguir documentam um fato que vale assinalar, ou seja o de que, por avantejar-se aos números estatísticos dos últimos anos, toda a Casa de Rio-Branco trabalhou em 1956 ainda mais do que anteriormente.

Mas, no que diz respeito à atividade, propriamente, da Divisão, devem ser registrados neste relatório, além daqueles esquemas numéricos indicadores da sua ação — já de si não pequena — que a DCo obteve no ano findo algumas melhorias na instalação dos serviços internos e está empenhada, outrossim, em resolver vários problemas, especialmente aqueles que possam tornar ainda mais rápido e eficiente o contato da Secretaria com as representações brasileiras no exterior.

Fêz gestões junto ao Departamento de Telégrafos, e, a título experimental, conseguiu permissão para entrar e en-

trou em ligação direta com a Missão do Brasil junto às Nações Unidas, por meio do novo sistema "Telex". Esse tipo de comunicação será estendido brevemente, com economia de tempo, de pessoal e de despesas.

Para melhorá-lo e modernizá-lo, a DCo, segundo instruções já dadas, também dinamizará o importante setor de criptografia, armando-o de instrumental dos nossos tempos, em obra efetiva e duradoura.

Faz parte dos planos instalar na seção teletipo de agência telegráfica internacional, permitindo assim ao Itamaraty possuir em primeira mão as notícias a ela chegadas de todos os recantos do globo.

Estuda a DCo, que no ano passado recebeu para a "Expedição" moderna máquina de selagem, a possibilidade de obter mais uma camioneta para o serviço de distribuição e entrega da correspondência.

Finalmente, cuida mudar a atual mesa telefônica da Secretaria de Estado, insuficiente para atender ao serviço, pretendendo, outróssim, dispor de local maior e mais adequado para o setor de "Malas diplomáticas".

TELEGRAMAS

	OFICIAIS		PARTICULARES	
	EXPEDIDOS	RECEBIDOS	EXPEDIDOS	RECEBIDOS
TOTAL.....	7 581	8 510	2 095	318

CARTAS-TELEGRAMAS

	OFICIAIS		PARTICULARES	
	EXPEDIDAS	RECEBIDAS	EXPEDIDAS	RECEBIDAS
TOTAL.....	9 787	9 085	164	65

MALAS DIPLOMÁTICAS

	AÉREAS		MARÍTIMAS	
	EXPEDIDAS	RECEBIDAS	EXPEDIDAS	RECEBIDAS
TOTAL.....	3 019	2 434	200	130

CARTEIRA DE ENTRADA		CARTEIRA DE SAÍDA
Correspondência recebida do Brasil. Entrega direta e via postal	Correspondência recebida do exterior. Mala Diplomática	Correspondência expedida
TOTAL.....	20 596	18 578

DESPESAS

	CARTAS, OFÍCIOS VIA AÉREA	CARTAS, OFÍCIOS VIA ORDINÁRIA	IMPRESSOS
TOTAL.....	Cr\$ 188.968,90	Cr\$ 13.516,60	Cr\$ 217.918,90

EXPEDIÇÃO

CARTAS E OFÍCIOS						IMPRESSOS				
	Via marí- tima	Via aérea	Pan Ameri- can	Brasil	Em mão	Via marí- tima	Via aérea	Pan Ameri- can	Brasil	Em mão
TOTAL.	1 161	16 913	15	6 616	25 455	10 829	47	6 750	7 988	2 229

ORÇAMENTO

A Divisão do Orçamento, no ano de 1956, levou a bom termo seus encargos de organização das tabelas de distribuição dos créditos orçamentários, de explicação da despesa, de escrituração de verbas, além de elaboração da proposta orçamentária do Ministério das Relações Exteriores para o ano de 1957.

Essa atividade implicou :

	<i>Valores totais em Cr\$</i>
Contribuição e auxílio a entidades internacionais	13.303.854,00
Extração de 146 empenhos	44.405.817,40
Pagamento de 150 faturas	7.787.167,00
45 Requisições de adiantamentos dirigidos ao Departamento Federal de Compras, ao Tribunal de Contas e à Despesa Pública	27.619.279,00
25 Prestações de contas encaminhadas ao Departamento Federal de Compras. e à Despesa Pública	10.968.928,00
Pagamentos por exercícios findos	89.679,58

CRÉDITOS ADICIONAIS

- a) Créditos Especiais solicitados e ainda não votados pelo Congresso Nacional :
- 1.º) Crédito Especial à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, destinado a completar a importância requerida para o financiamento da construção da ponte sobre o Rio Grande
- | | |
|--|---------------|
| | 90.000.000,00 |
|--|---------------|

- 2.º) Crédito Especial para custear a construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, na cidade de Assunção 20.000.000,00
- b) Créditos Especiais já autorizados por Leis do Congresso Nacional:
- 1.º) Crédito especial destinado à compra, pela Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, de 12 vagões-tanques, ao pagamento de 12 vagões-tanques anteriormente adquiridos e às despesas complementares indispensáveis — Lei n.º 2.991, de 30-11-56 12.000.000,00
- 2.º) Crédito especial para a tradução nos idiomas francês e inglês, e distribuição a Conselhos e Embaixadas, de edição em português do livro "Quem deu Asas ao Homem", de Henrique Dumont Villares — Lei n.º 2.511, de 22-6-55 .. 2.000.000,00
(Atendendo à consulta feita pelo Itamaraty, a Fazenda, pelo aviso n.º 76, comunica existirem recursos para a abertura do crédito).
- 3.º) Crédito especial para atender a despesas com a contribuição do Brasil às atividades da Universidade Internacional de Estudos Sociais, na criação de um Instituto Brasileiro de Estudos Latino-Americanos em Roma e a manutenção de Centros de Realismo Social no Brasil — Lei n.º 2.534, de 6-7-55 14.000.000,00
- 4.º) Crédito especial para atender à regularização das despesas de qualquer espécie, decorrente da posse do Presidente da República — Lei n.º 2.739, de 2-3-56 8.000.000,00
(Solicitada a expedição do decreto de abertura do crédito — Aviso DO/DC/DA/109/303.31, de 28-8-56, à Fazenda).
- 5.º) Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, etc., créditos especiais no total de Cr\$ 1.385.171.019,70. A parcela relativa ao M.R.E. abrange quantita-

tivo referente a créditos especiais solicitados anteriormente, nos montantes de Cr\$ 3.800.000 00, Cr\$ 800.000,00, Cr\$ 37.596 00 e Cr\$ 22.404,40, elevando-se o total a	4.660.000,00
--	--------------

(Lei n.º 2.769, de 2-5-56. O Tribunal de Contas respondeu negativamente quanto à legalidade da abertura do crédito. O M.R.E. providenciará nova solicitação de créditos especiais).

6.º) Crédito especial para ocorrer às despesas com a representação do Brasil à Reunião de Fundação da União Internacional de Magistrados, realizada em Viena. Áustria, em setembro de 1956	382.000,00
--	------------

(Feita consulta sobre a legalidade da abertura do crédito. Aviso DO/DP/DA/77/303.31, 31-VII-56, ao Tribunal de Contas).

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 1957

O Orçamento da Despesa do Ministério das Relações Exteriores para o ano de 1957, votado já pelo Poder Legislativo, no valor de Cr\$ 643.307.355,00, apresenta um aumento de 44% ou sejam Cr\$ 197.046.926,00 sobre o de 1956, que é de Cr\$ 446.260.429,00. Esse acréscimo incidiu principalmente sobre a verba 1.0.00 — Custeio, como decorrência das Leis e Decretos relativos aos novos padrões de vencimentos e salários do funcionalismo federal.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

Serviço de entrada

Durante o ano de 1956, a Biblioteca do Itamaraty encomendou grande número de livros diretamente às Missões diplomáticas e Consulados e às livrarias nacionais, mantendo assim atualizado o seu acervo. Adquiriram-se, além de obras de sua especialidade, como história, direito, política, economia, obras de literatura a pedido dos consulentes. Foi incorporada à Biblioteca a coleção de José de Alencar e a de Machado de Assis. O total de livros adquiridos elevou-se a 737 obras, 887 volumes e 9 folhetos. Por doação foram incorporadas 542 obras. Entrou, durante o ano em curso, o total de 1.279 obras, 1.534 volumes e 138 folhetos.

Catálogo

O trabalho de catalogação desenvolveu-se normalmente, mantendo-se sempre em dia. Notou-se que, ao sair a lista bibliográfica, os livros entrados no mês em curso já se encontravam fichados e à disposição dos consulentes. Deve-se levar em consideração que esse trabalho seria facilitado com a aquisição do *Library of Congress Catalog*, que, por não ter sido posta à venda a edição completa, não pôde ser adquirido em 1956. As pesquisas de autor, sem esse catálogo, são feitas com certa dificuldade, tornando-se necessária, às

vêzes, a ida da catalogadora à Biblioteca Nacional. Este serviço organizou o fichário de identidade e está elaborando um catálogo de título, simultaneamente com o de autor, numa só ordem alfabética.

Empréstimo

O movimento de empréstimo elevou-se consideravelmente este ano, atendendo a Biblioteca, em média, diariamente, 20 leitores, entre alunos do Instituto Rio Branco, das Faculdades, da Escola do Estado Maior e estudiosos de outras entidades. Na medida do possível, foram atendidos todos os pedidos formulados por Repartições oficiais e por particulares. Em continuação do intercâmbio com outras Bibliotecas, foram remetidos à Biblioteca Nacional os cinco (5) volumes manuscritos de "Gregório de Mattos", a fim de serem microfilmados e incorporados à coleção desta Biblioteca e da do Serviço de Documentação da Universidade de São Paulo.

Periódicos

Procede-se a um levantamento das coleções, com o fim de completá-las e atualizá-las. Nesse sentido, solicitaram-se providências às nossas Missões diplomáticas para a consecução dos números faltantes, assim como indicação dos exemplares esgotados e das revistas que já não se editam. Doze novas assinaturas de periódicos de interesse para a Biblioteca foram tomadas. A sessão de periódicos prepara, no momento, uma lista, em fichas, dos periódicos existentes na Biblioteca, para o catálogo coletivo de periódicos do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. - Por falta de espaço, resolveu-se fazer uma seleção rigorosa entre suas publicações, conservando-se somente as de real interesse do Itamaraty. Assim é que cedemos à Biblioteca do Senado a coleção incompleta do *Congressional Record*, que será de grande utilidade àquela entidade.

Visitas

A Biblioteca acolheu várias visitas, entre elas a do Professor Wilhelm Gülick, chefe da Biblioteca de Kiel, que, muito amavelmente, forneceu dados importantes sobre periodicidade de revistas alemãs.

Colaboração

A Biblioteca, no decorrer deste ano, colaborou com várias entidades. Enviou à Câmara dos Deputados uma bibliografia sobre direito diplomático e consular, e remeteu um questionário a todas as bibliotecas dos Estados, a fim de organizar um serviço de distribuição de duplicatas. Dessa maneira, a Biblioteca do Itamaraty contribui para o enriquecimento de bibliotecas estaduais. Obras referentes a Santos Dumont foram doadas à Biblioteca Central da Universidade do Brasil para fins de exposição.

Encadernação e restauração

Aumentou consideravelmente o movimento do serviço de encadernação, levando-se em conta não só os livros adquiridos em brochuras, mas também os que necessitavam ser reencadernados, afetados pela ação do tempo e pelo manuseio constante. Há ainda as obras antigas que se acham em restauração. Os trabalhos de encadernação estiveram a cargo da oficina do Ministério e de oficinas particulares.

Seminário sobre permuta nacional e internacional de publicações

A Biblioteca participou da *Reunião Preparatória do Seminário sobre Permuta Nacional e Internacional de Publicações*, realizada em São Paulo, de 26 a 30 de junho último. O objetivo dessa reunião consistiu em estabelecer um plano

para facilitar e intensificar a permuta de publicações. A Biblioteca do Itamaraty colaborou, remetendo o trabalho *Duplicata e Material Dispensável*. Constaram do Seminário uma sessão plenária, na qual o Professor Renato Almeida proferiu a conferência intitulada *Permuta de publicações como instrumento de cultura*, várias sessões de estudo e uma plenária de encerramento.

Segunda Reunião da Comissão Nacional Catálogo Coletivo

A Biblioteca do Itamaraty compareceu à Segunda Reunião da Comissão Nacional do Catálogo Coletivo, que se realizou no Rio de Janeiro, de 26 a 29 de novembro último, e da qual se assinalam resoluções finais da maior importância para o melhor aproveitamento dos serviços das Bibliotecas, como a publicação do Suplemento do Catálogo Coletivo de Periódicos e o levantamento das Bibliotecas brasileiras.

MOVIMENTO NO ANO DE 1956

	OBRAS GERAIS			PERIÓDICOS		
	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS
Assinaturas de procedência nacional	---	---	---	---	81	231
Assinaturas de procedência estrangeira	---	---	---	2	207	2018
Compradas no Brasil	588	727	5	---	58	2
Compradas no estrangeiro	140	100	5	1	11	---
Doações de procedência nacional	330	428	80	4	70	451
Doações de procedência estrangeira	243	233	43	5	51	271
Permutas de procedência nacional	---	---	---	---	---	---
Permutas de procedência estrangeira	---	---	---	---	---	---
Soma do mês	1.270	1.548	138	12	481	2.082
Transporte do mês anterior	---	---	---	---	---	---
SOMA	1.270	1.548	138	12	481	2.082
BAIXAS	---	14	---	---	---	---
TOTAL LÍQUIDO	1.270	1.534	138	12	481	2.082
ACRÉVIO (vols. + folhetos)	1.072			3.403		

	DIAS ÚTEIS	CONSULENTES	VISITANTES	V O L U M E S		
				ENCADERNADOS	EXTRAVIADOS	REQUISITADOS
DEBANTE O MÊS	200	3.835	---	1.201	---	5.814
TRANSPORTE	---	---	---	---	---	---
TOTAL	200	3.835	---	1.201	---	5.814

Total: 6.135

MAPOTECA

Prosseguiram normalmente as atividades da Mapoteca no decorrer de 1956, assim discriminadas :

Foram registradas e incorporadas às suas coleções cartográficas as seguintes peças, adquiridas por compra ou doação:

Mapas e cartas geográficas	1.324
Atlas	8
Impressos diversos (livros, folhetos, etc.)	8
Total	1.340

Somados esses números ao acervo já existente, ficou a Mapoteca, ao findar o ano, com o seguinte patrimônio :

Mapas e cartas geográficas	13.670
Atlas	256
Impressos diversos (livros, folhetos, etc.)	214
Total	14.140

Catálogo

O novo catálogo móvel da Seção, que vem sendo elaborado desde 1950 e deverá substituir o existente, já arcaico e bastante incompleto, foi acrescido, no decorrer de 1956, de cerca de 1.450 fichas com dados informativos sobre o conteúdo e importância dos novos mapas e atlas.

Movimento de consultas e requisições

Apesar do seu caráter semipúblico, aumentaram nestes últimos anos as consultas à Mapoteca, não só de parte de funcionários do Ministério e das Comissões Demarcadoras de Limites, mas também de particulares.

Assim sendo, em 1956, as diferentes modalidades de consulta ou requisições, incluindo empréstimos e doações, abrangeram o total de 490 mapas.

Colaboração com o Museu Histórico e Diplomático

Visando a um maior conhecimento do material cartográfico que constitui as coleções da Mapoteca, foi dada a público, na série de publicações do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, a monografia intitulada: "As peças raras da Mapoteca", que descreve quarenta mapas, entre os muitos de real importância guardados em seus arquivos, notáveis pela antiguidade, aspecto artístico e decorativo ou valor documental como instrumento de prova nas alegações do Brasil, em diversas questões de limites com países vizinhos.

Exposição Internacional de Geografia e Cartografia

Participou a Mapoteca, em agosto do corrente ano, dos trabalhos de organização e montagem da Exposição Internacional de Geografia e Cartografia, apresentada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, naquela data.

A Exposição reuniu a contribuição de 22 países, inclusive o Brasil, apresentando excelente mostruário das atividades, progresso e planos, processos e técnicas no campo da ciência cartográfica, em diferentes partes do mundo, no momento atual.

Ao ser encerrada a Exposição, grande parte do material cartográfico exposto foi doada e incorporada à Mapoteca, conforme determinação das Comissões Nacionais de vários países participantes, a saber: Suíça, Itália, Polônia, Portugal, Alemanha, Noruega, Bélgica e Japão.

Contribuição ao próximo centenário da fundação da Cidade do Rio de Janeiro

No decorrer do ano de 1956 foi elaborada na Mapoteca a monografia intitulada: "Cartografia e Iconografia do Rio de Janeiro", que descreve o material de valor documental para a história da Cidade do Rio de Janeiro, existente em seu acervo cartográfico e iconográfico.

A monografia fará parte da série de publicações sobre a cidade do Rio de Janeiro planejada pela Comissão Organizadora das Comemorações do IV Centenário da Fundação do Rio de Janeiro, devendo-se editar brevemente.

ARQUIVO HISTÓRICO

O Arquivo Histórico forneceu documentos sobre Manoel de Araújo Porto Alegre, Visconde de Santo Ângelo, para a exposição que a Biblioteca Nacional fez, em novembro e dezembro deste ano, em comemoração do 150.º aniversário de seu nascimento.

Das ilustres visitas que o Arquivo Histórico acolheu, cita-se a do Senhor John P. Harrison, dos Arquivos Nacionais de Washington, Estados Unidos da América.

Dois trabalhos de importância publicaram-se este ano com documentação do Arquivo Histórico: "O Drama da Tríplice Aliança", do Embaixador Álvaro Teixeira Soares, e "Hippolyto José da Costa", de Mecnas Dourado. Ainda com a ajuda de documentos sob a guarda desse Arquivo, virão à luz brevemente trabalhos, versados por diferentes autores, sobre: Le Breton, Marquês de Paranã, Missão Pimentá Bueno, Missão Bellegarde, Saraiva e Rio Branco.

Os serviços do Arquivo Histórico procederam ao levantamento de documentos existentes relativos às seguintes pessoas e assuntos: Bartolomeu Mitre, Victor Hugo, Ilha de Santa Catarina, D. João VI no Brasil, Congresso

do Panamá, Pimenta Bueno, Alexandre Rodrigues Ferreira, Le Breton, José do Patrocínio Filho e Alexandre Hamilton.

Além do que, prosseguiu o Arquivo Histórico sua atividade de arquivamento e catalogação de documentos, concessão de certidões de tempo de serviço e respostas a consultas.

PUBLICAÇÕES

A Seção de Publicações do Serviço de Documentação editou, em 1956, vinte e cinco obras, de variado gênero, no total de dois mil e trezentos e oitenta e quatro páginas e vinte e seis mil exemplares, e continua dirigindo a impressão de outros trabalhos, em acabamento na Imprensa Nacional.

Publicações periódicas:

Anuário — 1956 (462 páginas).

Relatório — 1955 (209 páginas).

Listas Diplomáticas :

1.º trimestre de 1955 (99 páginas).

2.º trimestre de 1956 (102 páginas).

Julho de 1956 (103 páginas).

Agosto de 1956 (100 páginas).

Lista do Corpo Consular Estrangeiro (71 páginas).

Atos internacionais :

374 — Brasil-Uruguai — Convênio sobre Marcas de Indústria e de Comércio (8 páginas).

375 — Instrumento de Emenda da Constituição da OIT. (12 páginas).

376 — Brasil-Peru — Convênio Cultural (10 páginas).

377 — Brasil-Bolívia — Convênio de Comércio (10 páginas).

378 — Brasil-Paraguai — Acôrdo para a Construção de uma Ponte Internacional sôbre o Rio Paraná (4 páginas).

379 — Brasil-Paraguai — Acôrdo para a Construção, em Território Paraguaio, de uma Rodovia Ligando "Coronel Oviedo" a "Pôrto Presidente Franco" (10 páginas).

380 — Brasil-Israel — Ajuste de Comércio (12 páginas).

Diversos :

Bibliografia de História do Brasil — 1.º e 2.º semestres de 1951 (147 páginas).

Brazilian Land and People (reimpressão), de Delgado de Carvalho (55 páginas).

Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek, no Copacabana Palace Hotel (4 páginas).

Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek, no Palácio Itamaraty (3 páginas).

O Espírito do Pan-Americanismo, de Affonso Toledo Bandeira de Mello (91 páginas).

O Itamaraty no Govêrno Nereu Ramos, sendo Ministro das Relações Exteriores o Embaixador José Carlos de Macedo Soares (16 páginas).

I Seminário Sul-Americano de Ensino de Ciências Sociais (75 páginas).

Tratado sôbre a Nacionalidade, de Ilmar Penna Marinho (I Volume) — (616 páginas).

Impressos para Carteira da Divisão do Cerimonial.

Programa da visita ao Brasil de S. Ex.ª o Sr. Hermán Siles Zuazo, Presidente eleito da República da Bolívia.

Pareceres da Consultoria Jurídica, de 1903 a 1912 (165 páginas).

Obras em andamento :

Ilmar Penna Marinho — Tratado sôbre a Nacionalidade (2.º e 3.º volumes).

Fernando Azevedo — Cultura Brasileña.

Livro Primeiro do Brasil.

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (ns. 15 e 16).

Bibliografia de História do Brasil, 1.º e 2.º semestres de 1952.

Catálogo de Documentos Anteriores à Independência.

Dirigentes da Política Exterior do Brasil — 1808-1953.

Manual de Serviço.

Oração aos Jovens Diplomatas, de Gilberto Amado.

Regulamento do Instituto Rio Branco.

Parte da verba destinada a esta Seção contribuiu para encadernações especiais, restauração de obras raras da Biblioteca do Ministério, e publicação do "Itamaraty", boletim mensal do Serviço de Informações.

DEPÓSITO DE IMPRESSOS

O Depósito de Impressos distribuiu este ano avultado número de publicações, entre obras de direito, história, diplomacia, comércio, administração, etc., de edição própria do Ministério das Relações Exteriores e de outra procedência editorial.

Abaixo dois quadros, um que abrange o último quinquênio, e outro que compreende somente o ano de 1956, dizem sobremaneira de sua profícua atividade.

A N O	1956	1955	1954	1953	1952
Obras Gerais.....	13.387	4.368	5.601	4.939	7.314
Periódicas.....	2.410	1.553	3.128	1.971	1.455
Relatórios do Ministério.....	825	106	78	941	374
Folhetos Diversos.....	63.400	167.062	176.899	811.142	512.356

MOVIMENTO DO DEPÓSITO DE IMPRESSOS

	OBRAS GERAIS		PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS		RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO		FOLHETOS	DIÁRIO OFICIAL
	Exemp.	Vols.	Exemp.	Vols.	Exemp.	Vols.		
Existentes em 31 de dezembro de 1955.....	36.200	10.170	13.202	6.736	15.076	21.890	300.432	
Entrados em 1956.....	15.548	2.010	1.840	1.880	1.454		51.000	
TOTAL.....	51.747	22.098	15.042	8.616	16.530	21.890	352.038	
Saldos em 1956								
Para Diversos.....	11.087	1.533	1.570	2.015	501	31	52.601	989
Para BIBLIOTECA.....	20		10		6		60	
Para outras Divisões.....	1.680		821		228		11.330	
TOTAL.....	13.387	1.533	2.401	2.015	825	31	63.991	
SAÍDA EXISTENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 1956.....	38.370	20.565	12.532	5.095	15.705	21.859	288.038	

GABINETE FOTOGRÁFICO E FOTOSTÁTICO

Eis o quadro de suas atividades neste ano:

Pedidos fotográficos	66
Cópias	973
Pedidos fotostáticos	10
Cópias ..	224

À parte desses trabalhos, contam-se ainda 1.024 ampliações, de tamanho 0,50 x 0,60, de vistas do Brasil, para uso da Divisão Cultural.

ARQUIVO

Pôsto haja falhas no andamento dos serviços do Arquivo, não se deixaram, contudo, de executar a bom contento os trabalhos de rotina, que se apresentam no ano de 1956 com os seguintes resultados:

Maços consultados	10.218
Maços revistos	—
Maços transferidos	—
Entrada de documentos confidenciais e secretos	876
Saída de documentos confidenciais e secretos	643
Séries revistas	203
Séries encadernadas	—
Certidões extraídas	20
Documentos datilografados para expediente	9.000

A observação do quadro acima põe à mostra a paralisação de três serviços de vital importância ao Arquivo: revisão de assuntos, transferência de maços e encadernação das séries de documentos originais; paralisação causada pela falta de espaço e de pessoal especializado.

Para obviar o inconveniente da falta de espaço, de que se ressentia todo o Ministério, já se tomaram em novembro de 1954, no Arquivo, providências que determinaram a mudança da "Carteira de Entrada", instalando-se em seu lugar estantes de aço para a guarda de maços transferidos: medida que apenas remediou o mal, agravado em 1956 novamente, com o Arquivo afligido das mesmas dificuldades.

MECANOGRAFIA

Não fôsse o relevante trabalho das datilógrafas, por certo não teria sido possível atingir o término do ano com a matéria rigorosamente em dia e, muito menos, conseguir o magnífico resultado numérico de trabalhos que constam do anexo quadro estatístico, referentes a um ano de serviços datilográficos.

No relatório publicado no ano passado, foi sòmente computado o último semestre, por ter havido total modificação no sistema de registro. A inovação adotada na Datilografia, qual seja a do arquivamento de cópias amarelas, tem prestado extraordinários serviços e resolvido diversos problemas, principalmente quando da incerteza da expedição de ofícios ou da verificação em caso de extravio, daí evitando-se duplicidade de minutas.

MOVIMENTO ANUAL DA MECANOGRAPHIA

SEÇÕES	<i>Expedientes</i>	<i>Páginas</i>
Gabinete	17	31
Secretaria Geral	209	213
Departamento Político e Cultural	138	171
Divisão Política	2.790	3.470
Divisão Cultural	1.521	1.822
Divisão do Cerimonial	1.399	1.468
Divisão de Atos, Congressos e Conferências Inter- tercionais	1.697	1.915
Divisão de Fronteiras	135	145

Departamento Econômico e Consular	126	144
Divisão Econômica	2.831	4.018
Divisão Comercial (6 meses)	568	877
Departamento Consular e de Passaportes (6 meses)	125	165
Divisão de Passaportes	2.663	3.229
Divisão Consular	3.527	5.297
Departamento de Administração	177	328
Divisão do Pessoal	1.416	1.600
Divisão do Material	25	37
Divisão de Orçamento	130	146
Divisão de Comunicações	14	16
Serviço de Documentação	97	128
Mapoteca	2	2
Serviço Jurídico	501	502
Serviço de Informações	2	4
Instituto Rio Branco	155	166
Comissão Nacional de Assistência Técnica	131	144
Serviço de Segurança Nacional	2	6
Ordem do Cruzeiro do Sul	9	12
Serviço de Conservação do Patrimônio	27	31
Comissão de Reparações de Guerra	155	162
Diversos	3.551	4.224
(Decretos, Leis, Mensagens e Portarias)	221	259
Total	24.361	30.732

Expedientes (incluem-se: ofício, despacho, nota, carta, edital, curriculum vitae, exposição de motivo, memorandum, parecer e acôrdo).

Páginas (páginas datilografadas).

DIVERSOS

O LIVRO "BRASIL"

No decurso de 1956, efetuou-se a distribuição dos 10.000 exemplares da edição em língua portuguesa do livro "Brasil", dada a lume em 1955. O elevado conceito de que goza fez com que intensa procura esgotasse rapidamente aquela tiragem. Em que pesem os critérios normativos de sua distribuição, não foi possível atender a solicitação de inúmeros particulares, associações e instituições do país e do exterior.

Também se acham esgotados os volumes resumidos desse livro, em francês, inglês, espanhol e italiano, publicados entre as edições de 1948 e de 1955.

A fim de permitir sua maior divulgação, encetaram-se este ano traduções da obra, na sua integridade, em inglês, francês e espanhol, bem como se tomaram providências para aquisição de papel e contratação dos serviços de impressão.

Deverá, pois, o livro "Brasil" aparecer nesses idiomas, em fins do 1.º semestre de 1957.

INSTITUTO RIO-BRANCO

Entre as modificações introduzidas na legislação do Instituto Rio-Branco, uma das principais, sem dúvida, foi aquela de que resultou o novo Regulamento do Instituto, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956. Outra medida importante adveio da Portaria ministerial de 2 de maio de 1956, que aumentou de dois para três anos o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Alterações no novo Regulamento:

1) *Com relação ao Exame Vestibular* — Exigência de documentação para inscrição equivalente à pedida pelos estabelecimentos de ensino de nível universitário (art. 4.º, letra f);

2) *Com relação ao C.P.C.D.:*

a) supressão dos exames de 2.ª época;

b) exclusão do direito de repetência para os alunos que venham a terminar o curso fora do limite de idade imposto pela lei que estabelece as normas de entrada na carreira (art. 10, § 3.º);

c) concessão da faculdade de repetir o ano ao aluno obrigado, por motivo de moléstia, a interromper os estudos (art. 10, § 4.º);

d) nos moldes do que é feito nos estabelecimentos militares de ensino, o Diretor poderá, em qualquer ponto do curso, exigir que um aluno se submeta a uma prova de

sanidade e capacidade física, psíquica e moral, de caráter eliminatório (art. 11);

e) prevê a exclusão do Instituto de aluno que tenha cometido falta disciplinar grave (art. 12).

I — FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

Durante o ano letivo de 1956, o Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1.º e 2.º anos) e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

1) *Curso de Preparação à Carreira de Diplomata*

Não houve alteração quanto ao currículo do Curso, cujas aulas tiveram início em 1.º de março. Algumas modificações foram, contudo, introduzidas no regime escolar: supressão dos exames de segunda época, estabelecidos pelo Decreto n.º 35.096, de 19 de fevereiro de 1954, passando a promoção à série seguinte a ser feita de acordo com o disposto nos parágrafos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956; alteração dos pesos para os exercícios escolares, provas parciais e provas finais (Portaria ministerial de 29 de fevereiro de 1956); aumento do Curso de 2 para 3 anos e nova distribuição das matérias em cada ano (Portaria ministerial de 2 de maio de 1956).

a) 2.º ano do C.P.C.D.

Cursaram o 2.º ano do C.P.C.D. os seguintes alunos, relacionados de acordo com a classificação final obtida no Curso:

Sérgio Paulo Rouanet

Amaury Bier

Eduardo Portella Netto

Antônio Amaral de Sampaio

Pedro Carlos Neves da Rocha

Sérgio da Veiga Watson
Luiz Cláudio Pereira Cardoso
Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio
Ivone Magno Pantoja
Asdrubal Pinto de Ulysséa
Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto
Luiz Emery Trindade
Murilo de Miranda Basto Júnior
Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza
Cláudio Cabussu Tourinho
Enaldo Camaz de Magalhães
Octavio Eduardo Guinle.

A entrega dos diplomas teve lugar a 20 de dezembro no Ministério das Relações Exteriores, em cerimônia presidida pelo Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República, sendo paraninfo da turma o Embaixador Rubens de Mello e orador o aluno Eduardo Portella Netto.

Com a nomeação dessa turma, elevar-se-á a 189 o número de funcionários da Carreira de Diplomata formados pelo Instituto Rio-Branco desde 1947.

As matérias do 2.º ano do C.P.C.D., em 1956, estiveram a cargo dos seguintes professores:

Português — Professor Jesus Belo Galvão.

Francês — Professora Louise Jaquier.

Inglês — Professor John Knox.

Política Econômica — Professor Jayme Magrassi de Sá.

Política Internacional — Doutor João Baptista Barreto Leite Filho.

Direito Internacional Público — Embaixador Hildebrando Accioly e Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.

Direito Internacional Privado — Desembargador Oscar Accioly Tenório.

b) 1.º ano do C.P.C.D.

Da turma do 1.º ano faziam parte, inicialmente, os 17 alunos aprovados no Exame Vestibular. Em agosto, entretanto, foi feita a matrícula do Senhor Joayrton Martins Cahu, em cumprimento de decisão judicial.

Após as provas finais, os alunos do 1.º ano do C.P.C.D. classificaram-se na seguinte ordem, de acordo com o aproveitamento verificado:

Ivan Veloso da Silveira Batalha
Alberto Vasconcelos da Costa e Silva
Luiz Orlando Carone Gelio
Sérgio Martins Thompson Flores
Marcos Castrioto de Azambuja
Álvaro Bastos do Valle
Bernardo de Azevedo Brito
Sérgio de Queiroz Duarte
Laura Maria Malcher de Macedo
René Haguenauer
José Maria Diniz Ruiz de Gamboa
Livierto Justino de Souza
René Luiz Cavé Rainho
Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti
Carlos Antonio Bettencourt Bueno
Cecília Maria Prada.

Professôres que se encarregaram de ministrar as matérias do 1.º ano do Curso:

Português — Professor Carlos Henrique da Rocha Lima.

Francês — Professôra Louise Jaquier.

Inglês — Professor John Mulholland.

História Diplomática do Brasil — Professor José Honório Rodrigues.

História Diplomática Mundial — Professor Carlos Delgado de Carvalho.

Geografia — Professor Hilgard O'Reilly Sternberg.

Economia Política — Professor Jayme Magrassi de Sá.

Direito Constitucional e Administrativo — Professor Hamilton Leal.

Direito Civil e Comercial — Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.

2) *Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas*

A exemplo dos anos anteriores, e em obediência ao artigo 3.º do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946, realizou-se, de 16 de julho a 27 de setembro, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, previsto no Regulamento do Instituto.

O currículo do Curso regeu-se pela Portaria n.º 10, de 22 de junho de 1956, do Diretor do Instituto, ficando o Corpo Docente assim constituído:

Prática Diplomática (Organização e Método de Trabalho do Serviço Diplomático) — Ministro Jorge Latour.

Prática Consular — Cônsul Geral Alfredo Polzin.

Tratados e Política Econômica do Brasil — Professor Jayme Magrassi de Sá.

Estudos Brasileiros — Professor Francisco Mangabeira.

Abaixo estão relacionados, por ordem de classificação, os alunos inscritos *ex-officio* no Curso:

Alcides da Costa Guimarães Filho

Renato Madasi

Lindolfo Leopoldo Collor

Paulo Monteiro Lima

Guy Marie de Castro Brandão

Augusto Estellita Lins

Lael Simões Barbosa Soares

Maria Sandra Cordeiro de Mello

Ronald Leslie Morais Small

Sérgio Fernando Guarischi Bath

Luiz Loureiro Dias Costa

José Olympio Rache de Almeida

Pedro Emílio Penner da Cunha

Carlos Augusto de Proença Rosa

Fernando de Salvo Souza.

Nessa relação deixaram, entretanto, de ser incluídos, por se acharem ausentes por ocasião dos exames, os Senhores Marcílio Marques Moreira, estagiário na OEA, e Otávio Rainho da Silva Neves, designado para integrar a Delegação do Brasil à Conferência para o Estabelecimento da Agência Internacional de Energia Atômica, em Nova York. Esses alunos, que se achavam inscritos *ex-officio*, deverão prestar exames oportunamente.

II — EXAME VESTIBULAR

O programa do Exame Vestibular, que se verifica anualmente para o C.P.C.D., sofreu, este ano, em quase todas as cadeiras, modificações que visam a dar um caráter mais objetivo às provas. O novo programa foi aprovado pela

Portaria ministerial de 4 de maio de 1956. Além dessas, outras alterações se propuseram e se aceitaram (Portaria ministerial de 3 de maio de 1956), no que diz à prova de Cultura Geral, que passou a ser escrita, e aos exames de Francês e Inglês, em que se tornou eliminatória não apenas a prova escrita dessas matérias, mas a média aritmética das provas escrita e oral. As inscrições estiveram abertas de 14 de maio a 16 de agosto.

Com as desistências e reprovações no exame psicofísico, foram chamados a prestar a primeira prova intelectual (Português), 110 candidatos, dos quais 64 lograram aprovação. Desses, entretanto, 5 não puderam concorrer à prova seguinte, em virtude de haverem sido eliminados no exame psicotécnico, cujo resultado só foi divulgado após a prova de Português.

Resultado dos exames nas provas subseqüentes:

Francês — 59 candidatos — 42 aprovados;

Inglês — 42 candidatos — 33 aprovados;

História do Brasil — todos aprovados;

História Mundial Moderna — 33 candidatos — 28 aprovados;

Geografia — 28 candiatos — todos aprovados.

Economia — 28 candidatos — 27 aprovados;

Direito — 27 candidatos — todos aprovados.

Com a realização da prova escrita de Cultura Geral e da prova oral de Português, encerrou-se o Exame Vestibular, tendo alcançado a média de conjunto exigida os 27 candidatos por ordem de classificação :

Narto Lanza

João Carlos Pessoa Fragoso

Lavinia Augusta Machado

Alvaro da Costa Franco Filho
José Constâncio Austregésilo de Athayde
Heitor Soares de Moura Filho
Francisco Thompson Flores Neto
Celeste Dezon Costa Hasslocher
Miguel Pedro de Vasconcellos Souza
Aderbal Costa
Luiz Fernando do Couto Nazareth
Luiz Villarinho Pedroso
Marcos Henrique Camillo Côrtes
Jorge Carlos Ribeiro
Adriano Benayon do Amaral
Landulpho Victoriano Borges da Fonseca
Walter Wehrs
João Augusto de Médicis
Bernardino Raimundo da Silva
Maud Polly Góes
Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso
Carlos Henrique Paulino Prates
Isaura Maria de Morin Parente de Mello
Mário Augusto Santos
Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos
Cláudio Luiz dos Santos Rocha
Sérgio Seabra de Noronha

Integraram as bancas examinadoras do Exame Vestibular os seguintes Professôres:

Português — Professor Joaquim Matoso Câmara Júnior e Professor Hamilton Elia;

Francês — Professor Louis Viala e Professôra Raymonde Vasconcellos;

Inglês — Professor John Mulholland e Professora Carmen Saraiva;

— *História do Brasil* — Professor Arthur Cesar Ferreira Reis;

História Mundial Moderna — Professor Américo Jacobina Lacombe;

Geografia — Professor Nilo Bernardes;

Elementos de Economia Política — Professor João Paulo de Almeida Magalhães;

Noções Fundamentais de Direito — Doutor Carlos Me-deiros da Silva;

Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Professor Renato Almeida.

III — BIBLIOTECA

No decorrer do ano de 1956 a Biblioteca do Instituto Rio-Branco aumentou seu acervo bibliográfico de 2.681 para 3.051 volumes, tendo adquirido, portanto, 370 publicações, por meio de compra e doações. Dêsse total está excluída a coleção completa do "Recueil des Cours", publicado pela Academia de Direito Internacional de Haia, já encomendada. Para acompanhar êsse desenvolvimento foram instaladas cinco estantes no salão destinado a obras de referência e periódicos.

Está sendo organizado o fichário de livros pelo sistema de catálogo dicionário. Para uniformização das fichas, a Biblioteca é compradora e colaboradora do Serviço de Intercâmbio de Catalogação mantido pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Possui, ainda, a Biblioteca, um fichário Kardex para publicações periódicas.

Estatística geral dos trabalhos:

Aquisição — de livros e folhetos :

Por compra	180
Por doação	190
Total	370

de periódicos :

Por compra (assinatura) (2 nacionais e 13 estrangeiras)	15
Por doação (14 nacionais e 4 estrangeiras)	18

Principais doadores : IBGE, INEP, UPA e Embaixada Americana.

Empréstimo — A Biblioteca adota o sistema de livre acesso às estantes.

IV — PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Foi publicado, no correr do ano, o tomo II da 1.^a parte da obra "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid", de que já se providenciou a distribuição de cêrca de 800 exemplares.

Procedeu-se à revisão das primeiras provas do tomo II da 4.^a parte, "Negociações", as quais, entregues ao Departamento de Imprensa Nacional, já foram devolvidas ao Instituto para revisão das segundas provas.

Acha-se em fase de composição o 5.^o volume: "Execução do Tratado", da obra supracitada.

Encontra-se preparada para ser reeditada a "Esquisse de l'Histoire du Brésil", incluída, em 1948, no volume VIII, "Estudos Históricos", da coleção de obras do Barão do Rio-Branco. A revisão se fêz em leitura comparada com o original oferecido a Joaquim Nabuco, e ora pertencente à Biblioteca do Itamaraty, e o original de uma tiragem es-

pecial, da coleção do Barão, de propriedade da Biblioteca Nacional. Ao Professor José Honório Rodrigues incumbiu a preparação do Prefácio.

A Seção se encarregou ainda de trabalhos de rotina: correspondência, distribuição e remessa das obras anteriormente editadas (mediante a seleção dos interessados conforme a natureza da obra), atualização de listas de autoridades, jornalistas, intelectuais, estudiosos de história, bibliotecas, universidades e outras entidades culturais brasileiras e estrangeiras, controle nos cartões de retorno e organização de fichário das pessoas interessadas nas publicações editadas pelo Instituto Rio-Branco.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

Em 1956, como nos anos anteriores, o Serviço de Informações atuou sempre dentro de seu tríplice esquema de relações com a Imprensa, com as Missões diplomáticas brasileiras e com a própria Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Relações com a Imprensa — Informações e notícias procedentes das Missões diplomáticas brasileiras, e recolhidas dos diversos setores de atividades d'este Ministério distribuíram-se diariamente, mimeografadas, a jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, a agências telegráficas, rádio-emissoras e, eventualmente, a estações de televisão.

Obteve o Serviço de Informações de diários daquelas duas capitais colunas, em que se expõem, sem implicação da responsabilidade do Itamaraty, temas da política exterior do país e comentários da situação internacional: "Mala diplomática" no *Correio da Manhã*; "Tratados & Diplomacia" na *Tribuna da Imprensa*; "Política Internacional & Diplomacia" no *Jornal do Brasil*; "Relações Exteriores" em *A Noite*; coluna sem título no *Diário da Noite*; e finalmente "Correio Diplomático" no *Correio Paulistano*.

Pela Portaria ministerial de 3 de agosto do corrente ano, criou-se, em favor do estreitamento de relações entre diplomatas e jornalistas, a Sala de Imprensa do Itamaraty, posta sob a égide de Hippolyto José da Costa. Aí, jornalistas e repórteres têm acesso a todas as informações; aí se

prestam todos os esclarecimentos sôbre assuntos de interêsse geral, a fim de que não sejam os mesmos errôneamente interpretados.

— *Relações com as Missões diplomáticas brasileiras* — Sob êsse título cabe referência ao Boletim radiotelegráfico, emitido diariamente para postos receptores sediados em determinadas Missões diplomáticas brasileiras, em diferentes partes do mundo, donde, captado e multiplicado grãficamente, é distribuído às restantes Missões diplomáticas e Repartições brasileiras. Êsse boletim contém a sùmula dos acontecimentos principais da vida do país e dêste Ministério.

Prosseguiu a publicação mensal do boletim "Itamaraty", num total de 232 páginas neste ano, e abundância de informações de vária natureza.

Relações com a Secretaria de Estado — Consistem sobretudo na remessa que o Serviço de Informações faz, diariamente, aos Departamentos, Divisões e Serviços, de recortes de matutinos e vespertinos, com assuntos que lhes interessam especificamente. E na fixação, na Divisão do Pessoal e na Portaria, de um boletim, com resumo das principais notícias do dia.

MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO

A preservação e exposição pública dos numerosos objetos, móveis e documentos de valor histórico, artístico e diplomático, existentes no Palácio Itamaraty, ou que lhe venham de futuro a ser incorporados ao patrimônio, inspiraram a criação do Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, consubstanciado no Decreto n.º 38.312, de 15 de dezembro de 1955.

Constituído órgão integrante dêste Ministério, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, pelo Decreto n.º 38.893, de 14 de março de 1956, que lhe aprovou o regulamento, foi-lhe dado por finalidade:

I — recolher, classificar, catalogar e expor ao público objetos e documentos de importância histórica e valor artístico ligados à história diplomática do Brasil;

II — concorrer, por meio de pesquisas, estudos, cursos, conferências, comemorações e publicações, para o conhecimento da história diplomática do País, o culto de suas tradições e de seus grandes vultos.

De duas principais seções compõe-se o Museu Histórico e Diplomático: de Iconografia, Mobiliário e Relíquias Históricas, com competência para:

I — receber, classificar, colecionar, catalogar, expor e conservar os quadros, fotografias, mapas, móveis e Relíquias ligados à história diplomática do Brasil;

II — realizar pesquisas de assuntos de história diplomática relacionados com as finalidades do Museu;

e de Numismática, Sigilografia e Condecorações, com incumbência de:

I — receber, classificar, colecionar, catalogar, expor e conservar as moedas, medalhas, peças sigilares e condecorações referentes à mesma histórica diplomática;

II — promover pesquisas de assuntos correlatos com as mesmas peças.

Ficou estatuído também que o Museu será dirigido por um Diretor em comissão, escolhido pelo Ministro de Estado, dentre os servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Além da promoção de cursos e conferências que se propõe o Museu Histórico e Diplomático, da comemoração de grandes datas e de grandes vultos da história diplomática brasileira, já deu início a uma série de publicações numeradas, três das quais surgiram este ano:

Publicação n.º 1 — Regulamento do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty — Rio de Janeiro — 1956 — 20 págs.

Publicação n.º 2 — História do Palácio Itamaraty — de Gustavo Barroso — Rio de Janeiro — 1956 — 234 págs., inclusive 48 com ilustrações.

Publicação n.º 3 — As Peças Raras da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores — de Isa Adonias — Rio de Janeiro — 1956 — 68 págs. e reproduções fotográficas, em tamanho natural, de 5 mapas históricos.

Testemunham o vivo interesse despertado pela criação do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty as elogiosas referências da imprensa, o aplauso dos intelectuais e as valiosas doações recebidas, muitas delas providas de funcionários deste Ministério, de suas coleções privadas.

Está atualmente o Museu aberto a visitas, na ala esquerda do pavimento térreo do Palácio Itamaraty, instalado com elegantes móveis que a firma Natali & Irmãos, de São Paulo, fabricou especialmente, dentro do melhor critério museológico.

A 28 de janeiro de 1957, viu o Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores sua solene e oficial inauguração.

CONSULTORIA JURÍDICA

Durante o ano de 1956, o Consultor Jurídico, além de responder a numerosas consultas verbais de vários serviços da Secretaria de Estado e fornecer, por escrito, sua opinião jurídica acêrca de algumas questões de caráter confidencial, redigiu e apresentou pareceres sôbre os seguintes assuntos:

Imunidade de jurisdição de um agente diplomático.

Asilo diplomático. Qualificação do delito.

Crime de imprensa. Artigos injuriosos ao Presidente e ao Vice-Presidente da Argentina.

Isenção de direitos para a Missão Norte-Americana de Assistência Técnica.

Situação do sargento paraguaio Sixto Rojas Ortellado, o qual não deseja regressar à sua pátria.

Concessão de *exequatur* a Cônsules Gerais honorários, estrangeiros.

Prática da conclusão de acordos executivos. Protocolo adicional ao Acôrdo básico entre o FISI e o Brasil.

Isenção de direitos para gasolina importada pela Missão Militar Americana.

Material em trânsito para a Bolívia. Pagamento de gratificação a um fiscal aduaneiro.

Relações entre a França e Marrocos. Título e privilégio dos respectivos Embaixadores. Decanato.

Privilégios e imunidades dos membros das missões militares americanas no Brasil.

Pedido de autorização para casamento.

Acôrdo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos da América.

Projeto de convenção interamericana sôbre a extradição.

Nomeação de um cidadão brasileiro para o cargo de Ministro Conselheiro Honorário de Honduras.

Prorrogação do Convênio de cooperação econômica entre o Brasil e o Chile.

Convenção internacional sôbre prestação de alimentos.

Exercício de funções de uma comissão governamental de inquérito, em país estrangeiro.

Observância do Anexo n.º 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional.

Extradição França-Brasil (caso Josifovitch): transmissão de um documento de notificação.

Limites Brasil-Bolívia. Demarcação na zona de Corixa Grande.

Projeto de Tratado de extradição com a Nicarágua.

Brasil-Paraguai. Entrepasto de depósito franco em Santos.

Projeto de Protocolo Adicional à Convenção de Havana sôbre Deveres e Direitos dos Estados em casos de lutas civis.

Tratado de extradição Brasil-Israel.

Projeto de convenção consular. Brasil-Grã-Bretanha.

Projeto de convenção interamericana sôbre extradição.

Posse de Chefes de Missão e de Delegados Permanentes junto a Organismos Internacionais.

Aplicação do Acôrdo sôbre transportes aéreos entre o Brasil e o Reino Unido. Devolução de tributos pagos pela BOAC.

Acôrdo único sôbre Assistência Técnica.

Aquisição de imóveis em território brasileiro, para a instalação de Consulados estrangeiros. Consulado suíço na capital de São Paulo.

Isenção de direitos para bens importados pelo Sr. Pittaluga, Conselheiro da Embaixada do Uruguai.

O Assistente Jurídico emitiu pareceres escritos relativamente aos seguintes assuntos :

Assemelhação de vencimentos : Francisco de Assis dos Santos, Antônio de Almeida e Silva, Astrogildo Lacerda Melo, Francisco Manoel Afonso, Antenor Dias Pereira e Guilhermina Baur de Souza, esta na qualidade de viúva de Antônio Joaquim de Souza.

Aposentadoria de Diplomata. Serviço de guerra. A lei n.º 288, de 8 de junho de 1948. Diplomata José Lavrador.

Processo relativo à escritura atinente à entrega ao Governo Federal do acervo da Great Western Railway Company: tradução de documentos em idioma estrangeiro e autenticação de fotocópias.

Ação movida pelo Cônsul privativo Leônidas Borges de Oliveira. Classificação em símbolo correspondente.

Ação judicial movida por Floriano Nunes Pereira, Auxiliar de Consulado, classe N.

Importação de bens — Sugestões.

Cônsul privativo Leônidas Borges de Oliveira. Procuração — Certidão de pareceres.

Secretário José Maria Bello Filho, desquite. Auxílio para transporte.

Cônsules Privativos: José Gasparo Ferreira e Blás Tôrres Filho — classificação em símbolo correspondente.

Maria Magdalena Mac Dowell Reinhoefer, Verba 3 — Tempo de serviço.

Aposentadoria de Servidor da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, João Ferreira.

Montepio. Casamento religioso. Marcela Maria da Cunha.

Desapropriação: concorrência de interesse público e do Município. Decretos sucessivos. Imóvel da rua Senador Pompeu.

Diplomata: proibição de consorciar-se com servidor público. Os empregados do Conselho Superior das Caixas Econômicas não o são.

Estágio probatório: dispensa § 2.º do art. 1.º da Lei n.º 2.735, de 18 de fevereiro de 1956. Marina de Barros e Vasconcellos.

Estágio probatório: Marina de Moraes Leme, Lei n.º 2.735, de 18 de fevereiro de 1956.

Comissão Mista Brasileiro-Boliviana. Dr. Raul Nin Ferreira. Indenização pela rescisão do contrato de trabalho.

Certidão para defesa de direito. Pedido relativo a pessoa estranha. Correspondência diplomática. Habeas-corpus requerido pelo advogado Sidney de Campos Pessoa.

Técnico de Documentação Histórica. Astréa Dutra dos Santos.

Desocupação de imóvel pertencente à Embaixada da Bélgica. Via judicial.

Interdição de fundos bancários.

Curso de preparação à Carreira de Diplomata. Admissão: não se lhe aplicam dispositivos relativos ao ingresso no Serviço Público Federal. Dec. n.º 38.735, de 30-1-56. Art. 4.º. Limite de idade.

Imunidade diplomática. Retomada de apartamento locado a Chefe de Missão diplomática estrangeira.

Auxílio para transporte de serviçal.

Limite de idade. Vestibular ao C.P.C.D. do Instituto Rio Branco. Mandado de Segurança impetrado pelo Sr. Rolando Chalú Pacheco.

Revisão do processo administrativo n.º 2/1953. João Baptista da Silva Teles Soares de Pinna.

Direito de certidão. O art. 141, §. 36, da Constituição.

Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia. Convênio Italo-Brasileiro, promulgado pelo Decreto n.º 28.396, de 12 de julho de 1950.

Decreto de exoneração: posse em outro cargo. Marcel Guy Costallat Duclos.

Situação funcional do Diplomata Oswaldo Biato.

Emolumentos consulares: isenção. Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Repreensão imposta ao Auxiliar Floriano Nunes Pereira. Circular: sua eficácia em direito administrativo.

Contagem de tempo de serviço. Diplomata Lucillo Haddock Lobo.

Processo administrativo. Consulado em Dusseldorf.

Diárias. Serviço provisório em posto diverso. Decreto n.º 28.959, de 11 de dezembro de 1950. Diplomata Luís Guimarães Fernandes Pinheiro.

Secretário José Maria Bello Filho. Desquite. Auxílio para transporte.

Promoção por antiguidade a Ministro de Segunda Classe. Diplomata Antônio de Paula Fonseca Filho.

Exame de sanidade física, psíquica e moral. Exame vestibular. Instituto Rio Branco. Mandado de Segurança: Terence Joseph Corbett e Antônio Alfredo Novis Cavalcanti de Albuquerque.

Jan A. Bata. Proteção diplomática.

Embaixadores em comissão estranhos à Carreira de Diplomata. Acumulação com os vencimentos de cargo civil ou posto militar.

Pedidos de isenção de direitos de importação. Competência para conceder a isenção.

Auxiliares contratados das Repartições diplomáticas e consulares. Transformação em mensalistas. Art. 26 da Lei n.º 1.765/52. Ausência de prévio registro pelo Tribunal de Contas. Art. 77, § 1.º, da Constituição.

Uniformes de contínuos, motoristas e serventes.

Poder disciplinar. Relatório da Comissão de Inquérito n.º 2/56. Penalidade.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

No intuito de ampliar suas atividades e melhor entrosá-las com as do Itamaraty, foi baixada a Portaria de 20 de junho de 1956, reorganizando a Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil, que viu destarte seu número de membros acrescido de dez, dentre os quais um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e outro, a quem, na qualidade de Chefe do Serviço de Documentação do Departamento de Administração deste Ministério, cabem ainda as funções de Secretário Geral da referida Comissão. Determinou a mesma Portaria a publicação dos "Anais do Itamaraty" pela Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, que para tanto já empreendeu a cópia dos documentos necessários à sua elaboração.

Prosseguem seus trabalhos normalmente, com trinta e duas sessões realizadas, algumas sob a presidência do próprio Ministro das Relações Exteriores, com a apresentação, durante o ano de 1956, de duzentos e vinte e três pareceres escritos, e exame do material dos próximos números dos Anais.

No quadro de suas atividades, é mistér salientar o trabalho "Bibliografia de História do Brasil", relativo ao ano de 1951, editado pela Imprensa Nacional, em tiragem de 1.500 exemplares, distribuídos a bibliotecas nacionais e estrangeiras, e a professores e estudiosos da história pátria.

A Portaria de 19 de janeiro de 1956 fixou normas de pesquisas no estrangeiro, disso advindo posteriormente a designação de dois funcionários do Itamaraty, um sediado em Madrid e outro em Lisboa, encarregados de busca nos arquivos dessas duas capitais de tudo quanto pudesse interessar a história do Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO. CIÊNCIA E CULTURA

No exercício de 1956, intensa revelou-se a atividade do IBECC, exercida nos seguintes setores: ciências sociais, museus, teatro, folclore, bibliografia, música e direitos autorais.

Enquanto se aguardam os relatórios da Delegação brasileira à IX Conferência Geral da UNESCO, havida em Nova Delhi, já se pode anunciar antecipadamente a aprovação pela Assembléia do projeto de criação no Brasil de um Centro de Pesquisas Sociais para a América Latina e de sua respectiva dotação orçamentária, projeto elaborado pela Mesa Redonda, reunida no Rio de Janeiro, em março de 1955, e desenvolvido pela Comissão Nacional de Ciências Sociais.

A fim de estabelecer contacto permanente do IBECC, não somente com os órgãos e instituições de caráter governamental ou privado, mas também com o público em geral, criou-se uma Comissão de Informações, que obedecerá à orientação geral adotada pela UNESCO.

Do exame acurado a que se procedeu das condições do teatro brasileiro, surgiu a necessidade, logo atendida, de criação da Comissão Nacional de Teatro, cuja ação se mostra assaz benéfica.

O prêmio instituído pela Fundação Laragoiti, "Prêmio Sul-América", em 1956, no valor de cem mil cruzeiros, será destinado à melhor obra sobre "O Teatro no Brasil".

O IBECC fez-se representar no I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, realizado na Bahia, de 5 a 12 de setembro do corrente ano, em comemoração do primeiro decenário da fundação da Universidade da Bahia.

Estêve muito ativa a Comissão de Museus do IBECC, participando da campanha internacional fomentada pela UNESCO em favor dos museus: agiu como intermediária entre os diversos museus do país, colaborou com sugestões para os programas de cada um deles, promoveu concursos, fez propaganda pela imprensa e distribuiu milhares de cartazes.

Participou o IBECC do Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto e patrocinou a IX Exposição Anual do Museu do Índio.

A Comissão Nacional de Folclore, com suas dezenove entidades estaduais, prossegue sua intensa e fecunda atividade, no duplo sentido de estimular os estudos da nossa cultura popular e de defender o seu patrimônio. À sua solicitação, a Diretoria do IBECC convocou para julho deste ano o III Congresso Brasileiro de Folclore, que dera como tema preferencial o problema da proteção ao artesanato e à indústria caseira de base folclórica, de sorte que se torne possível preservar, mediante amparo econômico, os produtos dessa arte em cerâmica, em rendas e bordados, em artefatos de madeira, osso e outras matérias, que não só tenham significado artístico irrecusável, mas também sejam meio de vida de muitas famílias de nossos conglomerados rurais e praieiros.

Um dos primeiros programas sugeridos ao Instituto pela UNESCO foi o da organização no Rio de Janeiro de uma Mesa Redonda latino-americana, para estudar os problemas relativos ao ensino de Ciências Sociais. Destarte, reuniu-se entre 5 e 14 de março de 1956, na sede da Universidade do Brasil, o I Seminário Latino-Americano para

o Ensino Universitário das Ciências Sociais, denominado inicialmente IV Conferência Regional para o Ensino das Ciências Sociais, cujas conclusões foram submetidas à UNESCO.

Continua o IBECC a colaborar com o Ministério das Relações Exteriores no desenvolvimento da cooperação intelectual do Brasil, a preencher seus fins como Comissão Nacional da UNESCO e a prestar seu concurso aos grupos culturais do país, na medida de suas possibilidades.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

De modo geral, empenhou-se este ano a Comissão Nacional de Assistência Técnica em:

I — Regularizar a situação de seus compromissos financeiros com as Nações Unidas, os quais chegaram a alcançar cifras vultosas, por motivo da contabilização, a débito do Brasil, do valor das nossas contribuições em serviços não utilizados pelas Nações Unidas; essa política foi alterada no curso de negociações com a Junta de Assistência Técnica da ONU e os débitos a esse título devidamente cancelados;

II — Estabelecer critério prioritário uniforme para classificação dos pedidos brasileiros de assistência técnica; atribuiu-se ênfase especial aos projetos mais diretamente ligados aos planos existentes de desenvolvimento econômico, de planejamento regional (principalmente do Nordeste e da Amazônia) e de saúde pública;

III — Preparo adequado das entidades brasileiras interessadas no recebimento de assistência técnica, procurando certificar-se da existência nelas de condições mínimas de pessoal, de material e de verbas, com o fim de se assegurar o aproveitamento máximo dos serviços dos técnicos estrangeiros enviados ao nosso país;

IV — Estudar a conveniência de absorção, pela CNAT, dos programas bilaterais de assistência técnica; firmado o princípio de que todos os programas, multilaterais ou bila-

terais, devem estar subordinados ao mesmo órgão, proporá a CNAT ao Governo, pròximamente, a adoção de medidas tendentes a efetivar essa unificação.

Assistência técnica: ONU — Registrou-se em 1956 considerável aumento na contribuição do Brasil ao Programa Ampliado de Assistência Técnica da ONU, com a importância de Cr\$ 13.900.000,00, inclusive a contribuição especial de Cr\$ 5.700.000,00 destinada a atender às necessidades em assistência técnica do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Cooperação técnica: OEA — Consideradas as dificuldades financeiras com que luta o programa de Cooperação Técnica da OEA, a Secretaria de Estado autorizou o Embaixador Fernando Lôbo a anunciar ao Conselho Interamericano Econômico e Social que o Brasil majoraria também sua contribuição àquele programa, de Cr\$ 2.800.000,00 para Cr\$ 3.000.000,00, a partir de 1957. Nessas condições, é ainda o Brasil, depois dos Estados Unidos da América, o maior contribuinte do Programa de Cooperação Técnica da OEA, ou seja o primeiro dentre os países latino-americanos.

Bólsas de estudos — Em 1956, recebeu a Comissão Nacional de Assistência Técnica numerosas inscrições de candidatos a bólsas de estudos, havendo sido, até a presente data, concedidas 15 bólsas para estágio em países da América e Europa.

Expediente — Realizaram-se no correr dêste ano quatorze reuniões, isto é, doze ordinárias e duas extraordinárias. Expediram-se 451 ofícios e despachos, 210 cartas, 298 memoranda e 131 telegramas.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO

Resumem-se suas atividades na Secretaria de Estado e nas Repartições brasileiras no exterior:

a) *Remodelação do pavimento térreo da ala direita do Ministério das Relações Exteriores.* Transformado em salas de trabalho, após a remoção da arrecadação para o prédio reformado da rua Senador Pompeu.

b) *Estudos para instalação definitiva do Museu Histórico e Diplomático.*

c) *Consertos e reformas no prédio da Legação em Copenhague.* Procedeu-se à completa reforma dos encanamentos, ao assoalhamento de uma sala da chancelaria, e à pintura de várias peças.

d) *Reforma e conservação no prédio do Consulado Geral em Londres.* Autorizado esse Consulado Geral a realizar obras de reparos e de pintura.

e) *Exame do problema de centralização das Repartições que funcionam em Washington.*

f) *Substituição do sistema de aquecimento central do prédio da Embaixada em Ottawa.* Obras já realizadas.

g) *Reforma da chancelaria e do prédio de residência da Embaixada em Madrid.* Ainda em fase de estudos.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONARIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A Associação dos Funcionários, que de sua data de fundação em 1901 vem beneficiando os servidores desta Casa, apresentou êste ano seu quadro ampliado com a admissão de mais trinta novos sócios. Desde pequenos empréstimos, cartas de fiança a recebimento no Tesouro Nacional, por procuração, de vencimentos de funcionários aposentados ou na ativa, estendeu a Associação dos Funcionários do Ministério das Relações Exteriores a multiforme assistência prevista em suas disposições estatutárias.